



Universidade de Brasília - UnB
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

**Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em
Ciências Contábeis**

**A AÇÃO AGLUTINADORA DA
MULTIINSTITUCIONALIDADE NA DOCÊNCIA EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS: O PROGRAMA DE MESTRADO
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA PARAÍBA, DE
PERNAMBUCO, DO RIO GRANDE DO NORTE E DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

MARCLEIDE MARIA MACÊDO PEDERNEIRAS

**JOÃO PESSOA – PB
2003**

MARCLEIDE MARIA MACÊDO PEDERNEIRAS

**A AÇÃO AGLUTINADORA DA MULTIINSTITUCIONALIDADE NA
DOCÊNCIA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: O PROGRAMA DE
MESTRADO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA PARAÍBA, DE
PERNAMBUCO, DO RIO GRANDE DO NORTE E DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
PROGRAMA MULTIINSTITUCIONAL E
INTER-REGIONAL DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS, EM CUMPRIMENTO ÀS
EXIGÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO
GRAU DE MESTRE EM
CONTABILIDADE.

Orientador: Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, Ph.D

JOÃO PESSOA – PB

2003

P371a Pederneiras, Marcleide Maria Macêdo

A ação aglutinadora da multiinstitucionalidade na docência em Ciências Contábeis: o programa de mestrado das Universidades Federais da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Universidade de Brasília/ Marcleide Maria Macêdo Pederneiras. – João Pessoa, 2003.

151 p.

Orientador: Jorge Expedito de Gusmão Lopes
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –
Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Ciências Sociais
Aplicadas.

1.Contabilidade. 2. Pós-graduação *stricto-sensu*. 3.
Formação e qualificação docente. 4. Multiinstitucionalidade.

UFPB/BC

CDU: 657(043)

MARCLEIDE MARIA MACÊDO PEDERNEIRAS

**A AÇÃO AGLUTINADORA DA MULTIINSTITUCIONALIDADE NA
DOCÊNCIA EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: O PROGRAMA DE
MESTRADO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA PARAÍBA, DE
PERNAMBUCO, DO RIO GRANDE DO NORTE E DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Aprovada em 09 de dezembro de 2003.

Banca Examinadora:

Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, Ph.D -UFPE (Orientador)

Prof. Dr. Marco Túllio de Castro Vasconcelos – UFPE (Examinador)

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria dos Santos – UFC (Examinadora)

*Dedicamos este estudo aos
homens e mulheres que, por um
motivo ou outro, não tiveram direito
ao saber científico.*

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pelo critério de equidade, com que fez todos os seres humanos capazes de aprender.

A meus pais, pelos ensinamentos e pela lição de vida.

Ao meu marido Niedson, pelo carinho, pela compreensão e pelo apoio dado durante o curso.

As minhas filhas Tayssa, Laryssa e Layse, grande razão da minha existência e por compreenderem minha ausência.

Ao meu orientador e sempre amigo, Prof. Jorge Lopes, o meu eterno reconhecimento. Das lágrimas ao meu sorriso final.

Aos meus familiares, pelo incentivo constante.

Aos colegas do Mestrado, pela amizade, pela persistência e pelo companheirismo durante toda a caminhada até esta conquista.

Aos meus Professores do mestrado, pelos ensinamentos. Em especial, aos Professores Dr. José Francisco Ribeiro Filho, Dr. Marco Túlio de C. Vasconcelos e Dr^a. Sandra Maria dos Santos pelo estímulo e contribuição dado à realização deste trabalho.

À Professora Dr^a. Marisete Fernandes de Lima, pelas valiosas contribuições prestadas para a conclusão deste trabalho.

Às secretárias do mestrado, pela atenção e dedicação com que sempre me trataram.

Aos secretários Dinamérico e Ivanilson, pela ajuda constante a minha pesquisa.

Aos amigos Felipe e Caio, por suas disponibilidades, sempre prontos a ajudar.

Aos amigos (as) do departamento de Ciências Contábeis da UFPB que tanto me incentivaram.

Ao Prof. Décio e esposa Alciélia, pela amizade, pelo encorajamento e pelo apoio dispensado.

Ao Prof. Washington e esposa Teresinha, pelas palavras de estímulo, pela amizade que sempre me dedicaram.

À amiga Josélia, por seu apoio e sua amizade.

Ao Prof. Mário Gomes de Albuquerque, pelas sugestões indispensáveis para conclusão deste trabalho.

Ao coordenador do curso de Ciências Contábeis da UNIPÊ, Sr. Geraldo Magela, pela compreensão e pelo apoio prestado durante todo meu curso.

A UNIPÊ, Instituição à qual estou vinculada, pela concessão dos recursos financeiros necessários à minha produção científica durante meu curso.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para minha chegada à reta final. Ser *Mestre*.

À vida, pela razão inerente de se ser.

MINHA GRATIDÃO

RESUMO

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. A Ação Aglutinadora da Multiinstitucionalidade na Docência em Ciências Contábeis: O Programa de Mestrado das Universidades Federais da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado, Universidades Federais da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e a Universidade de Brasília. João Pessoa, PB, 2003.

RESUMO

A pesquisa em tela emergiu da constatação do crescimento numérico de cursos de mestrados acadêmicos em Ciências Contábeis nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil, nos últimos seis anos, e do esforço localizado das Universidades Federais da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Universidade de Brasília ao desenvolver um programa multiinstitucional e inter-regional para suprir deficiência nas regiões menos aquinhoadas do país. O objetivo deste trabalho foi de avaliar a ação aglutinadora da multiinstitucionalidade do primeiro mestrado acadêmico público, do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país e sua profícua influência na qualificada formação docente, exigida pela legislação vigente. A metodologia utilizada, para tanto, foi a dedutiva, embasada nas informações e dados obtidos ao longo da análise crítica, acompanhada de todo referencial teórico concernente à multiinstitucionalidade referenciada em sua regulamentação, como programa de mestrado acadêmico. Conclui-se que, pelos dados obtidos, está comprovado que a Multiinstitucionalidade desenvolve todo um processo regional, cujos frutos são comprovadamente eficazes na formação e qualificação de novos docentes para as Instituições de Ensino Superior, que, até 2004, deverão cumprir as exigências legais e, para tanto, poderão utilizar-se dos procedimentos de interação interinstitucionais para ativarem os intercâmbios e parcerias que produzam resultados como os detectados e comprovados nesta investigação de caráter científico.

Palavras-chave: Multiinstitucionalidade, interação, parcerias, formação, qualificação.

ABSTRACT

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. The Agglutinant Action of the Multi-institutionalism in the Teaching Process in Accounting Courses: The Program Master's Degree of the Federal Universities of then Paraíba, of Pernambuco, the Rio Grande do Norte and the University of Brasília. Master's Degree dissertation, Federal Universities of then Paraíba, of Pernambuco, the Rio Grande do Norte and the University of Brasília. João Pessoa, PB, 2003.

ABSTRACT

The research in evidence has emerged following a six year growth in the number of graduate accounting degree programs in the South/South-East regions of Brazil. The study was designed to evaluate the effectiveness of a multi-institutional/inter-regional program. The study was conducted through the cooperation of the federal universities of Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte and University of Brasilia, these regions of Brazil are striving to obtain additional public-master's degree programs in the area of accounting. The two main factors in evaluating the programs effectiveness were: the commitment on behalf of the aforementioned universities to provide graduate accounting courses; the verifying of the qualifications of course professors as provided by Brazilian legislation. The study's empirical data was appended with theoretical references from previous multi-institutional graduate program studies. In conclusion, when all the evidence is examined, it clearly proves that multi-institutionalism encourages graduate program growth in the Central/North-East states. The fruits of this synergy will be integral in preparing new master's level professors to meet all 2004 legislative standards. It will also help sow new cooperative programs that will produce the favorable results presented in this empirical study.

Key Words: Multi-institutionalism, synergy, cooperative, effectiveness, qualification.

LISTAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos de Ciências Contábeis, por região geográfica do Brasil.....	39
Tabela 2 - Professores da UFRN, por titulação	42
Tabela 3 - Professores da UFRN, por regime de trabalho	43
Tabela 4 - Professores da UFRN, por área de formação	44
Tabela 5 - Professores da UFRN, por sexo	45
Tabela 6 - Professores da UFPB, por titulação	47
Tabela 7 - Professores da UFPB, por regime de trabalho	48
Tabela 8 - Professores da UFPB, por área de formação	48
Tabela 9 - Professores da UFPB, por sexo	49
Tabela 10 - Professores da UFPE, por titulação.....	51
Tabela 11 - Professores da UFPE, por regime de trabalho	52
Tabela 12 - Professores da UFPE, por área de formação.....	53
Tabela 13 - Professores da UFPE, por sexo	54
Tabela 14 - Professores da UnB, por titulação	56
Tabela 15 - Professores da UnB, por regime de trabalho	57
Tabela 16 - Professores da UnB, por área de formação	58
Tabela 17 - Professores da UnB, por sexo.....	59
Tabela 18 - Cursos de Mestrado em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES, por região geográfica.....	64
Tabela 19 - Cursos de doutorado em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES, por região geográfica.....	65
Tabela 20 - Evolução da oferta de cursos Multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por ano (1995-2003).....	72

Tabela 21 - Cursos Multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por região geográfica	73
Tabela 22 - Docentes associados doutores que participam do Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, por Instituição	83
Tabela 23 - Docentes associados doutores que participam do Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, por área de formação	84
Tabela 24 - Docentes associados doutores que participam do Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, por sexo	85
Tabela 25 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 1ª turma, por sexo	90
Tabela 26 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo nordeste e Núcleo Brasília, 2ª turma, por sexo	91
Tabela 27 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo nordeste e Núcleo Brasília, 3ª turma, por sexo	92
Tabela 28 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo nordeste e Núcleo Brasília, 4ª turma, por sexo	94
Tabela 29 - Quantidade e local onde foram ministradas as aulas, 1ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade	95
Tabela 30 - Quantidade e local onde foram ministradas as aulas, 2ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade	97
Tabela 31 - Quantidade e local onde foram ministradas as aulas, 3ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade	99
Tabela 32 - Discentes, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, por projetos qualificados, dissertações defendidas e em fase final de defesa	101

Tabela 33 - Produção científica, biênio 2001/2002, de docentes e discentes do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis	104
Tabela 34 - Produção científica, biênio 2001/2002, de docentes e discentes do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Linhas de Pesquisa	105
Tabela 35 - Produção científica, biênio 2001/2002, de docentes e discentes do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Evento.	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES	64
Quadro 2 - Cursos Multiinstitucionais cadastrados na CAPES	71
Quadro 3 - Corpo docente do Mestrado Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis	82
Quadro 4 - Disciplinas constantes do Programa de Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de cursos de graduação em Ciências Contábeis, por região geográfica, de 2000 a 2003	39
Gráfico 2 - Distribuição percentual dos cursos de graduação em Ciências Contábeis (2003)	40
Gráfico 3 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por titulação.....	42
Gráfico 4 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por regime de trabalho.....	43
Gráfico 5 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por área de formação	44
Gráfico 6 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por sexo.....	45
Gráfico 7 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por titulação.....	47
Gráfico 8 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por regime de trabalho.....	48
Gráfico 9 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por área de formação	49
Gráfico 10 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por sexo	50
Gráfico 11 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por titulação.....	51

Gráfico 12 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por regime de trabalho.....	52
Gráfico 13 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por área de formação	53
Gráfico 14 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por sexo	54
Gráfico 15 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por titulação	56
Gráfico 16 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por regime de trabalho	57
Gráfico 17 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por área de formação	58
Gráfico 18 - Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por sexo.....	59
Gráfico 19 - Distribuição percentual dos cursos de mestrado em Ciências Contábeis cadastrados pela CAPES, por região geográfica	64
Gráfico 20 - Evolução da oferta de cursos Multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por ano (1995-2003).....	72
Gráfico 21 - Distribuição percentual dos cursos Multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por região geográfica.....	73
Gráfico 22 - Distribuição percentual do corpo docente do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis, por Instituição de vinculação profissional	83
Gráfico 23 - Distribuição percentual do corpo docente do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis, por área de formação.....	84

Gráfico 24 - Distribuição percentual do corpo docente do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis, por sexo	85
Gráfico 25 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 1ª turma, por sexo	90
Gráfico 26 - Porcentagem dos discentes, 1ª turma, que são professores das Instituições de ensino superior envolvidas no Programa	91
Gráfico 27 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e núcleo Brasília, 2ª turma, por sexo	91
Gráfico 28 - Porcentagem dos discentes, 2ª turma, que são professores das Instituições de ensino superior envolvidas no Programa	92
Gráfico 29 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 3ª turma, por sexo	93
Gráfico 30 - Porcentagem dos discentes, 3ª turma, que são professores das Instituições de ensino superior envolvidas no Programa	93
Gráfico 31 - Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 3ª turma, por sexo	94
Gráfico 32 - Distribuição da sede onde foram ministradas as aulas, 1ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade	96
Gráfico 33 - Distribuição da sede onde foram ministradas as aulas, 2ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade	98
Gráfico 34 - Distribuição da sede onde foram ministradas as aulas, 3ª turma, Núcleo Nordeste, 1º semestre/2003, por cidade	100
Gráfico 35 - Média aritmética da permanência dos alunos no Programa de Mestrado de Ciências Contábeis, por turma (apenas as dissertações defendidas)	101
Gráfico 36 - Andamento das dissertações, do total existente por turma	102

Gráfico 37 - Evolução das publicações dos docentes e discentes do Programa, biênio 2001/2002	104
Gráfico 38 - Distribuição percentual da Produção Científica, biênio 2001/2002, docentes e discentes do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Linhas de Pesquisa	106
Gráfico 39 - Distribuição percentual da Produção Científica, biênio 2001/2002, docentes e discentes do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Eventos	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANPAD** – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCA** – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
- CCSA** – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CEPE** – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CFC** – Conselho Federal de Contabilidade
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CONSUNI** – Conselho Universitário
- COPEL** – Companhia Paranaense de Energia
- DAAD** – Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico
- DACON** - Departamento de Administração e Contabilidade
- DCC** – Departamento de Ciências Contábeis
- DECON** – Departamento de Contabilidade
- DZ** – Departamento de Zootecnia
- ESALQ** – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
- FACESP/FECAP** – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – São Paulo-SP
- FAPESP** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FCFRP** – Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto
- FMVZ** – Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
- FVC** – Fundação Visconde de Cairu
- GRTU** – Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária
- GTC** – Grupo Técnico e Consultivo
- IB** – Instituto de Biociências

ICB – Instituto de Ciências Biomédicas

IES – Instituição de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais do Ensino Superior

IFSC – Instituto de Física de São Carlos

IME – Instituto de Matemática e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

IQ – Instituto de Química

LACTEC – Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONGs – Organizações Não Governamentais

PPA – Programa de Pós-Graduação em Administração

PUC – Pontifícia Universidade Católica

Puc-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SESu- Secretaria do Ensino Superior

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

UnB – Universidade de Brasília

Unesp – Universidade Estadual Paulista

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo/RS

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE QUADROS	15
LISTA DE GRÁFICOS	16
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	20
1 INTRODUÇÃO	26
1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA	28
1.2 OBJETIVOS	29
1.2.1 Objetivo Geral	29
1.2.2 Objetivos Específicos	29
1.3 JUSTIFICATIVA	30
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	31
1.5 PROCEDER METODOLÓGICO	31
2 REVISÃO DA LITERATURA	33
2.1 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE	34
2.2 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL	38
2.3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS UNIVERSIDADES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA DE MESTRADO MULTIINSTITUCIONAL	41
2.3.1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	41
2.3.2 Universidade Federal da Paraíba - UFPB	46
2.3.3 Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	50

2.3.4	Universidade de Brasília - UnB	55
2.4	A PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>	60
3	A MULTIINSTITUCIONALIDADE E SUA DIVERSIDADE E O PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	67
3.1	A MULTIINSTITUCIONALIDADE E SUA DIVERSIDADE	68
3.2	O PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	79
3.2.1	A Organização Administrativa	80
3.2.2	O Corpo Docente	81
3.2.3	O Programa das Disciplinas	85
3.2.4	A Área de Concentração	87
3.2.5	O Processo Seletivo	87
3.2.6	O Corpo Discente	89
3.2.7	O Funcionamento das Aulas	95
3.2.8	Dissertações Defendidas	101
3.2.9	Produção Científica dos Professores e Alunos, Biênio 2001/2002	103
	CONCLUSÃO	109
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
	ANEXOS	119
ANEXO 1	REGULAMENTO DO CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO PROGRAMA MULTIINSTITUCIONAL	120
ANEXO 2	QUADRO DOCENTE DA UFRN, DA UFPB, DA UFPE E DA UnB	136
ANEXO 3	CORPO DISCENTE DO NÚCLEO BRASÍLIA E DO NÚCLEO NORDESTE	140
ANEXO 4	DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS, NÚCLEO BRASÍLIA E NÚCLEO NORDESTE	144

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A investigação científica em tela visa a avaliar a ação aglutinadora da Multiinstitucionalidade do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis das Universidades Federais da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e da Universidade de Brasília.

A proposta desta pesquisa está embasada nos princípios e fundamentos de uma ação aglutinadora de multiinstitucionalidade, oportunizando a formação de profissionais para a docência no ensino superior, observando-se as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de número 9394, de 26 de dezembro de 1996, que determina, em seu art. 52, incisos I e II, a necessidade de os cursos de graduação terem um terço de mestres ou doutores em seus quadros docentes.

Pode compreender-se a Multiinstitucionalidade (EMBRAPA, 2003), como um conjunto de ordenação de idéias e conhecimento em torno de uma temática, com propostas de ações sistemáticas organizadas e integradas, objetivos e metas tangíveis, metodológicas aprofundadas e adequadas, orçamento compatível e resultados factíveis.

A Multiinstitucionalidade desenvolve previsão de transferência de conhecimento entre as partes integrantes, como uma união de esforços para a realização de determinado fim coletivo, reconhecendo-se que, pela singularidade, será impossível sua concreticidade.

Pode entender-se, como exigência precípua da sua existência, a independência entre as entidades envolvidas com personalidades jurídicas próprias e compromissárias sempre como executoras.

Ressalta-se que a Multiinstitucionalidade não deve ser vista como recurso utilizado em forma única de suprir deficiências singulares. Conforme poderá ser contestado em

países de primeiro mundo, a Multiinstitucionalidade é objeto comum de parcerias para o desenvolvimento do processo científico e do conhecimento.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

Em virtude da diminuta amplitude institucional de Mestrados em Ciências Contábeis, cuja existência no Brasil não ultrapassa nove cursos de mestrados e apenas um de doutorado reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em um universo de 714 (setecentos e quatorze) Instituições de ensino superior em funcionamento em todo país. O número de mestres e doutores não excede a casa dos 600 (seiscentos) profissionais qualificados com as titulações citadas, (INEP/MEC, 2003) . Embasado nos dados supra citados, desenvolveu-se um projeto Multiinstitucional na comunhão de esforços de um grupo de professores qualificados, o que veio propiciar, em 1999, o surgimento do primeiro Mestrado Multiinstitucional do país em Ciências Contábeis, através de quatro Universidades, que são: Universidade Federal da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e a Universidade de Brasília, levando a diversificação dos cursos de pós-graduação, em sua grande maioria, concentrados no sudeste e sul do país.

O desafio dessa proposta Multiinstitucional recebeu apoio por parte dos organismos oficiais e das autoridades competentes, quando de sua aprovação, em 20 de junho de 2000, pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que decidiu o resultado favorável a esta nova experiência.

Do acima exposto, aflora o questionamento que o objetivo geral investigará.

Estará esta proposta de ação aglutinadora de Multiinstitucionalidade oportunizando mudanças no qūalito-quantitativo dos docentes em Ciências Contábeis, diante a legislação vigente?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta investigação científica é avaliar a ação aglutinadora da Multiinstitucionalidade acadêmica como propiciadora de mudanças no qūalito-quantitativo da docência, tendo, como norte, o Programa de Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para atingir-se o objetivo geral, foram necessários tais desdobramentos:

- Evidenciar, com base em dados obtidos do documental-bibliográfico e devidamente tratados em suas especificidades estatísticas sob parâmetros equânimes entre as Universidades envolvidas, elementos, variáveis e derivadas concernentes ao questionamento explícito da caracterização do problema;
- Desenvolver procedimentos analítico-críticos que sejam produzidos pela multiinstitucionalidade como um processo integrado entre as IES compromissárias, sem apartamentos no comportamento e integridade institucional;

- Analisar, por tratamento científico-estatístico, os dados advindos de todas as fontes primárias e secundárias, realizando-se parâmetros analíticos de maneira conjuntural e participação idêntica entre as Universidades comprometantes, com a finalidade de detectar uma parceria equânime.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância do presente estudo fundamenta-se na Multiinstitucionalidade, que determina a reunião de esforços na criação de um programa único que desenvolva, em conjunto, as tarefas que, singularmente, não seriam possíveis realizar-se.

Esta experiência servirá como exemplo para que outras Instituições carentes no qualito-quantitativo de profissionais que estejam contemplando as exigências, possam reunir-se e realizar um embricamento de esforços para os fins desejados pelo coletivo.

O esforço conjunto das Instituições de Ensino Superior, comprometidas com o Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, vem disseminando seus resultados, e citar-se-ia, como exemplo em investigação realizada, o Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação *stricto sensu* para o Centro-Oeste – Agronegócios, um convênio entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), nas áreas de concentração em Gestão, Coordenação e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais e em Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, em nível de Mestrado. Este Programa foi criado e recomendado, em 2002, pela CAPES/MEC, conforme Ofício CTC/CAPES nº 148/2002. O referido Programa objetiva o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação de novas tecnologias em Agronegócios, além da formação de pessoal qualificado, com perfil inovador, adaptados às exigências impostas pelo mercado.

Outro curso multiinstitucional em andamento pela UFG, em parceria com a UFMS e UnB, será o de mestrado e doutorado em Ciências da Saúde. Como este curso já existia na UnB, ele foi estendido à UFG e à UFMS.

O projeto megamídia FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), (2003), é outro exemplo, que se desenvolveu em São Paulo, no qual se integram 123 Universidades, ou sejam entidades independentes que irão formar uma rede única multiinstitucional com todas as envolvidas como executoras, observando-se o caráter de autonomia funcional.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa em tela foi desenvolvida nas Universidades Federais de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e da Universidade de Brasília, que compõe o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, desde sua criação, novembro de 1999, até aos consistentes resultados que foram obtidos até 10 de outubro de 2003.

1.5 PROCEDER METODOLÓGICO

A investigação foi desenvolvida com base em documentação indireta, ou seja, de fontes oriundas de materiais concretamente já elaborados.

Esta pesquisa aconteceu em um ambiente documental-bibliográfico. A vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fundamento de se permitir ao investigador um quantitativo-qualitativo aumento de possibilidades nas resultantes.

A diferença entre a pesquisa documental e a bibliográfica fundamenta-se na natureza das fontes e no seu tratamento. A pesquisa documental utiliza referenciais que

ainda se encontram sem tratamento analítico-crítico, enquanto que a bibliográfica estabelece-se na produção literária de diversos autores sobre o assunto ou a temática enfocada.

Neste trabalho, foi utilizado um documental ainda sem tratamento analítico-crítico que veio a possibilitar as diversas interpretações realizadas.

Os dados primários e secundários fizeram a determinante do Método Dedutivo como forma de abordagem fundamentada em uma metodologia histórica e estatística.

O Método Histórico consiste na investigação cronológica e de fundamentação temporal e espacial. Evidencia-se pelo estudo de todo um referencial histórico em uma investigação, na qual o passado é preponderantemente importante para o presente e o futuro.

O Método Estatístico mereceu destaque nesta pesquisa, pelo motivo de não ser um fim em si mesmo, mas um instrumental para a análise e interpretação de variáveis e derivadas oriundas dos dados utilizados.

Durante toda esta investigação científica, evidenciou-se a necessidade da metodologia Estatística, aqui representada por sua série, tabelas, quadros e gráficos.

REVISÃO DA LITERATURA

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

O uso da Contabilidade é evidenciado desde a época em que o homem primitivo habitava a terra (SÁ, 1997; SCHMIDT, 1996). Já era tido como instrumento rudimentar de controle do patrimônio o simples fato desse homem registrar a quantidade de vegetais, caça que se conseguia obter e acumular em um determinado tempo. Segundo alguns historiadores, os primeiros sinais que comprovam o uso das contas, existem há cerca de 20.000 anos (SÁ, 1997).

Entretanto os registros contábeis mais importantes de que se tem conhecimento, e que demonstram que a Contabilidade já era considerada um importante instrumento de controle pelas principais civilizações do mundo antigo, são os registros contábeis da Suméria (SÁ, 1997), da civilização egípcia e da civilização pré-helênica.

Porém o desenvolvimento acelerado da Contabilidade só se deu após o surgimento da moeda (SCHMIDT, 1996), a partir da preocupação e do interesse em controlar a riqueza.

Entre os séculos XIII e XVIII, a atividade mercantil econômica e cultural era intensa na Europa, principalmente na Itália, em razão disto, a Contabilidade teve aí um desenvolvimento significativo (IUDÍCIBUS, 1994).

O Frei Luca Pacioli editou, nesse período, a “*Suma de aritmética, geometria, proporção e proporcionalidade*” em que se fala sobre o “*tractatus de Computis et Scripturis*” (SÁ, 1997), que trata do método das partidas dobradas, tornando-se o mais importante avanço da Contabilidade. A partir daí, inicia-se um período de domínio da

Contabilidade pelos italianos, o qual ficou conhecido como “Escola Italiana” (IUDÍCIBUS, 1994).

Segundo Antônio Lopes de Sá (1997), nascido o método das partidas dobradas, inicia-se outra fase no avanço da Ciência Contábil: há o aparecimento de literatura, importante sustentáculo para a difusão do pensamento contábil. As primeiras obras datam do século XI, seguidas por livros do século XIV. Entretanto, somente no século XVIII, é que o processo realmente se intensifica com a massificação da imprensa.

Durante o século XVI, as obras produzidas procuraram demonstrar o rigor dos princípios que regiam a Contabilidade, como também sua imensurável contribuição à gestão de patrimônio e capitais, provando a sua utilização em todos os ramos da atividade humana.

Seguido ao período da Literatura Contábil, surge o período pré-científico da doutrina, marcada por obras que deixaram de ser limitadas à mera descrição de procedimentos a identificar conceitos, proposições e teorias.

Nessa época, em que já se desfrutava de um pensamento pré-científico sobre a Contabilidade, nasce o Contismo. Este pensamento contista tem a posição centrada no instrumento contábil, que é a conta, como se fosse o objeto principal de observação desta disciplina.

Para os pensadores contábeis que criaram o movimento contista, o processo de escrituração contábil devia subordinar-se ao funcionamento das contas, em que o objetivo das contas é o de registrar um débito e um crédito, representando um bem ou um direito a receber, ou uma obrigação a pagar, ou seja, o processo central de registro do haver e do dever.

A Contabilidade, nestes primeiros momentos, como afirma Hermann Jr. apud Schmidt (1996) “... apresentava-se, pois como Ciência das Contas”.

O pensamento contista continuou a se desenvolver e, apesar das críticas, coube aos contistas o papel de iniciadores de uma corrente de pensamento que fortaleceu a Contabilidade como uma atividade humana com vida própria, já tendendo a tornar-se uma ciência, buscando delimitar um objeto para estudos.

A fase pré-científica terminaria com disputa da hegemonia de pensamentos entre italianos e franceses.

Seguindo-se à fase pré-científica, advém o início do estágio científico da Contabilidade, em que se produzem estudos, hipóteses, enunciados e teorias, aparecendo, assim, correntes diversas do pensamento contábil, na tentativa de estabelecer uma “*verdade*” universal, na qual já se tinha a idéia da conta somente como instrumento de registro dos fatos e não como objeto de observação.

Inicia-se, em 1840, uma nova escola de pensamento, a Administrativa (SCHMIDT, 1996), também chamada de “Materialismo Substancial” (SÁ, 1997). O alvo da Contabilidade passa a ser a administração das entidades. “A Contabilidade foi definida como um complexo de conhecimentos e de operações que servia à aplicação de diversos casos e métodos para o controle da administração” (SCHMIDT, 1996, p. 411).

Segundo Schmidt (1996), em 1867, surge a escola Personalista, que aborda, como ponto central de discussão, o estudo das relações jurídicas entre as pessoas do proprietário, dos correspondentes (terceiros) e dos consignatários. Em seguida, tem-se a escola Controlista, em que a Contabilidade é vista como a ciência do controle econômico.

Para os controlistas, os balanços, as contas, os orçamentos, as demonstrações de resultados, etc. representam uma forma de controle da riqueza dos organismos econômicos. Estes mecanismos servem para fiscalizar os movimentos da riqueza à disposição das unidades econômicas e obrigam as pessoas que com ela lidam a exercerem a sua atividade de modo que os administradores consideram mais vantajoso (SCHMIDT, 1996, p.142).

Após a teoria do Controlismo, nasce a teoria do Reditualismo, tendo o seu berço mais forte na Alemanha. Essa corrente admitia que o resultado deve ser objeto de estudo da Ciência Contábil, estando o trabalho do administrador e o do contador atrelado à consecução do lucro.

Segundo Schmidt (1996, p. 278):

Alguns fatores que contribuíram para esta evolução foram o desenvolvimento dos mercados financeiros, a aceleração crescente da concentração da companhia e expansão dos grupos empresariais, as crises sociais dos períodos de guerra e pós-guerra, etc.

Seguido ao Reditualismo, advém, em 1922, o Aziendalismo, corrente de pensamento que situa a azienda como centro da estrutura contábil.

A azienda só pode existir com a riqueza, mas em verdade, não só a riqueza é a produtora de fenômenos aziendais.

Na cronologia da história, segue-se ao Aziendalismo, em 1926, o Patrimonialismo, corrente adotada até os dias atuais, tendo, como seu grande mentor, *Vicenzo Masi*, italiano, nascido na cidade de Rimini, ao final do século XIX. Mesmo que o Patrimonialismo somente aparecesse por volta de 1926, a intenção dos estudiosos e pesquisadores sempre foi a de bem gerir a riqueza e a propriedade.

Na teoria patrimonial, como apresenta D'Áuria (apud SCHMIDT, 1996, p.335):

... a conta tem a função de acolher, distintamente, os fatos de ordem ativa, passiva e diferencial. Qualquer conta do ativo registra os fatos que representam bens em mãos ou bens a receber, ou o exercício de um direito real ou pessoal, as do passivo os bens a entregar ou a sujeição a uma obrigação real ou pessoal as da diferencial, tudo aquilo que produz ou reduz patrimônio líquido.

Assim, conhecendo-se, um pouco, a história da Contabilidade, é possível perceber-se que todas essas tendências do pensamento contábil preocuparam-se em situar a verdadeira matéria de estudo da Contabilidade e a classificação desta no mundo científico.

O desenvolvimento da Contabilidade como ciência foi de grande relevância para tal disciplina. Afinal, a Contabilidade não é vista mais como “mera prática de escrituração”, e sim, como uma ciência que tem como objeto de estudo o patrimônio.

Portanto, como descreve Schmidt (1996, p.359):

Esta escola, assim como a maioria das escolas que afloram no final do século passado e início deste século, buscou um novo caminho para a Contabilidade, procurando uma linguagem para melhor traduzir o dinamismo patrimonial, ou seja, passando de uma simples disciplina voltada para a representação, para uma disciplina preocupada com a gestão patrimonial, tanto no seu aspecto estático, como no seu aspecto dinâmico.

2.2 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

Criou-se, o curso de Ciências Contábeis nacionalmente, através do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945. Logo após sua criação, de acordo com o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, surgiu o Conselho Federal de Contabilidade, que definiu as atribuições do contador, profissional diplomado em curso superior, e do técnico em Contabilidade.

O curso de graduação em Ciências Contábeis, a partir do conhecimento da história, foi, durante a década de 90, um dos maiores em crescimento numérico do Brasil, de acordo com informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2003). O crescimento foi aproximadamente de 44%: em 2000, havia 494 cursos de graduação em Ciências Contábeis e, em setembro de 2003, mais de 200 novos cursos tinham sido

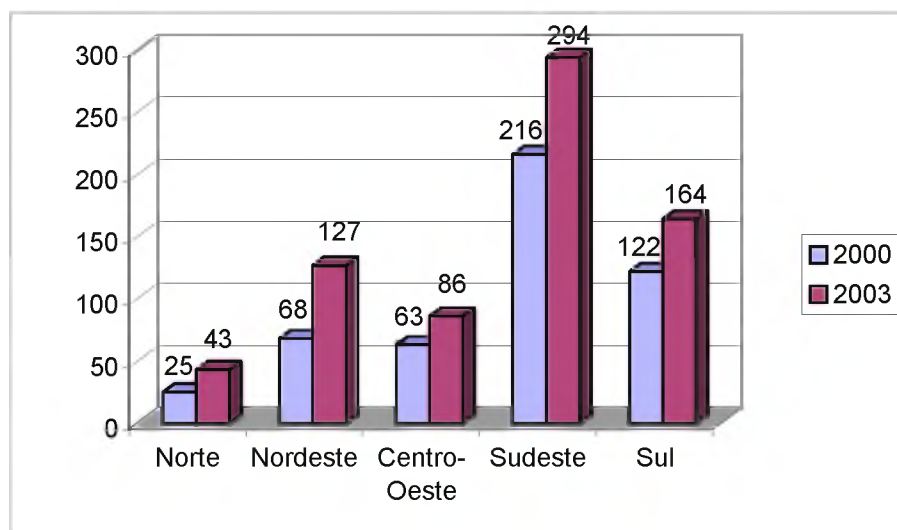
autorizados. Hoje, são 714 cursos permitidos pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), na área contábil.

Tabela 1 – Cursos de Ciências Contábeis, por região geográfica do Brasil.

REGIÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE	
	2000	2003
Norte	25	43
Nordeste	68	127
Centro-Oeste	63	86
Sudeste	216	294
Sul	122	164
TOTAL	494	714

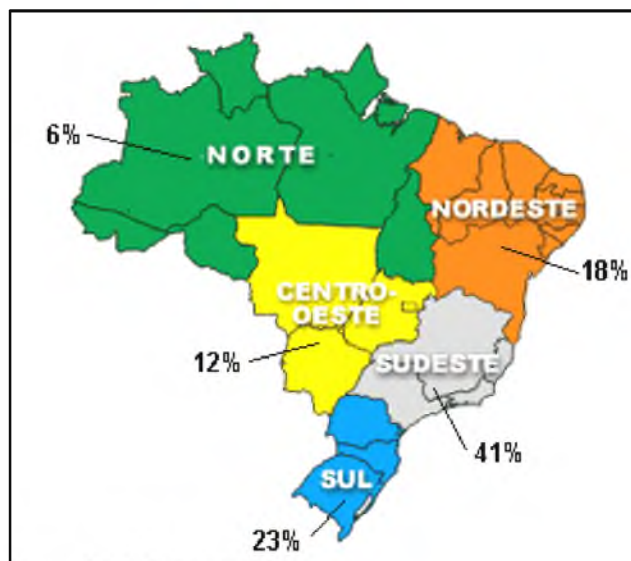
Fonte: MEC/INEP (2003)

Gráfico 1 – Evolução do número de cursos de graduação em Ciências Contábeis, por região geográfica, de 2000 a 2003.



Fonte: MEC/INEP (2003).

Gráfico 2 – Distribuição percentual dos cursos de graduação em Ciências Contábeis (2003).



Fonte: MEC/INEP (2003)

A análise dos dados da tabela 1, comparando-se os anos de 2000 a 2003, fica comprovado um crescimento numérico de 44%, aproximadamente, dos cursos de Ciências Contábeis, o que confirmam os dados obtidos por esta pesquisa. Observa-se, ainda, que a grande convergência dos cursos dá-se nas regiões do Sudeste e Sul do país.

O Censo da Educação Superior é resultado de um esforço do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo levantamento do número de cursos existentes no Brasil, tanto nas Instituições públicas quanto nas privadas. Os dados acima revelam que o sistema brasileiro de educação superior ingressou num novo ciclo de expansão acelerada de cursos e, conseqüentemente, de alunos, caracterizando-se, principalmente, pela melhoria dos indicadores de eficiência e produtividade e acentuada qualificação do corpo docente. No caso da graduação em Ciências Contábeis, dado o aumento numérico de cursos como já, anteriormente, verificado, em um crescente ocorrido na década de noventa, tornava-se imperativo que os docentes participassem de cursos de mestrado e doutorado, para atender às exigências de

titulação feitas por Instituições nacionais e internacionais de fomento e, ainda, para cumprir determinação contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Art. 52, inciso I e II, em que as Instituições devem ter um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, até 2004. A previsão era de que o aumento do índice de titulação dos docentes dessas Instituições asseguraria a implantação de padrões globais de qualidade e desempenho na área de Contabilidade.

2.3 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS UNIVERSIDADES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA DE MESTRADO MULTIINSTITUCIONAL

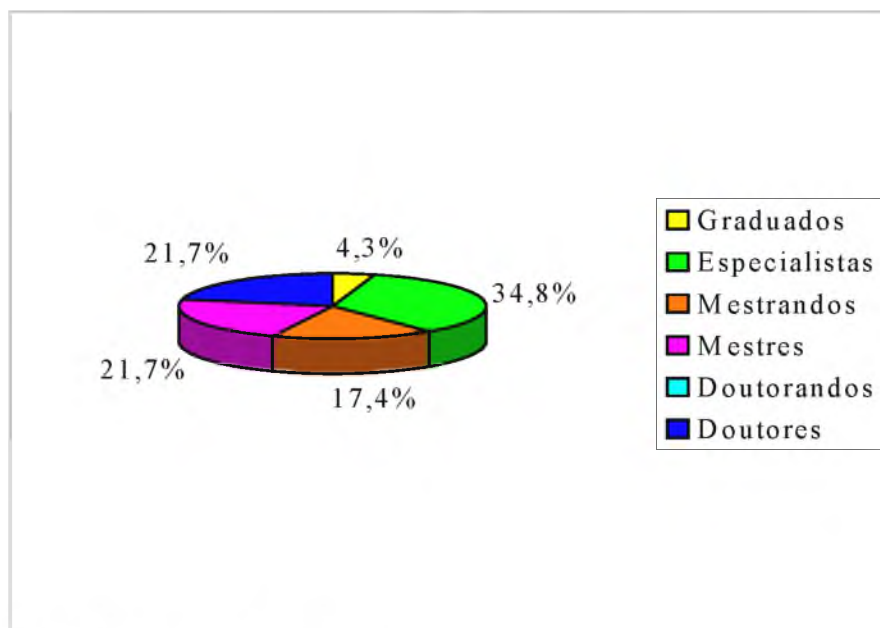
2.3.1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Pode destacar-se que, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte-(UFRN), o curso de Contabilidade surgiu na escola de Comércio de Natal. A escola transformou-se em Escola Técnica de Comércio a partir do Decreto-Lei nº 6.141/43, tornando-se o curso superior de Ciências. Em seguida, criou-se a Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Agregou-se a Faculdade à UFRN a partir de 27 de setembro de 1995, pela Lei nº 5.702/71, incorporando-se como Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas Contábeis. Em 20 de março de 1974, o Curso de Ciências Contábeis, como os demais Cursos, foi transferido para o Campus Universitário, vinculado ao CCSA através do Departamento de Administração e Contabilidade (DACON). O DACON desmembrou-se pela resolução CONSUNI (Conselho Universitário) nº 127/80, criando-se o Departamento de Contabilidade (DECON), hoje denominado DCC (Departamento de Ciências Contábeis).

Tabela 2 – Professores da UFRN, por titulação.

TITULAÇÃO	QUANTIDADE
Graduados	1
Especialistas	8
Mestrandos	4
Mestres	5
Doutorandos	0
Doutores	5
TOTAL	23

FONTE: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 3 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por titulação.

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Na tabela acima, encontram-se os dados relativos à titulação dos docentes do curso de Ciências Contábeis da UFRN, em que 4,3%, apenas, possuem o título de graduação, 34,8% são especialistas, 21,7%, mestres, 17,4%, mestrandos e 21,7% concluíram o doutorado. Constata-se que a UFRN vem incentivando e dando condições para que seu

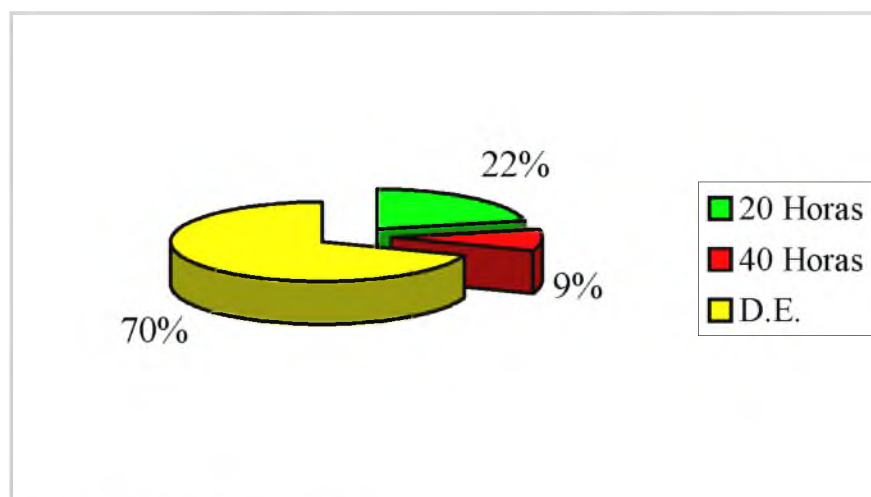
quadro docente acompanhe o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, como também atenda às exigências da LDB.

Tabela 3 – Professores da UFRN, por regime de trabalho.

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE
20 Horas	5
40 Horas	2
Dedicação Exclusiva	16
TOTAL	23

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 4 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por regime de trabalho.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Conforme tabela 3 e como demonstrado no gráfico 4, verificou-se que 70% dos professores são D.E., 22%, 20 horas e 9%, 40 horas, o que comprova a maioria dos professores serem compromissados, exclusivamente, com a Instituição.

Segundo Nossa (1999,23):

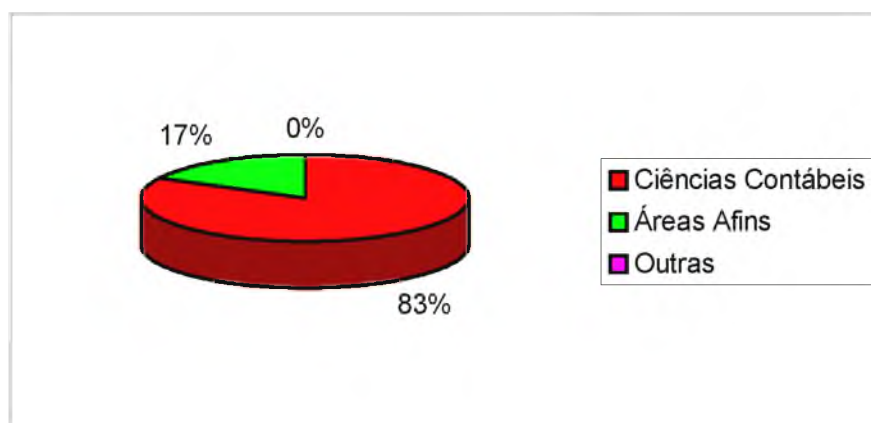
muitos professores não se dedicam exclusivamente às atividades acadêmicas por falta de melhores salários, sendo então atraídos por outros mercados de trabalho. Em muitos casos os professores exercem atividades de ensino apenas como complemento salarial e em tempo parcial.

Tabela 4 – Professores da UFRN, por área de formação.

ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Ciências Contábeis	19
Áreas Afins	4
Outras	0
TOTAL	23

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 5 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por área de formação.



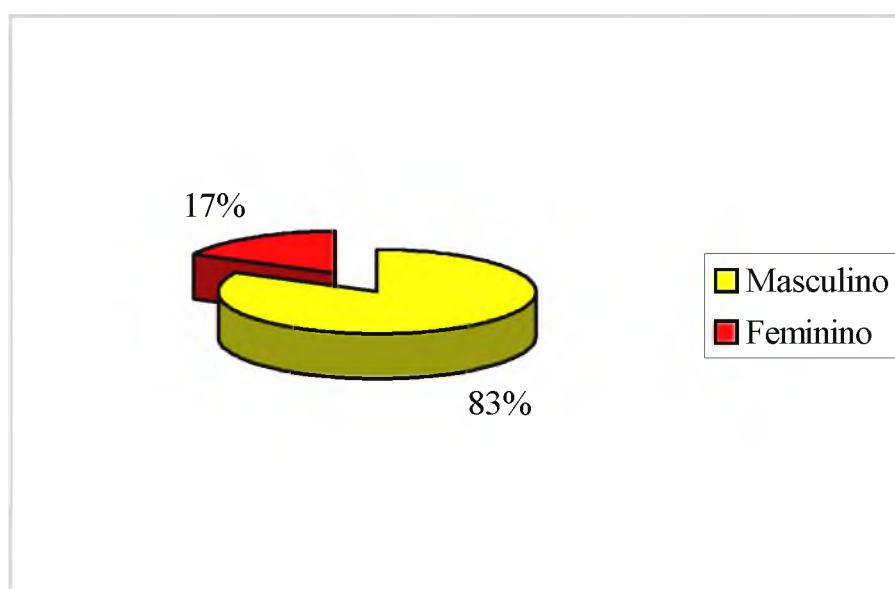
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Em pesquisa realizada no curso de Ciências Contábeis da UFRN, relativa à área de formação dos docentes, comprovou-se que a maioria dos professores são qualificados em Ciências Contábeis; de 23 professores, 83% têm formação em Ciências Contábeis, 17%, em áreas afins, o que vem revelar o interesse dos professores em possuírem título na área contábil, em virtude de ser uma área carente de professores qualificados.

Tabela 5 – Professores da UFRN, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	19
Feminino	4
TOTAL	23

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 6 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFRN, por sexo.

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

O exame dos dados da tabela 5 indica que a frequência relativa dos docentes pesquisados é de 83% do sexo masculino e 17%, do sexo feminino. Infere-se que há uma predominância de professores do sexo masculino no curso de Ciências Contábeis da UFRN.

Todos os dados das tabelas e gráficos analisados nesta pesquisa foram extraídos do quadro docente da UFRN, o qual se encontra em anexo.

2.3.2 Universidade Federal da Paraíba – UFPB

O curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - (UFPB) iniciou-se através da Resolução nº 30, de 30/10/1953, da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba. O Decreto-Lei nº 38.733 autorizou o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba que obteve seu reconhecimento pelo Decreto-Lei nº 48.754, de 11 de agosto de 1960. No mesmo ano, a Lei de Federalização nº 3.835, de 13 de dezembro, integrou a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba à Universidade Federal da Paraíba. Sua instituição deu-se pela necessidade da formação de profissionais capazes de exercer as atribuições profissionais previstas na lei nº 9.295/46.

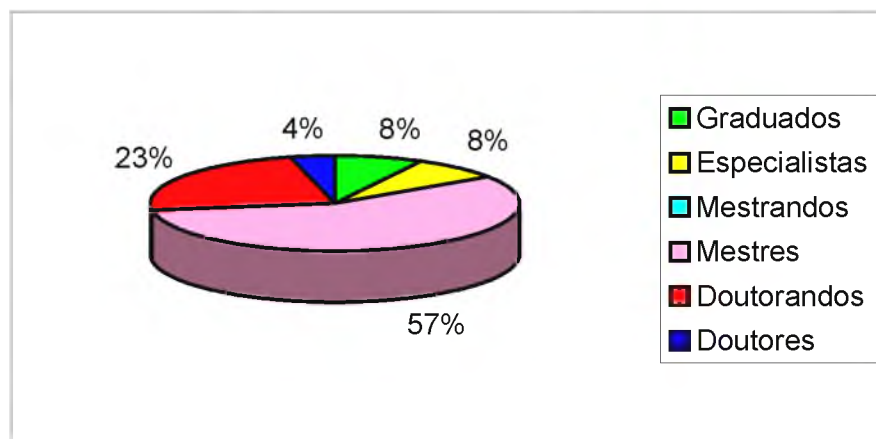
O curso superior de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba obedecia ao sistema seriado, devendo integralizar-se em 3 anos, conforme o previsto no art. 4º da Lei nº 1.401, de 31 de junho de 1951. Seu currículo era composto de 15 disciplinas divididas igualmente para as 3 séries.

Após dois anos da instituição do curso, em 02 de dezembro de 1955, criou-se a Universidade Federal da Paraíba que incorporou a Faculdade de Ciências Econômicas, de acordo com a Lei nº 1.136. Aos 30 de janeiro de 1956, o Decreto-Lei nº 38.733 autorizou o funcionamento do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba que obteve seu reconhecimento pelo Decreto-Lei nº 48.754, de 11 de agosto de 1960. No mesmo ano, a Lei de Federalização nº 3.835, de 13 de dezembro, integrou a Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba à Universidade Federal da Paraíba.

Tabela 6 – Professores da UFPB, por titulação.

TITULAÇÃO	QUANTIDADE
Graduados	2
Especialistas	2
Mestrandos	0
Mestres	15
Doutorandos	6
Doutores	1
TOTAL	26

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 7 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por titulação.

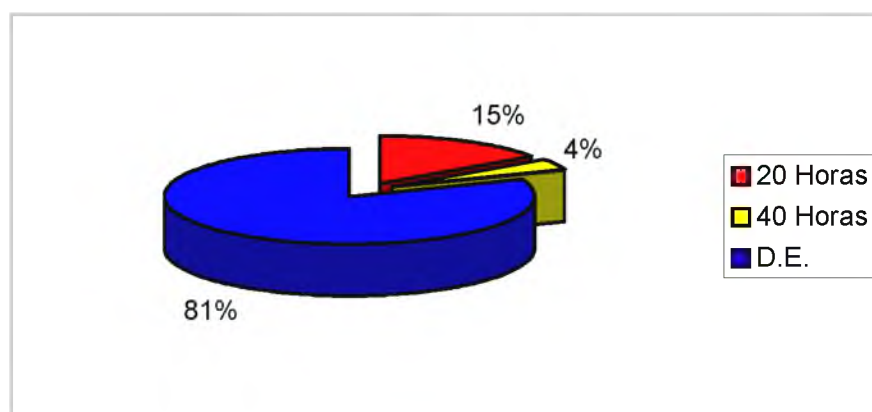
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Na tabela 6, acima, encontram-se os dados referentes à titulação dos docentes do curso de Ciências Contábeis da UFPB, em que 8%, apenas, possuem o título de graduação, 8% são especialistas, 57%, mestres, 23% encontram-se fazendo o doutorado e 4% concluíram o doutorado. Constata-se que a UFPB também vem incentivando e dando condições para que seu quadro docente acompanhe o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, como também atenda às exigências da LDB.

Tabela 7 – Professores da UFPB, por regime de trabalho.

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE
20 Horas	4
40 Horas	1
Dedicação Exclusiva	21
TOTAL	26

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 8 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por regime de trabalho.

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

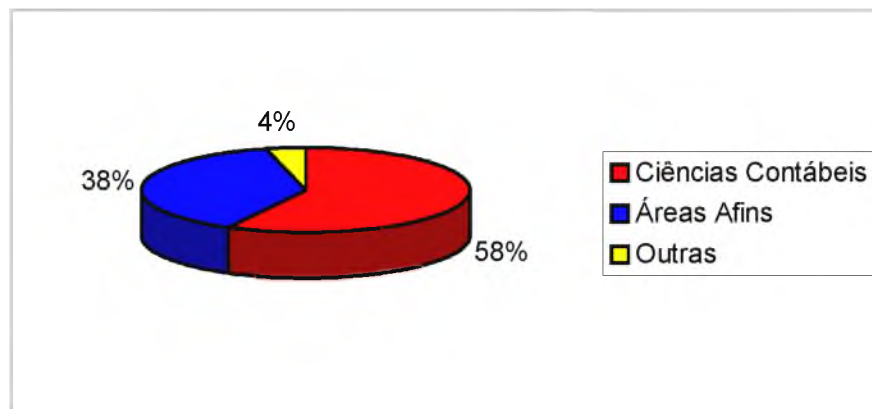
Conforme tabela 7 e como revelado no gráfico 8, verificou-se que 81% dos professores são D.E., 15%, 20 horas e 4%, 40 horas, o que constata que a maioria dos professores são compromissados, exclusivamente, com a Instituição.

Tabela 8 – Professores da UFPB, por área de formação.

ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Ciências Contábeis	15
Áreas Afins	10
Outras	1
TOTAL	26

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 9 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por área de formação.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

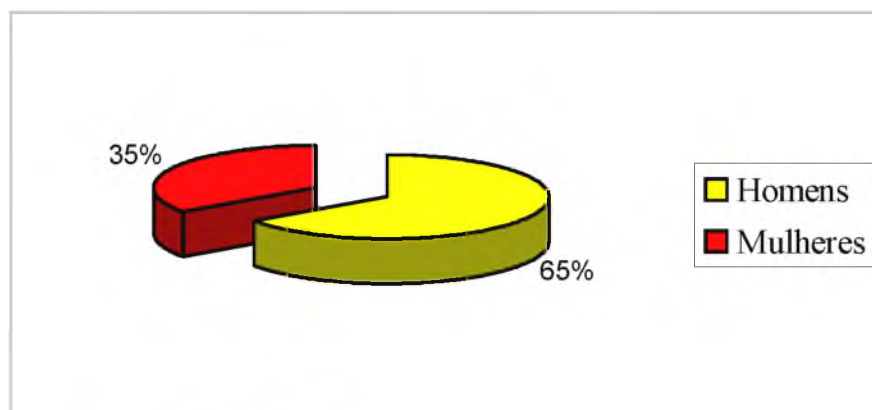
Em pesquisa realizada no curso de Ciências Contábeis da UFPB, a respeito da área de formação dos docentes, certificou-se de que a maioria dos professores são qualificados em Ciências Contábeis; de 26 professores, 58% têm formação em Ciências Contábeis, 38%, em áreas afins e, apenas, 8% possuem titulação em outras áreas, o que revela, também, o interesse dos professores possuírem título na área contábil, em virtude da carência de professores qualificados.

Tabela 9 – Professores da UFPB, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	17
Feminino	9
TOTAL	26

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 10 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPB, por sexo.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

A observação dos dados da tabela 9 assegura que a frequência relativa dos docentes pesquisados é de 65% do sexo masculino e 35% do sexo feminino. Deduz-se que há uma predominância de professores do sexo masculino no curso de Ciências Contábeis da UFPB.

Todos os dados das tabelas e gráficos analisados nesta pesquisa foram extraídos do quadro docente da UFPB, o qual se encontra em anexo.

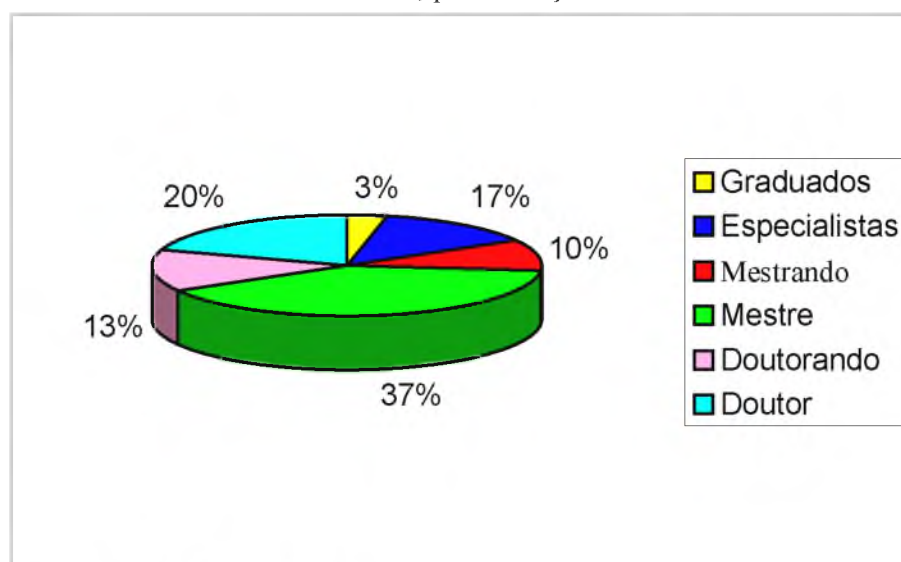
2.3.3 Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Em 1974, foi fundado o Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA - da Universidade Federal de Pernambuco-(UFPE), com a junção da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Serviço Social. O Centro é composto por quatro Departamentos Acadêmicos: Economia, Ciências Contábeis, Serviço Social e Ciências Administrativas, que oferecem seis cursos de graduação, quatro de mestrado e três de doutorado.

Tabela 10 – Professores da UFPE, por titulação.

TITULAÇÃO	QUANTIDADE
Graduados	1
Especialistas	5
Mestrandos	3
Mestres	11
Doutorandos	4
Doutores	6
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 11 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por titulação.

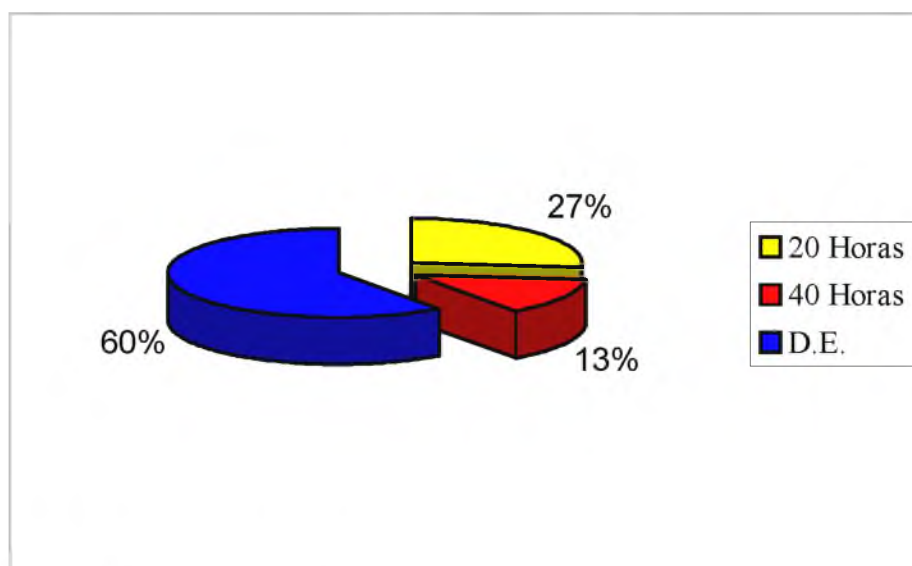
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Na tabela 10, acima, encontram-se os dados concernentes à titulação dos docentes do curso de Ciências Contábeis da UFPE, na qual 3%, apenas, possuem o título de graduação, 17% são especialistas, 37%, mestres e 10%, mestrandos em qualificação, 13% estão no doutorado e 20% concluíram o doutorado. Constata-se que a UFPE também incentiva e dá condições para que seu quadro docente acompanhe o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, como também atenda às exigências da LDB.

Tabela 11 – Professores da UFPE, por regime de trabalho.

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE
20 Horas	8
40 Horas	4
Dedicação Exclusiva	18
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 12 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por regime de trabalho.

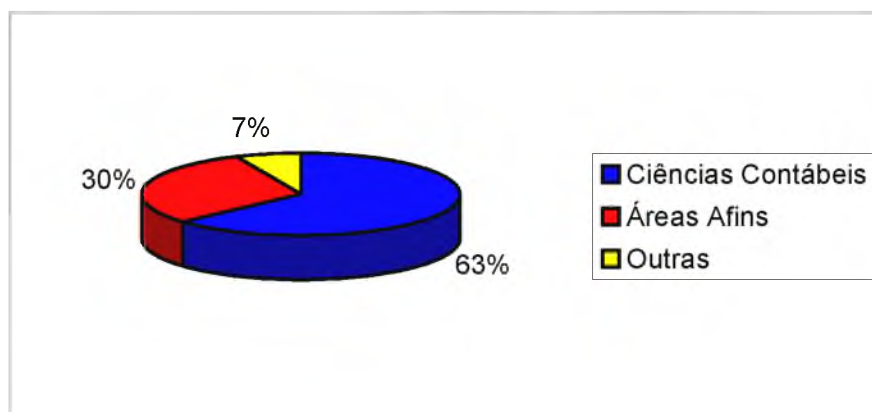
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Conforme tabela 11 e como explicitado no gráfico 12, observou-se que 60% dos professores são D.E., 27%, 20 horas e 13%, 40 horas, o que confere a grande parte dos professores serem compromissados, exclusivamente, com a Instituição.

Tabela 12 – Professores da UFPE, por área de formação.

ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Ciências Contábeis	19
Áreas Afins	9
Outras	2
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 13 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por área de formação.

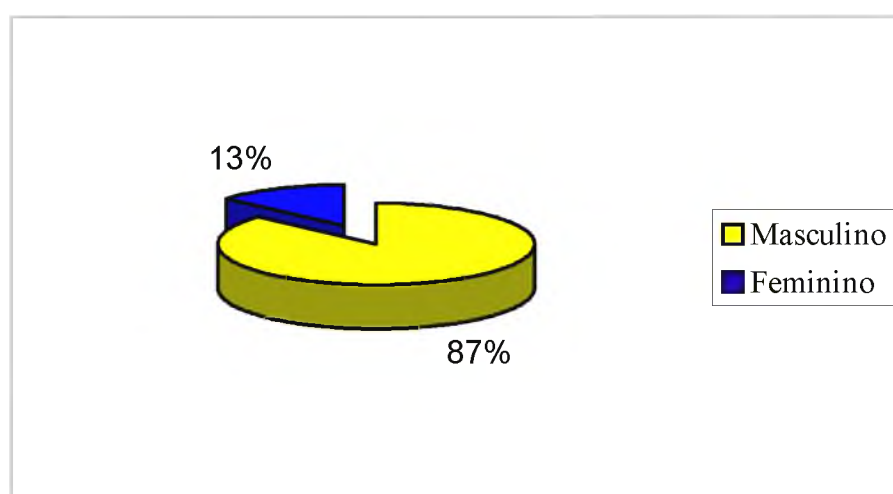
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Em pesquisa efetuada no curso de Ciências Contábeis da UFPE, em relação à área de formação dos docentes, confirmou-se que a maioria dos professores são qualificados em Ciências Contábeis; de 30 professores, 63% têm formação em Ciências Contábeis, 30%, em áreas afins e, só, 7% possuem titulação em outras áreas, o que vem fundamentar, ainda mais, a maioria dos professores em possuírem título na área contábil, em virtude de ser uma área necessitada de professores qualificados.

Tabela 13 – Professores da UFPE, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	26
Feminino	4
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 14 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UFPE, por sexo.

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

A análise dos dados da tabela 13 indica que a frequência relativa dos docentes pesquisados é de 87% do sexo masculino e 13% do sexo feminino. Infere-se que há uma predominância de professores do sexo masculino no curso de Ciências Contábeis da UFPE.

Todos os dados das tabelas e gráficos analisados nesta pesquisa foram extraídos do quadro docente da UFPE, o qual se encontra em anexo.

2.3.4 Universidade de Brasília – UnB

Em 04/12/50, pela Lei Federal nº 1.254, houve o reconhecimento do curso de Ciências Contábeis.

Foi no ano de 1977, dentro do Departamento de Administração, que o curso de graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília –(UnB) foi implantado.

O curso de graduação em Ciências Contábeis, em 1988, passou a contar com uma nova estrutura curricular, que buscava implantar uma proposta de curso de graduação inovadora. Esta nova proposta acadêmica visava à formação de um profissional voltado para a gestão de sistemas de informação.

Essa visão de ensino decorreu, em parte, da estreita ligação existente entre os cursos de Administração e Ciências Contábeis.

A Universidade de Brasília, para a efetivação e consolidação da nova proposta de curso de graduação em Ciências Contábeis, optou por organizar uma unidade acadêmica específica, com corpo docente próprio. Então, no dia 13 de março de 1991, foi criado o Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA).

Em 1992, surgiu a primeira turma do novo currículo, formada por essa recente unidade administrativa, sendo que a visão implementada na graduação foi reconhecida pela Resolução CFE 3/92. Resolução que alterava o currículo mínimo do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de ensino superior no país, com a incorporação de vários conteúdos.

Introduziu-se, no ano de 1977, o curso de graduação em Ciências Contábeis no horário diurno com poucas disciplinas específicas. E, em 1994, implantou-se o novo currículo o qual foi reconhecido pela Resolução CFE 3/92, utilizando-o nos estudos de alteração do currículo mínimo em Ciências Contábeis, no Brasil.

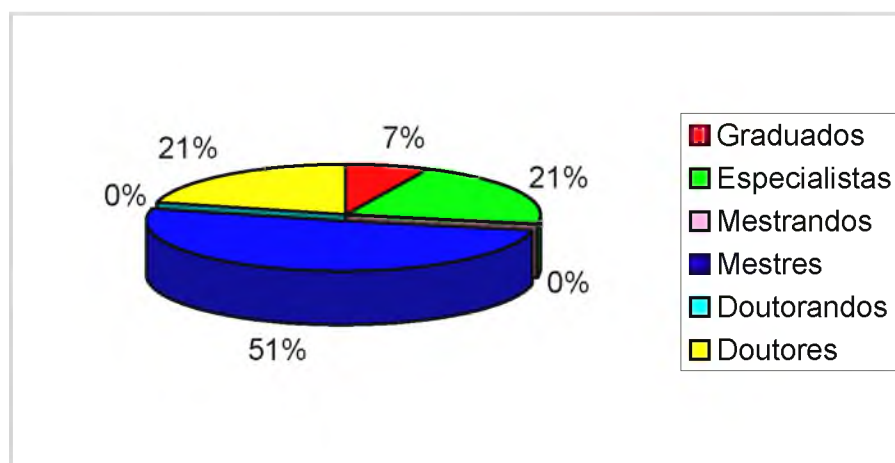
No horário noturno, o curso de graduação em Ciências Contábeis foi implantado no ano de 1994 que foi reconhecido pela Resolução CFE 3/92, sendo, também, utilizado nos estudos de alteração do currículo mínimo em Ciências Contábeis, no Brasil.

Tabela 14 – Professores da UnB, por titulação.

TITULAÇÃO	QUANTIDADE
Graduados	2
Especialistas	6
Mestrandos	0
Mestres	14
Doutorandos	0
Doutores	6
TOTAL	28

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 15 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por titulação.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Na tabela 14, acima, encontram-se os dados relativos à titulação dos docentes do curso de Ciências Contábeis da UnB, em que 7%, apenas, possuem o título de graduação, 21% são especialistas, 51%, mestres e 21% concluíram o doutorado. Constata-se que a

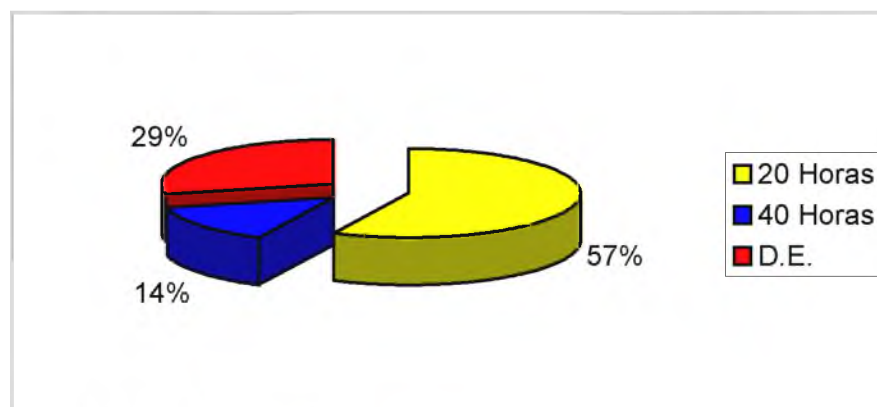
UnB, também vem dando estímulo e condições para que seu quadro docente acompanhe o desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, como também acate as exigências da LDB.

Tabela 15 – Professores da UnB, por regime de trabalho.

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE
20 Horas	16
40 Horas	4
Dedicação Exclusiva	8
TOTAL	28

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 16 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por regime de trabalho.



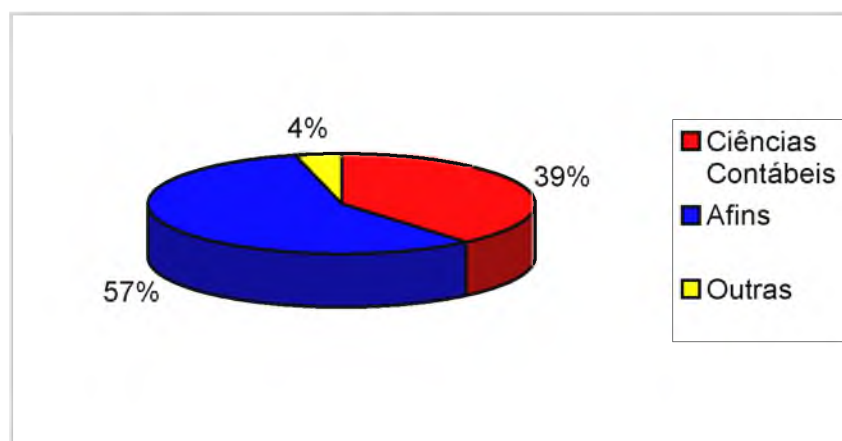
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Segundo tabela 15 e como apresentado no gráfico 16, verificou-se que a UnB apresenta uma minoria dos professores, 8% apenas, com D.E., o que difere bastante das demais instituições em análise, 57% dos professores, têm regime de trabalho de 20 horas e 14%, 40 horas.

Tabela 16 – Professores da UnB, por área de formação.

ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Ciências Contábeis	11
Áreas Afins	16
Outras	1
TOTAL	28

Fonte: Pesquisa Direta.

Gráfico 17 – Percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por área de formação.

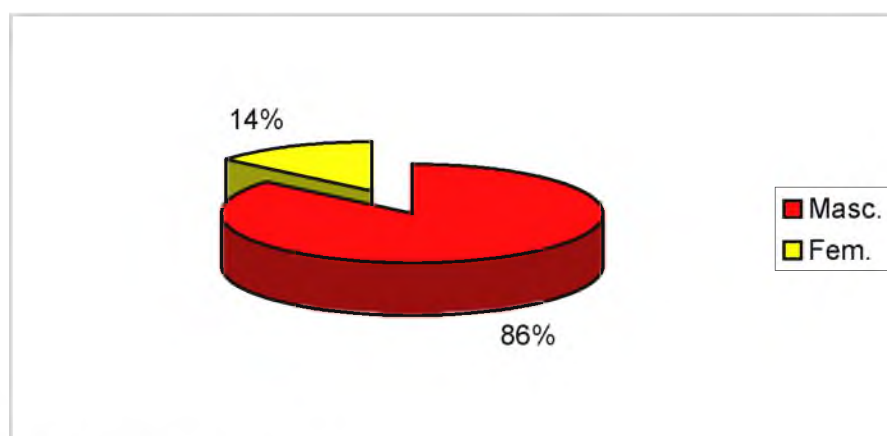
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Em pesquisa realizada no curso de Ciências Contábeis da UnB, em relação à área de formação dos docentes, ficou comprovado que a maioria dos professores são qualificados em Ciências Contábeis; de 28 professores, 39% têm formação em Ciências Contábeis, 57%, em áreas afins e, somente, 4% possuem titulação em outras áreas, o que vem reforçar, ainda mais, a preocupação dos professores em possuírem título na área contábil, em consequência da necessidade de professores qualificados.

Tabela 17 – Professores da UnB, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	24
Feminino	4
TOTAL	28

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 18 – Distribuição percentual dos professores do corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UnB, por sexo.

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Os dados da tabela 17 salientam que a frequência relativa dos docentes pesquisados é de 86% do sexo masculino e 14% do sexo feminino. Verifica-se que há uma maioria de professores do sexo masculino no curso de Ciências Contábeis da UnB.

Todos os dados das tabelas e gráficos analisados nesta pesquisa foram extraídos do quadro docente da UnB, o qual se encontra em anexo.

2.4 A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Até meados da década de 60, os cursos de pós-graduação eram ministrados nas Universidades de maneira *livre*, sem legislação própria. A primeira regulamentação ocorreu por meio do Parecer nº 977/65, do extinto Conselho Federal da Educação (CUNHA, 1974, p.67).

Inicialmente, o Parecer nº 977/65 apresenta um breve histórico da origem da pós-graduação, reconhecendo sua origem, tanto do nome quanto do sistema, como próprio da estrutura da Universidade norte-americana.

Este Parecer designou todo e qualquer curso que se segue à graduação como curso de pós-graduação, classificando-se em *stricto sensu* e *lato sensu*. Na primeira categoria, incluem-se os cursos de mestrado e doutorado, que têm por objetivo formar pessoal qualificado para exercer o magistério superior e para as atividades de pesquisa.

Na pós-graduação *lato sensu*, enquadram-se os cursos de especialização e aperfeiçoamento, que, segundo o conceito do Parecer nº 977/65, têm como finalidade o “domínio científico e técnico de uma certa e limitada área do saber ou da profissão, para formar o profissional especializado”, conferindo aos seus concludentes certificados de eficiência ou habilitação ao exercício de uma especialização profissional.

Após comprovar ser a falta de experiência em matéria de pós-graduação o motivo da utilização do modelo americano para criar-se o próprio sistema de pós-graduação, o Parecer passou a utilizar o termo pós-graduação como sinônimo do tipo de pós-graduação que, no início do Parecer, é denominada de pós-graduação *stricto sensu*.

O Parecer determinou que os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, para que tenham seus diplomas registrados no Ministério da Educação e possam produzir efeitos legais, devem ser, necessariamente, reconhecidos pelo Conselho e somente podem ser

prerrogativas das Universidades. Entretanto, em situações excepcionais, podem ser permitidas aos estabelecimentos isolados tais prerrogativas, mediante autorização do Conselho.

Percebe-se que o Parecer nº 977/65 teve grande preocupação com os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, estabelecendo suas características e orientação quanto a sua organização e funcionamento, ao contrário dos cursos *lato sensu*, limitando-se, apenas, a sua conceituação.

Apesar de já definido o modelo da pós-graduação brasileira, faltavam os mecanismos de implantação. Em razão disto, em 02 de julho de 1968, constituiu-se o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), por meio do Decreto nº 62.937, que elaborou extenso relatório sobre vários aspectos relacionados à organização, ao funcionamento e ao financiamento do estudo superior brasileiro, do qual resultou a Lei nº 5.540/68, conhecida também como Lei da Reforma Universitária.

O relatório considera os cursos de pós-graduação como condição fundamental para transformar a Universidade brasileira em centro criador da cultura, de ciência e novas técnicas.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* conduzem aos títulos de Mestre ou de Doutor. Hoje, sujeitos à legislação específica do Ministério da Educação - Lei nº 9.394, de 20.12.96, L.D.B. – e por ele reconhecidos e fiscalizados. Exigem-se apresentação de dissertação, ensaio ou defesa de tese ao fim do curso e obriga-se o registro dos diplomas no MEC. Seus currículos têm, além da abordagem pragmática e de curto prazo, um enfoque teórico e de longo alcance, indispensáveis às atividades de pesquisa científica e tecnológica e à adequada compreensão dos problemas mais complexos com que, normalmente, se defronta o administrador.

Resumindo:

A pós-graduação stricto sensu “é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional: confere grau acadêmico e a especialização concede certificado.”

A pós-graduação em Contabilidade, no Brasil, apresenta-se em número reduzido. Em nível *stricto sensu*, são apenas nove cursos de mestrado e um de doutorado (CAPES, 2003).

As condições de implantação de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, muitas vezes, são complexas, como observam Iudícibus e Marion (1993, p.2), “a falta de professores em número suficiente em tempo integral, se na graduação é prejudicial, na pós-graduação, pode ser fatal por causa dos problemas de orientação de teses de mestrado e doutorado”.

De acordo com Carastan, Riccio e Sakata (1999), no Brasil, em 1962, surgiu o primeiro doutorado em Contabilidade, na Universidade de São Paulo (USP) e, em 1970, surgiu o programa pioneiro de Mestrado em Contabilidade, reconhecido pelo MEC, na Universidade de São Paulo. Desde então, outras três Universidades iniciaram seus programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Contabilidade: em 1978, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), em 1984, a Fundação Getúlio Vargas (IESC)-Rio de Janeiro e transferindo oficialmente para Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1993. Estes programas estão na categoria de *stricto sensu*. Eles incluem o Mestrado e Doutorado. O Mestrado é um programa com uma média, hoje, de 24 meses para que a CAPES reconheça a qualidade e a excelência do curso. Ele requer que o estudante obtenha um total de créditos em disciplinas, além de uma dissertação que deve

ser aprovada por uma comissão de professores doutores, durante uma sessão pública. O doutorado, com uma média de quatro anos de duração, requer que o estudante obtenha um total de créditos, já tendo o mestrado. O candidato tem que desenvolver uma tese a ser aprovada por uma comissão de doutores, em uma sessão pública.

Segundo Parecer CESu (Conselho Ensino Superior) –CNE (Conselho Nacional de Educação) nº 977/65, contido na Legislação e Normas da Pós-Graduação Brasileira da CAPES, de outubro de 2002, p. 297, a pós-graduação *stricto sensu* compreende os cursos de mestrado e de doutorado. “O mestrado pode ser encarado como etapa preliminar na obtenção do grau de doutor”, mas não é requisito obrigatório. “O doutorado tem por finalidade proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e poder criados nos diferentes ramos do saber”.

O Brasil, em 1999, possuía apenas os quatro cursos de mestrado acima citados, e apenas um de doutorado em Ciências Contábeis. Ademais, estes cursos estavam concentrados, em sua quase totalidade, na região Sudeste. O reduzido número de cursos de pós-graduação fazia com que, em 1999, existissem, no País, apenas 90 doutores e 450 mestres, aproximadamente.

Segundo a CAPES, as Instituições que ministram cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis no país, por ela recomendados, são em nove, relacionados a seguir.

Quadro 1 – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES.

Instituição	Unidade Federativa	Tipo
USP	São Paulo	Mestrado Institucional
USP	São Paulo	Doutorado Institucional
PUC	São Paulo	Mestrado Institucional
FACESP	São Paulo	Mestrado Institucional
UFRJ	Rio de Janeiro	Mestrado Institucional
UERJ	Rio de Janeiro	Mestrado Institucional
FVC	Bahia	Mestrado Institucional
UNISINOS	Rio Grande do Sul	Mestrado Institucional
UnB	Brasília	Mestrado Multiinstitucional

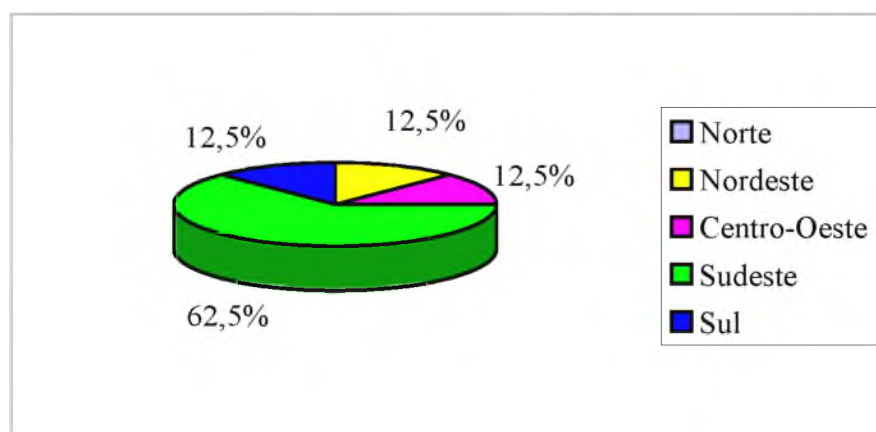
Fonte: MEC/CAPES (2003)

Tabela 18 – Cursos de mestrado em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES, por região geográfica.

REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	0
Nordeste	1
Centro-Oeste	1
Sudeste	5
Sul	1
TOTAL	8

Fonte: MEC/CAPES (2003).

Gráfico 19 – Distribuição percentual, por região geográfica, dos cursos de mestrado em Ciências Contábeis cadastrados pela CAPES.



Fonte: MEC/CAPES (2003).

A tabela 18 mostra a grande concentração dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na região Sudeste do país, o que dificulta, realmente, a qualificação de professores das demais regiões do país.

Tabela 19 – Cursos de doutorado em Ciências Contábeis cadastrados na CAPES, por região geográfica.

REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	0
Nordeste	0
Centro-Oeste	0
Sudeste	1
Sul	0
TOTAL	1

Fonte: MEC/CAPES (2003).

Na tabela 19 fica evidenciada a singularidade do curso de pós-graduação em nível de doutorado o que, com certeza, dificulta o desenvolvimento na qualificação dos docentes em Ciências Contábeis.

Os números apresentados evidenciam que, com a quantidade de cursos de pós-graduação existente até 1999, dificilmente, seriam alcançados os almejados níveis de qualidade do ensino e da pesquisa na área de Contabilidade. Ressalta-se que a incipiente infra-estrutura de pós-graduação na área de Ciências Contábeis restringia as chances de as IES brasileiras alcançarem, na área de Ciências Sociais Aplicadas, as exigências da legislação pertinente e já amplamente citada anteriormente.

No V Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, analisaram-se as situações de pós-graduação no Brasil e detectou-se uma urgente necessidade de melhorar a capacitação do pessoal do ensino superior, tendo em vista as necessidades das Instituições de Ensino Superior em todas as regiões do país. A capacitação é uma imposição natural de

qualificação, mercado e, principalmente, da Legislação. A LDB faz exigências a partir de 2004, concernentes à formação de mestres e doutores para comporem os quadros docentes das Instituições de Ensino Superior, com um percentual não inferior a 30%.

**A MULTIINSITUCIONALIDADE E SUA DIVERSIADE E O
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

3 A MULTIINSTITUCIONALIDADE E SUA DIVERSIDADE E O PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

3.1 A MULTIINSTITUCIONALIDADE E SUA DIVERSIDADE

A Multiinstitucionalidade, (EMBRAPA, 2003), é uma parceria na qual devem estar envolvidas, pelo menos, duas Instituições com personalidade jurídica própria. A parceria entre faculdades ou departamentos de uma mesma Instituição de Ensino Superior não é considerada multiinstitucionalidade, mas interinstitucionalidade, cujo caráter atinge a determinados fins específicos.

A parceria (EMBRAPA, 2003), deve estar bem caracterizada pela efetiva participação de cada Instituição na execução do Projeto. Cada parceria deve envolver-se com execução de, pelo menos, um subprojeto, ensejando multidisciplinaridade e complementaridade na abordagem do problema focalizado no projeto. Instituições que vierem a participar apenas prestando algum tipo de apoio ou serviço serão consideradas colaboradoras, e não, executoras.

Projetos que envolvam parceria com Instituições privadas, atendidas a todas as exigências, terão acolhida preferencial. A parceria com Instituições estrangeiras é admitida, mas não é permitida a transferência de recursos para o exterior.

As Instituições envolvidas deverão vir com proposta inovadora e relevante, que permita consolidar um corpo docente com titulação adequada, com os objetivos de implantar um programa e projetos em ensino e de pesquisa em áreas de interesse conjunto.

As Instituições com envolvimento na parceria elegerão uma, dentre elas, para ser a coordenadora técnica do projeto. A condição de proponente e gestora financeira do projeto

deverá ser confiada a uma fundação de direito privado, que tenha, como objetivo institucional-expresso em seu estatuto a finalidade de prestar apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Somente Instituições brasileiras poderão ser coordenadoras ou proponentes.

A Multinstitucionalidade é recomendada, quando a singularidade torna impossível a concreticidade de projetos que imponham transferência de conhecimento entre partes integrantes, para realização de determinado fim coletivo.

Durante a investigação, constatou-se que os Estados Unidos, país do primeiro mundo, utilizam da multiinstitucionalidade, como forma de qualificação do ensino-aprendizagem.

Não é privilégio de países que não estão em primeiro mundo, adotarem a atitude comportamental-institucional de parcerias institucionais, como se pode detectar nos Estados Unidos, encontrando-se dezenas de trabalhos conjuntos, o que demonstra, filosoficamente, que parcerias podem trazer meios de desenvolvimento ao processo do conhecimento específico, quando se junta exponencial de qualidade.

Podem ser citadas importantes Universidades que trabalham conjuntamente, com ações que auxiliam na consolidação dos argumentos de que a participação dos professores em grupos organizados, como agentes mais eficazes de transformação da sociedade maior, direcionando suas próprias pressuposições, tornando-os capazes de verem diferentes possibilidades de sociedade e diferentes e melhores modos de vida.

Um exemplo a ser citado é o Centro Multiinstitucional Oak Brook, (2003), foi criado pela reunião de cinco Universidades do Estado de Illinois, com a finalidade de desenvolver investigações conjuntas para melhor servirem aos cidadãos dos Estados Unidos. As Universidades envolvidas são: Illinois State University, Northern Illinois

University, University of Illinois at Springfield and University of Illinois at Urbana-Champaign.

Elas desenvolvem grandes projetos em áreas distintas, como: Pesquisa Avançada em Educação, Rede Estadual de Ligação por Satélite, Consórcio de Estudos Pós-Secundário e um Multiinstitucional Centro de Estudos Sociais em Lake County.

Um dos mais importantes projetos multiinstitucionais chama-se a União Cooper, (2003), liderado pela professora Roxanne Jacoby, a qual envolve uma perspectiva global em Tecnologia gerencial através do mundo com Universidades na Rússia, no Japão, na Romênia, na Hungria e na França. A finalidade é de desenvolver as habilidades grupais e internacionais de efetiva comunicação, um forte senso de valores e uma ética de perspectivas internacionais.

Dentro deste Centro de Cooperação Multi-Universitário encontram-se as Universidades do Estado de Ohio, a Universidade Internacional da Flórida e outras nos países citados.

Existem seis projetos nas seguintes áreas: Globe Tech VI (Fall 2000), Globotech Project, Globotech-IV Project (Fall 1998), Multi-University Design Project and Multimedia Design Modules, Multi-Year, Multi-University Project e Smart Street Concept.

Um outro programa multiinstitucional internacional que pode ser citado é o ESAC-Energy Systems Analysis Consortium (2003), compreendendo a Purdue University, University of Missouri Rolla, a University of Wisconsin Milwaukee, a Academy the U.S. Navy Postgraduate School e a University of Champaign.

Esta reunião de Universidades e a Multiinstitucionalidade têm a finalidade concernente com a análise, as simulações e o design de energia elétrica e sua conversão e distribuição em todos os Estados Unidos, concentrando suas fundamentações na base

aeroespacial e toda a força elétrica-eletrônica que os laboratórios das Universidades envolvidas possam produzir.

No Brasil, a multiinstitucionalidade começou a ser aceita e reconhecida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1995, com o programa de Doutorado em Engenharia de Produção que envolvia seis Instituições independentes no Estado do Paraná.

De 1995 até 2002, foram dez programas incentivados e reconhecidos pela CAPES. Desta forma, pode-se apresentar cada um deles com seus integrantes e objetivos.

Quadro 2 – Cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES.

Área de Concentração	IES/ Instituições Envolvidas	Região	Cadastro na CAPES	Tipo	Ano
Engenharia de Produção	LACTEC/UFPR/UFSC /Estado/ Copel/Prefeitura	Sul	LACTEC	Doutorado	1995
Ciências Contábeis	UnB/UFPB/UFPE/UFRN	Nordeste/ C.Oeste	UnB	Mestrado	1999
História	UEM/UEL	Sul	UEM	Mestrado	1999
Zootecnia	UFRPE/UFPB/UFC	Nordeste	UFRPE	Doutorado	1999
Administração	UEM/UEL	Sul	UEM	Mestrado	1999
Odontologia	UFPB/UFBA	Nordeste	UFPB	Doutorado	1999
Física	UEM/UEL	Sul	UEM	Doutorado	2000
Relações Internacionais	UNESP(Mar)/PUC-SP/ UNICAMP	Sudeste	UNESP (Marília)	Mestrado	2001
Agronegócios	UFMS/UnB/UFG	Centro-Oeste	UFMS	Mestrado	2002
Bio Informática	USP/IME/IQ/ESALQ/ICB/ FMVZ/FCFRP/FFCLRP/IF SC/IB	Sudeste	USP	Doutorado	2002

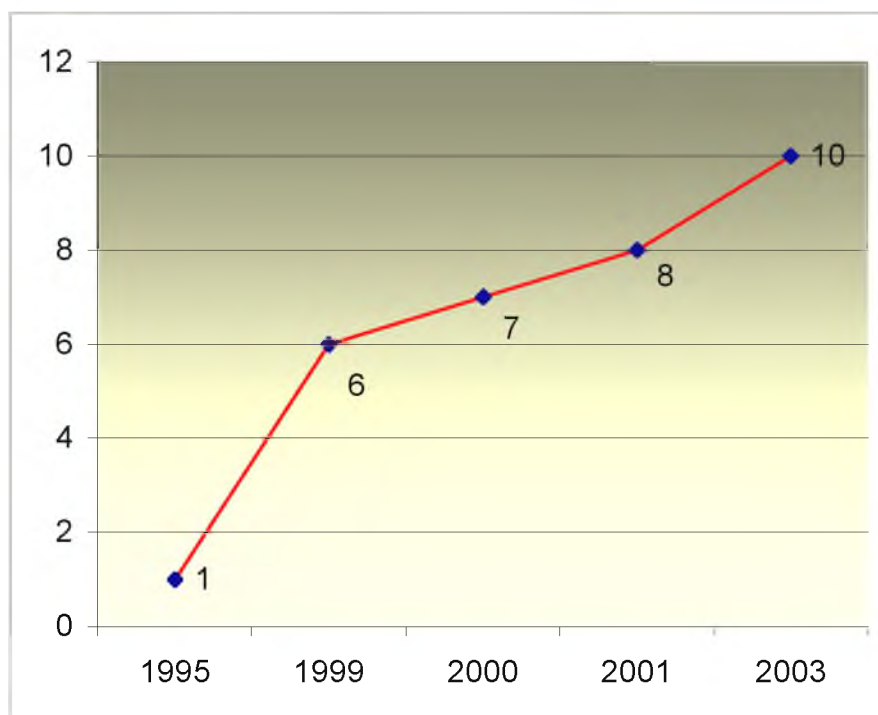
Fonte: MEC/CAPES (2003).

Tabela 20 – Evolução da oferta de cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por ano (1995 -2003).

ANO	QUANTIDADE ACUMULADA
1995	1
1996	1
1997	1
1998	1
1999	6
2000	7
2001	8
2002	10
2003	10
TOTAL ATUAL	10

Fonte: MEC/CAPES (2003).

GRÁFICO 20 Evolução da oferta de cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por ano (1995 -2003).



Fonte: MEC/CAPES (2003).

A análise dos dados da tabela 20 indica que houve um crescimento significativo do número de cursos multiinstitucionais a partir de 1999, ano da criação do Programa de Mestrado Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis.

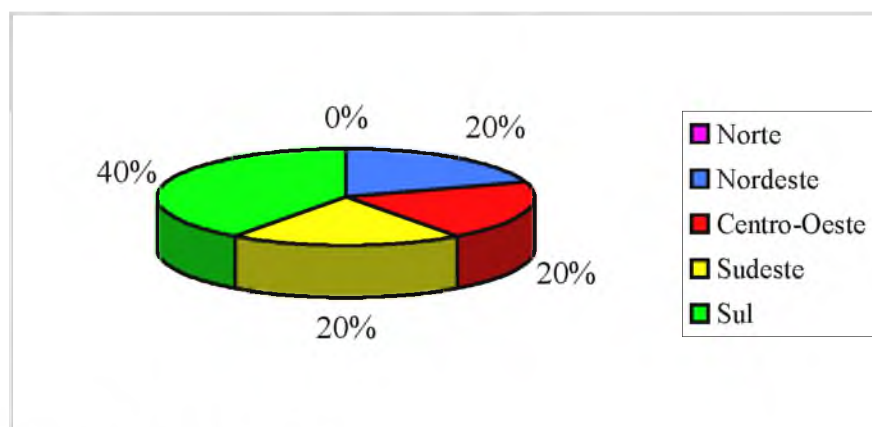
Tabela 21 – Cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por região geográfica.

REGIÃO	QUANTIDADE
Norte	0
Nordeste	2*
Centro-Oeste	2
Sudeste	2
Sul	4
TOTAL	10

FONTE: MEC/CAPES.

(*) Na Região Nordeste (UFRN/UFPB/UFPE), não está sendo computado o Mestrado Multiinstitucional Desenvolvido com a Região Centro-Oeste (UnB), porque o cadastro do mestrado na CAPES é da UnB.

Gráfico 21 – Distribuição percentual dos cursos multiinstitucionais cadastrados na CAPES, por região geográfica.



Fonte: MEC/CAPES (2003).

O resultado destes dados confirma as informações obtidas pela pesquisa, que apontam a diversificação dos cursos multiinstitucionais de pós-graduação *stricto sensu* nas

diversas regiões do país, levando o sistema a uma descentralização de cursos nas regiões sudeste e sul do país.

Com a finalidade de demonstrar-se o acima exposto, pode evidenciar-se: o Departamento de Zootecnia (DZ), (2003), da UFRPE mantém, desde 1981, o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em nível de Doutorado Integrado em Zootecnia, criado em 1999 e que congrega a UFRPE, e as Universidades Federais do Ceará e da Paraíba (UFPB). O setor está dividido em cinco áreas acadêmicas: Forragicultura, Produção de Ruminantes, Produção de Não-ruminantes, Melhoramento Animal, Nutrição Animal.

O objetivo deste multi é o de formar cidadãos que sejam capazes de transformar a sociedade, conscientizando-os dos seus direitos dentro do contexto sócio-econômico-político-cultural brasileiro; promover a formação de profissionais na área da Zootecnia e na de outras afins, capazes de contribuir para o desenvolvimento no meio Rural; provocar a realização de pesquisas básicas e aplicadas relacionadas com as ciências afins, voltadas às necessidades regionais e nacionais; atender às carências da sociedade, bem como às peculiaridades do mercado de trabalho regional e nacional; estabelecer relações de convívio pedagógico entre professores, técnicos administrativos e estudantes.

O Programa Multiinstitucional de Pós-Graduação *stricto sensu* para o Centro-Oeste – Agronegócios, (2003), em nível de Mestrado, uma parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMT), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília (UnB). Foi criado e recomendado pela CAPES, em 2002. São oferecidas 45 vagas, sendo 1/3 (um terço) a cada Instituição participante. Tem como áreas de concentração em: Gestão, Coordenação e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais e em: Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.

O referido Programa tem como objetivos: o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação de novas tecnologias em Agronegócios, além da formação de pessoal especializado, com perfil inovador, adaptados às exigências da sociedade e do mercado de trabalho, tencionando o desenvolvimento regional e nacional.

O Programa de Pós-Graduação em Administração-Mestrado (PPA), (2003), uma parceria entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), foi recomendado pela CAPES, em 1999, e está em pleno funcionamento até hoje. Até a presente data, houve uma defesa de tese. O curso, atualmente, conta com 15 alunos matriculados na UEM e 9 alunos na UEL. Tem como área de concentração Gestão de Negócios.

Esta proposta vem acolher uma necessidade de região Norte/Nordeste do Estado do Paraná, na qual não há oferta de cursos dessa natureza. A localização geográfica das cidades de Londrina e Maringá permite também atender a uma demanda reprimida de alguns países vizinhos do MERCOSUL, que têm, regularmente, encaminhado solicitações a essas Instituições.

A articulação entre ensino e pesquisa consolidar-se-á através da implementação e desenvolvimento de novas temáticas, tais como: processos de internacionalização de empresas brasileiras no MERCOSUL, estudo das tendências organizacionais rumo à organização virtual, entre outras. A articulação entre pós-graduação e graduação responsabilizar-se-á pela boa elevação dos níveis de qualificação docente e pela transferência de conhecimentos oriundos das pesquisas, dos trabalhos, dos seminários, aos alunos de graduação.

O conteúdo dessa área de concentração mostra-se como uma tendência na área de Administração, uma vez que privilegia temas atuais de natureza multi e interdisciplinar, que, em alguns aspectos, podem não ser contemplados em outros programas oferecidos

pelo país. A área de Gestão de Negócios exige um perfil do candidato com experiência gerencial e/ou acadêmica, mais voltado para a prática das organizações de negócio. A relevância desta área, portanto, caracteriza-se como um importante fator de qualificação profissional.

Os principais objetivos deste Curso de Mestrado são os de: desenvolver pesquisas e estudos que contribuam para a evolução do conhecimento administrativo, num contexto globalizado e numa perspectiva multi e interdisciplinar; qualificar profissionais para o processo de gestão e transformação das organizações; esmerar professores para os Cursos de Administração e áreas afins; formar alianças com outras IES e com órgãos/entidades ligadas à cooperação científica e tecnológica na questão das organizações de negócio; medrar projetos de pesquisa que promovam a evolução do conhecimento na área de gestão de negócios, e, subsidiariamente, de estudos organizacionais; manter maior intercâmbio entre pesquisadores, professores e profissionais da administração com os países do MERCOSUL.

O Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, (2003), na forma institucional entre a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Puc-SP), visa à formação e ao aperfeiçoamento de docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados, bem como ao desenvolvimento científico e tecnológico dessa área. Este Programa é apoiado pela CAPES/MEC.

Este Programa foi criado para atender à crescente demanda por uma formação acadêmica especializada de empresas, movimentos sociais, ONGs, regulamentação do direito internacional e comércio mundial, entre outras. Tem, como área de concentração, Instituições, Processo e Atores com três linhas de pesquisa: Organizações Internacionais, Integração Regional, Estado e Nação. Globalização é a área da Política Externa, também

com três linhas de pesquisa: Política Externa Brasileira, Economia Política Internacional e Segurança Internacional. Esse Programa objetiva a formação e o aperfeiçoamento de docentes, pesquisadores e recursos humanos especializados, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico dessa área

O Programa Associado de Pós-Graduação em História, (2003), em nível de mestrado, nasceu de uma parceria entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), durante a década de 1990. Foi instituído em 1999, após trâmites internos na Universidade Estadual de Maringá e na de Londrina, através da Resolução nº 013/99-CEP, da UEM e Resoluções nº 08/99-CA, 09/99-CEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) e 010/99-CEPE, da UEL. Após, encaminhou-se o projeto do Programa à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), onde foi recomendado pelo Grupo Técnico e Consultivo (GTC), em 18 de agosto de 1999 (Nºf. CAA/GTC).

Não se pode deixar de se referir ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Bioinformática, (2003), na Universidade de São Paulo (USP). É uma iniciativa de atividade conjunta de Matemática e Estatística (IME), do Instituto de Física de São Carlos (IFSC), da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), do Instituto de Química (IQ), do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), do Instituto de Biociências (IB), da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP). A Resolução CopGr 4937, de 25 de junho de 2002, aprova a redação do regulamento do Programa de Pós-Graduação.

A área de concentração é a de envolver, formar e atualizar os profissionais das áreas de saúde. Tem como principal objetivo: formar especialistas em pesquisas multidisciplinares, agregando aplicações, conceitos de ciências exatas, em especial, informática em biologia molecular, celular e genética.

O Programa Integrado de Pós-Graduação em Odontologia, (2003), é oferecido nas IES, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Nível Doutorado. O Programa foi avaliado e aprovado pelo CTC/CAPES no dia 19/11/99, caracterizando-se como um projeto inédito na forma e funcionamento. Tem, como área de concentração, a Estomatologia e Radiologia Odontológica e objetiva desenvolver e aprofundar a formação de diplomados em cursos de mestrado, qualificando-os no grau de Doutor.

Outro Programa reconhecido pela CAPES é o Associado de Doutorado em Física, (2003), da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL), funcionando desde março de 2000. Até a presente data, houve uma defesa de tese. O curso, atualmente, conta com 15 alunos matriculados da UEM e 9 alunos na UEL. Recentemente, houve uma seleção em julho/03.

A área de concentração é em Física e as sub-áreas/linhas de pesquisa UEM e UEL são:

Física da Matéria Condensada:

- Fenômenos Fototérmicos -UEM
- Fluidos Complexos UEM/UEL
- Preparação e Caracterização de Materiais Especiais UEM
- Física Estatística e Transições de Fase –UEM/UEL
- Propriedades Ópticas de Materiais Semicondutores UEL

Física Nuclear-UEL

Astrofísica -UEL

Partículas e Campos – UEL

Este curso tem como finalidade formar profissionais qualificados para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, dentro das áreas de atuação do Programa.

O Programa de Desenvolvimento em Tecnologia, (2003), parceira entre o LACTEC (Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento), o governo do Estado do Paraná, Copel (Companhia Paranaense de Energia), prefeitura de Pato Branco e as Universidades Federais do Paraná e de Santa Catarina, possibilita a implantação do doutorado em Engenharia da Produção. Tem, como área de concentração, a Tecnologia. Aspira a garantir a geração de conhecimento e tecnologia necessária para sustentar a criação de novas indústrias.

3.2 O PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com a constatação da inevitabilidade de criação de novos cursos de pós-graduação em Ciências Contábeis, devido à exigência da LDB, nº 9394/96, em seu Art nº 52, inciso I e II, e, sabendo-se que nenhuma das Instituições federais de ensino superior possuía condições para, isoladamente, implementar um Programa de Pós-Graduação na área de Ciências Contábeis, estimulou que os representantes de algumas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) procurassem novas soluções. No campo das discussões iniciadas, delineou-se a possibilidade de que quatro das Instituições mais diretamente interessadas na proposta unissem esforços com o objetivo de implementar um Programa Multi-institucional, que era, segundo representantes da CAPES, a primeira iniciativa na área de Ciências Contábeis, no Brasil. Assim, apenas com a união da infra-estrutura acadêmica e administrativa disponível em tradicionais Universidades ligadas ao governo federal (UnB, UFPB, UFPE, UFRN), foi iniciada a implementação do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis.

Foi, em 12 de novembro de 1999, quando os reitores da Universidade de Brasília (UnB) e das Universidades Federais de Pernambuco (UFPE), da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN), em uma iniciativa pioneira, numa junção de esforços e com a consolidação de um corpo docente de titulação adequada, celebraram convênio, cooperação e intercâmbio técnico-científico-pedagógico, do qual resultou um programa com proposta inovadora e relevante, com os propósitos de implantar o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Ciências Contábeis e de executar programas e projetos de ensino e de pesquisa em áreas de interesse conjunto.

As áreas técnicas das quatro Universidades engajadas nesse processo formalizaram, junto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o projeto pedagógico do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis da UnB, da UFPB, da UFPE e da UFRN, (2003), sendo aprovado pela CAPES através do of. CAA/CTC/59, de 20.06.2000, com conceito 3. Conceito este, que considera a proposta inovadora e relevante, à medida que se faz bom uso dos recursos disponíveis nas Instituições participantes. Em 20 de junho de 2000, o curso foi efetivado pelas Universidades envolvidas, estando em pleno funcionamento até os dias de hoje.

3.2.1 Organização Administrativa

Programa do Mestrado Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis Mestrado é conduzido por quatro Instituições federais de ensino: UnB, UFPB, UFPE e UFRN, com dois núcleos de ensino - Brasília e Nordeste.

O funcionamento do Programa obedece às determinações das normas gerais vigentes e pertinentes aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, do Estatuto, do

Regimento Geral, em anexo, e das demais Resoluções Normativas das Instituições co-participantes no Programa.

O Programa conta com uma Coordenação Geral e três Coordenações Regionais. A Coordenação Geral do Programa fica a cargo da UnB, a qual será responsável pela emissão dos diplomas. As Coordenações Regionais estão sediadas em cada uma das demais Instituições participantes (UFPE, UFPB e UFRN).

COORDENAÇÃO GERAL DO PROGRAMA

Universidade de Brasília - Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama

COORDENAÇÕES REGIONAIS

Universidade Federal da Paraíba - Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

Universidade Federal de Pernambuco - Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva

3.2.2 O Corpo Docente

Segundo a CAPES, a qualidade de um programa depende, essencialmente, da qualidade, da dedicação e das condições de atuação de seu corpo docente, tanto no sentido de dispor de instalações físicas adequadas, recursos bibliográficos e computacionais, quanto de contar com salvaguardas que garantem a liberdade acadêmica.

O corpo docente de um programa de Pós-Graduação deve estar constituído, preponderantemente, por docentes classificados como pertencentes ao NRD6. Um NRD6 qualificado (professores com uma carga horária mínima de 30 horas semanais e 30% de dedicação ao Programa) deve ser composto por um mínimo de 70% de professores com dedicação integral (40/44 horas) e a carga horária letiva de um docente do NRD6, segundo

a CAPES, não deve ultrapassar 12 horas semanais, incluindo-se aulas de graduação e pós-graduação. A proporção do número de docentes de NRD6 em relação ao total de docentes do Programa (excluindo eventuais professores convidados) não pode ser inferior a 75%. Além disso, relembra-se que o Programa não deve mostrar dependência de docentes não pertencentes ao NRD6 e é inadequado que professores não pertencentes ao NRD6 sejam orientadores de dissertações e teses, podendo, entretanto, ser co-orientadores.

É, portanto, indispensável que os programas dêem a máxima atenção à constituição de um quadro docente significativamente pertencente ao NRD6, já que esse critério é de peso na avaliação dos programas, em todos as questões.

O Programa de Mestrado Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis tem seu quadro docente composto por 13 professores associados e 2 professores pesquisadores relacionados em seguida:

Quadro 3 – Corpo docente do Mestrado Multiinstitucional e Inter-Regional em Ciências Contábeis.

Nome	Instituição/Vinculação	Área
Professores Associados		
Aneide Oliveira Araújo	UFRN	Ciências Contábeis
Bernardo Kipnis	UnB	Educação
César Augusto Tibúrcio Silva	UnB	Administração
Edwin Pinto La Sota Silva	UnB	Ciências Contábeis
Jerônimo José Libonati	UFPE	Ciências Contábeis
Jorge Expedito de G. Lopes	UFPE	Educação
Jorge Katsumi Niyama	UnB	Ciências Contábeis
José Dionísio G. da Silva	UFRN	Ciências Contábeis
José Francisco Ribeiro Filho	UFPE	Ciências Contábeis
Luiz Carlos Miranda	UFRN	Administração
Marco Túllio de C. Vasconcelos	UFPE	Ciências Contábeis
Otávio Ribeiro de Medeiros	UnB	Ciências Contábeis
Paulo Roberto B. Lustosa	UnB	Ciências Contábeis
Professores Pesquisadores		
Ilse Maria Beuren	UFSC	Ciências Contábeis
Jorge Abraão de Castro	UnB	Estatística

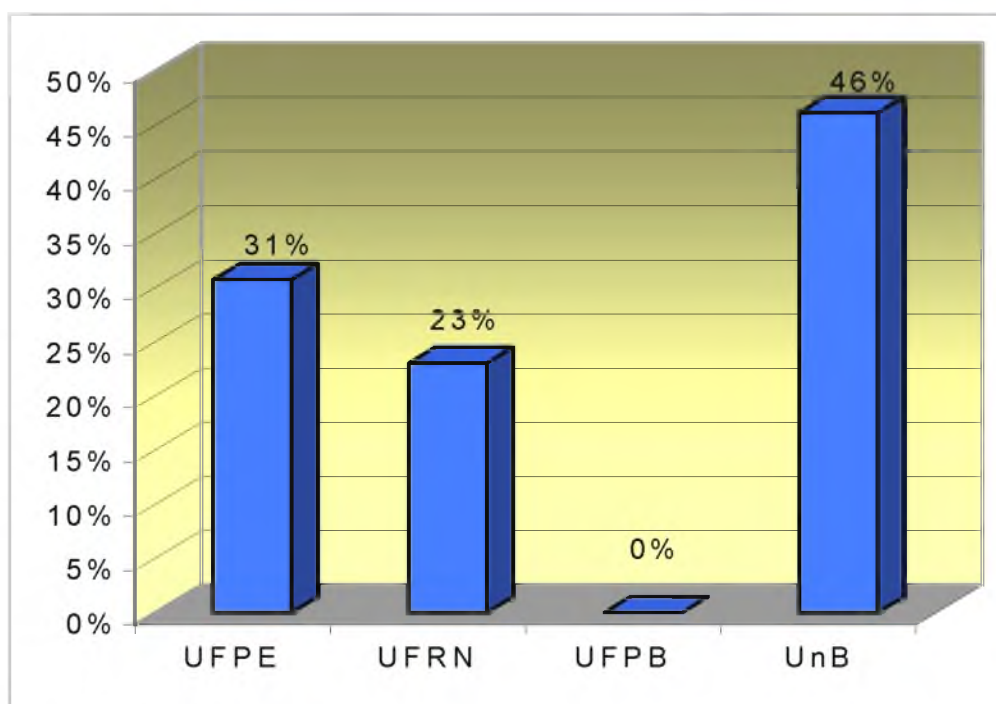
Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Tabela 22 – Docentes doutores que participam do Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, por Instituição.

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
UFRN	3
UFPB	0
UFPE	4
UnB	6
TOTAL	13

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 22 – Distribuição percentual do corpo docente do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis, por Instituição de vinculação profissional.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

No tocante á distribuição dos docentes, observa-se que há um desequilíbrio na distribuição dos docentes doutores. A UFPE goza de uma participação de 31% de docentes doutores, a UFRN participa com 23%, a UnB, com 46% e a UFPB não apresenta docente

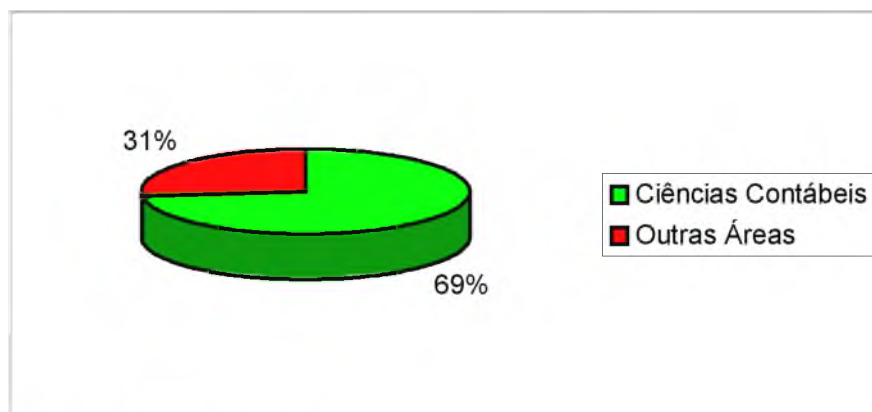
doutor na representatividade docente do Programa em tela. Não se levou em consideração para análise, os professores pesquisadores.

Tabela 23 – Docentes doutores que participam do Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, por área de formação.

ÁREA	QUANTIDADE
Ciências Contábeis	9
Outras Áreas	4
TOTAL	13

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 23 – Distribuição percentual do corpo docente do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis, por área de formação.



Fonte: MEC/CAPES (2003).

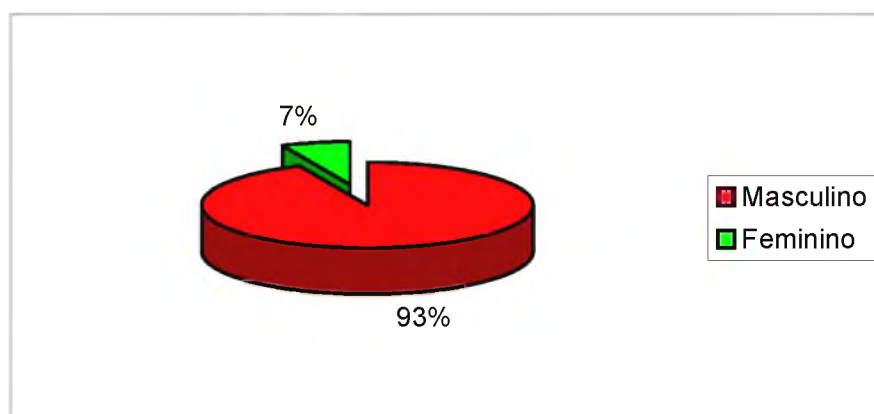
Dos docentes do Programa, comprova-se que 69% dos professores concluíram seus cursos na área de formação em Ciências Contábeis, ficando, apenas, 31% para outras áreas.

Tabela 24 – Docentes doutores que participam do Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	12
Feminino	1
TOTAL	13

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 24 – Distribuição percentual do corpo docente do Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis, por sexo.



Fonte: MEC/CAPES (2003).

A análise dos dados da tabela 24 evidencia que a frequência relativa dos docentes do Programa é de 93% do sexo masculino e 7% do sexo feminino. Certifica-se que há uma maior porcentagem de professores do sexo masculino no curso de Ciências Contábeis.

3.2.3 O Programa das Disciplinas

O curso compreende três grupos de disciplinas: as obrigatórias do tronco comum, as optativas da área de concentração, as disciplinas optativas fora da área de concentração, além da dissertação.

Os alunos devem cursar todas as disciplinas obrigatórias do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis. Obrigam-se, também, a cursar, pelo menos, três das disciplinas optativas de concentração.

Para completar as exigências de créditos em disciplinas do Curso, o aluno poderá cursar disciplinas do domínio conexo, pertencentes a outras áreas do conhecimento de outros Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e considerados importantes para complementar a formação do aluno, sob a orientação do seu Professor-Orientador, após aprovação prévia do Coordenador Regional.

Faculta-se o aproveitamento de disciplinas cursadas em outros Programas, mas deverá ser aprovado pelo Colegiado do Programa.

Quadro 4 – Disciplinas constantes do Programa de Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis.

DISCIPLINAS	Créditos
1. Disciplinas Obrigatórias	
Teoria da Contabilidade	4
Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade .	4
Prática de Ensino	1
Metodologia de Pesquisa Aplicada à Contabilidade	3
Pesquisa em Contabilidade	1
Total de créditos das Disciplinas Obrigatórias	13
2. Disciplinas Optativas na Área de Concentração	
Avaliação de Empresas	3
Custos I	3
Controladoria	3
Sistemas de Informações Gerenciais	3
Teoria dos Ajustamentos Contábeis do Lucro	3
Tópicos Contemporâneos em Contabilidade	3
Total de créditos das Disciplinas Optativas na Área de Concentração	Mínimo 9
3. Outras Disciplinas Optativas	
Análise Econômico-Financeira Avançada	3
Custos II	3
Balanco Social	3
Controle e Avaliação da Gestão Pública	3
Economia e Contabilidade Ambiental	3
Seminários de Contabilidade e Sociedade	3
Teoria Avançada da Contabilidade	3

Teoria da Decisão	3
Teoria de Finanças Aplicada à Contabilidade	3
Teoria das Organizações	3
Disciplinas de outros programas de pós-graduação <i>strictu sensu</i>	3
Total de créditos de Outras Disciplinas Optativas	Mínimo 6
4. Mínimo de Créditos com Disciplinas	28
5. Dissertação	
Dissertação	30
6. Mínimos de Créditos para Conclusão do Curso	58

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

3.2.4 Área de Concentração

A área de concentração do mestrado é MENSURAÇÃO CONTÁBIL, com as seguintes linhas de pesquisa desenvolvidas pelos docentes das quatro Universidades envolvidas:

1. Contabilidade Financeira

Estuda as normas e os procedimentos das demonstrações contábeis bem como a influência dessas informações no processo decisório do usuário externo.

2. Contabilidade Gerencial e Custos

Estuda a geração de informações sobre as ações de uma entidade para o processo decisório do usuário interno.

3.2.5 O Processo Seletivo

O Colegiado do Programa deverá nomear uma Comissão de Seleção de Candidatos ao Mestrado, composta de no mínimo três professores do Colegiado do Programa, a qual será responsável pela conclusão do processo seletivo.

1º - Teste de seleção ANPAD - Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação.

Serão aceitos os testes ANPAD realizados com prazo anterior de dois anos.

2º - Fazer inscrição no Curso de Mestrado em Ciências Contábeis

A inscrição no Mestrado em Ciências Contábeis é feita na Coordenação de cada Instituição participante, tendo em mãos os documentos necessários:

- 1- Comprovante de que realizou o teste ANPAD
- 2- Curriculum vitae, conforme modelo exigido pelo Programa
- 3- Anteprojeto de dissertação, conforme modelo exigido pelo Programa.
- 4- Formulário de inscrição preenchido.
- 5- Cópia de documentos de Identidade, Cadastro Individual de Contribuinte (CIC), diploma de curso superior e outros.

3º - Seleção dos alunos para o Programa

Primeira etapa - Aprovação no Teste ANPAD. Serão classificados para a prova escrita (segunda etapa), em ordem decrescente de pontuação, até 80% dos candidatos nominados na relação da ANPAD, na forma que vier a ser definida no edital.

Segunda etapa – A prova escrita individual compreenderá questões que abrangerá conhecimentos de Teoria da Contabilidade, Métodos Quantitativos e prova de redação.

Serão classificados para a etapa seguinte, em ordem decrescente de pontuação, até 80% dos candidatos, na forma que vier a ser definida no edital.

Terceira etapa: Esta etapa caracterizar-se-á pela entrevista, análise curricular e do anteprojeto de dissertação.

A - Objetivos: Avaliar a capacidade/potencialidade do candidato em participar e concluir, com sucesso, seu curso de mestrado.

B - Aspectos a serem avaliados: Formação acadêmica; experiência profissional; conhecimentos em língua estrangeira; hábitos de leitura; adequação da disponibilidade de tempo, por parte do candidato, em relação às exigências do Programa e trabalhos publicados.

C - Forma de avaliação: Serão atribuídas notas de 0 a 10 para cada um dos itens acima.

Os resultados finais (candidatos que alcançarem a última etapa: entrevista, análise dos currículos e projetos) serão ordenados de forma decrescente pela pontuação obtida nas três etapas, gerando uma lista de classificação final e uma lista de segunda chamada correspondente, conforme os seguintes pesos: TESTE ANPAD: 20%; prova escrita: 30%; entrevistas, análise de currículos e projetos: 50% respectivamente.

3.2.6 O Corpo Discente

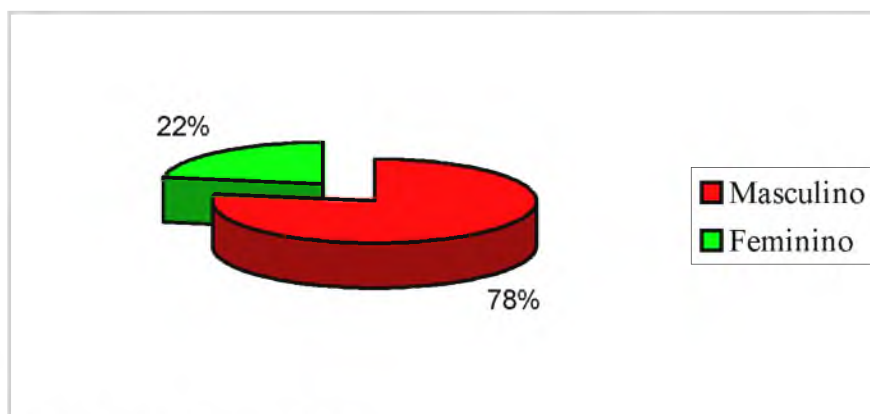
O Núcleo Brasília já está com sua primeira turma em funcionamento, desde agosto/2000 e Núcleo Nordeste, desde março/2001. Os alunos do Núcleo Nordeste serão formados pelos alunos da UFPB, UFPE e UFRN. Em outubro de 2003, o Programa atende, no momento, a 80 alunos, cujos nomes encontram-se em anexo.

Tabela 25 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 1ª turma, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	21
Feminino	6
TOTAL	27

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

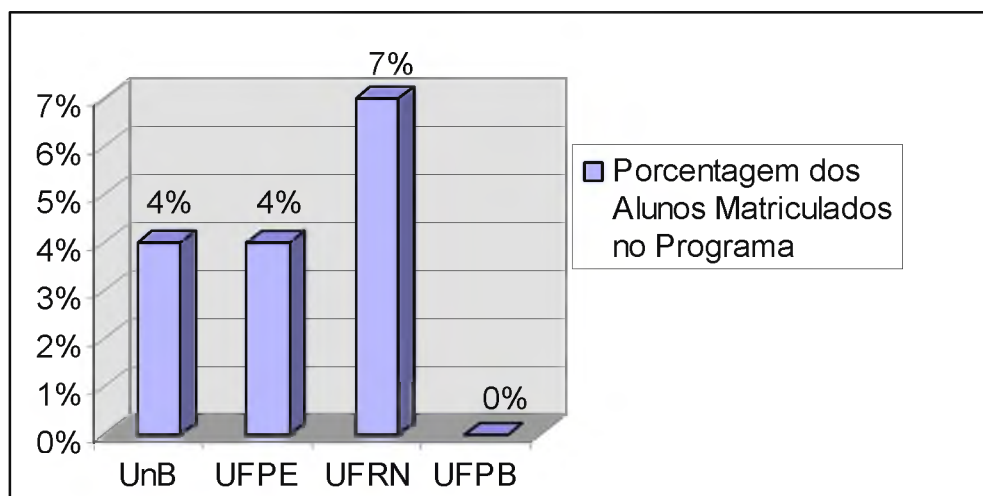
Gráfico 25 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 1ª turma, por sexo.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Dos 27 alunos da 1ª turma, 78% pertencem ao sexo masculino e 22%, ao sexo feminino, evidenciando-se uma grande maioria do sexo masculino em relação às mulheres discentes.

Gráfico 26 – Porcentagem dos discentes, 1ª turma, que são professores das Instituições de Ensino Superior envolvidas no Programa.



FONTE: Pesquisa Direta (2003).

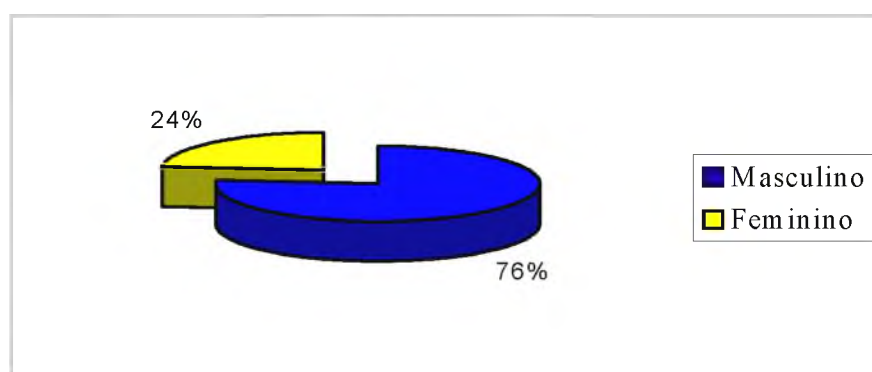
Dos alunos da 1ª turma, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 4% são docentes da UnB , 4%, docentes da UFPE , 7%, docentes da UFRN.

Tabela 26 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 2ª turma, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	13
Feminino	4
TOTAL	17

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

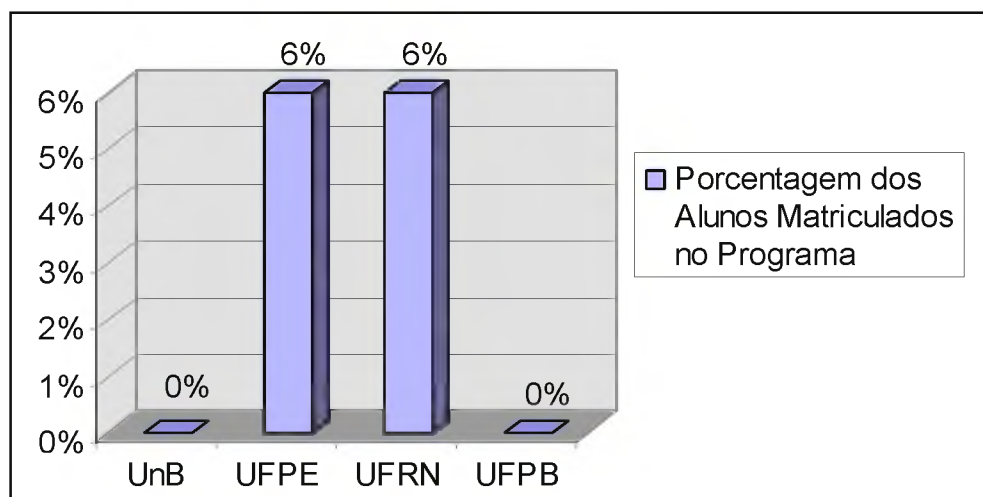
Gráfico 27 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 2ª turma, por sexo.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Dos 17 alunos da 2ª turma, 76% pertencem ao sexo masculino e 24% são do sexo feminino, visualizando-se uma grande maioria do sexo masculino em relação às mulheres discentes.

Gráfico 28 – Porcentagem dos discentes, 2ª turma, que são professores das Instituições de Ensino Superior envolvidas no Programa.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

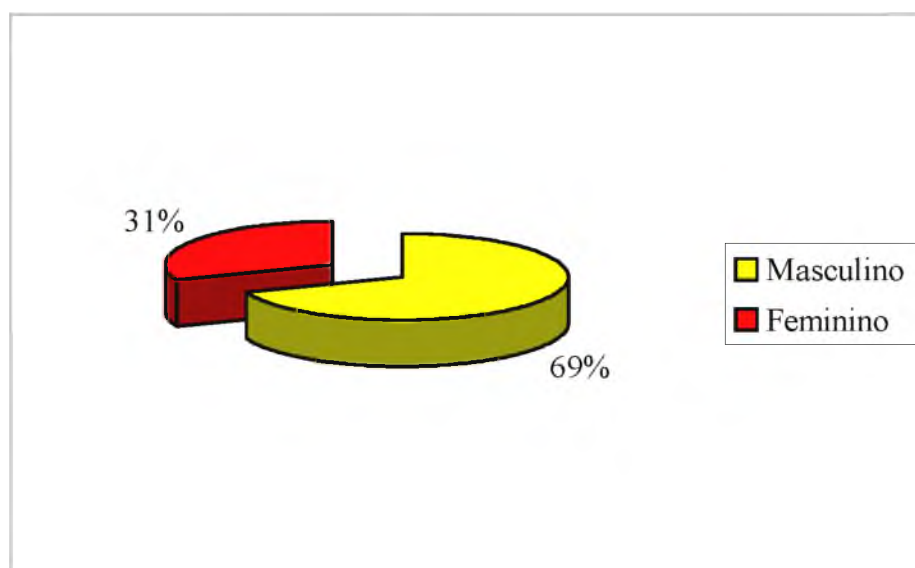
Dos alunos da 2ª turma, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, como demonstra o gráfico 30, 6% são docentes da UFPE e 6%, docentes da UFRN.

Tabela 27 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 3ª turma, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	18
Feminino	8
TOTAL	26

Fonte: Pesquisa Direta (2003)

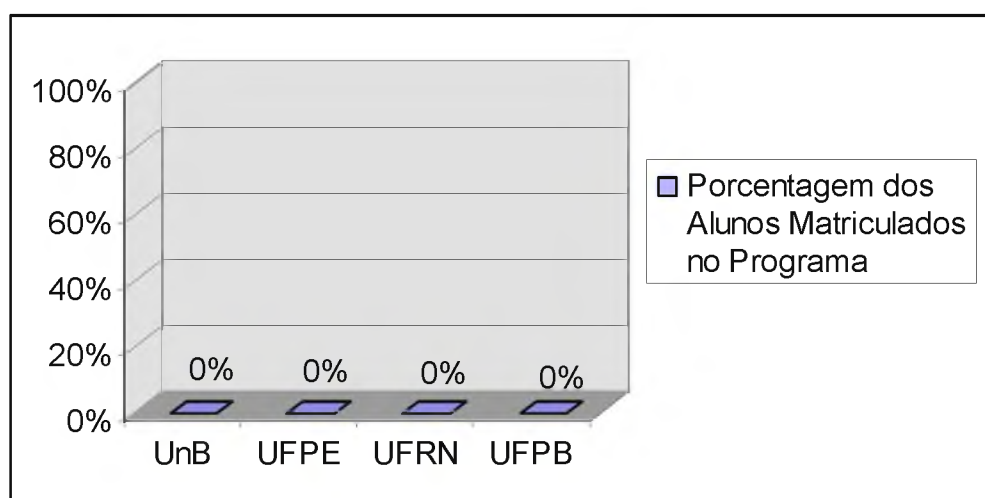
Gráfico 29 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, 3ª turma, por sexo.



FONTE: Pesquisa Direta (2003).

Dos 26 alunos da 3ª turma, 78% pertencem ao sexo masculino e 22% são do sexo feminino, sugerindo uma grande maioria do sexo masculino em relação às mulheres discentes.

Gráfico 30 – Porcentagem dos discentes, 3ª turma, que são professores das Instituições de Ensino Superior envolvidas no Programa.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

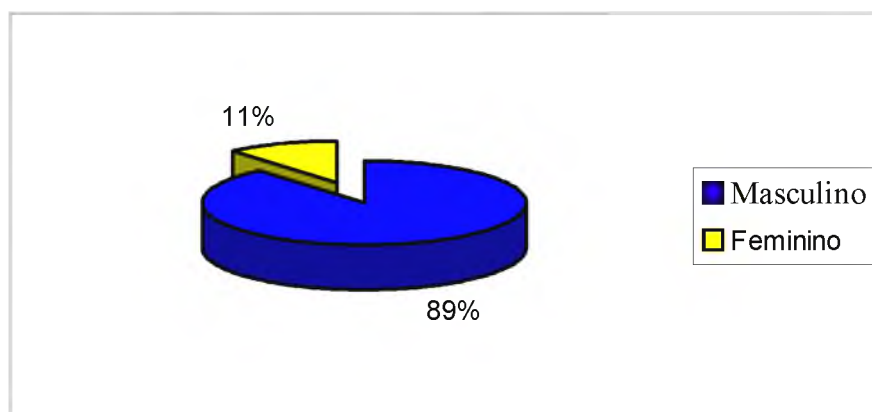
Não há participação de docentes como discentes das Universidades envolvidas no Programa, 3ª turma., Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília.

Tabela 28 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Brasília, 4ª turma, por sexo.

SEXO	QUANTIDADE
Masculino	8
Feminino	1
TOTAL	9

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 31 – Corpo discente no Programa Multiinstitucional, Núcleo Brasília, 4ª turma, por sexo.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Dos 9 alunos da 4ª turma, 89% pertencem ao sexo masculino e 11% são do sexo feminino, comprovando-se uma grande maioria do sexo masculino em relação às mulheres discentes.

Não há participação de docentes como discentes das Universidades envolvidas no Programa, 4ª turma, Núcleo Brasília.

3.2.7 O Funcionamento das Aulas

No Núcleo Brasília, todas as aulas são ministradas na própria Instituição, tendo alguns professores que deslocarem-se para ministrarem aulas no Núcleo Nordeste.

No Núcleo Nordeste, os alunos das três Instituições participantes (UFPB, UFPE e UFRN) formaram uma única turma. As aulas são oferecidas de forma modular, por disciplina. As disciplinas são lecionadas em qualquer uma das três Instituições participadoras (UFPB, UFPE e UFRN). Assim, os alunos devem deslocar-se para Recife, Natal ou João Pessoa, a fim de assistir às aulas na Universidade, onde a disciplina estiver sendo ofertada. Cada disciplina terá de 12 a 15 horas semanais presenciais, devendo cada disciplina ser concluída em 04 ou 05 semanas, conforme o número de créditos.

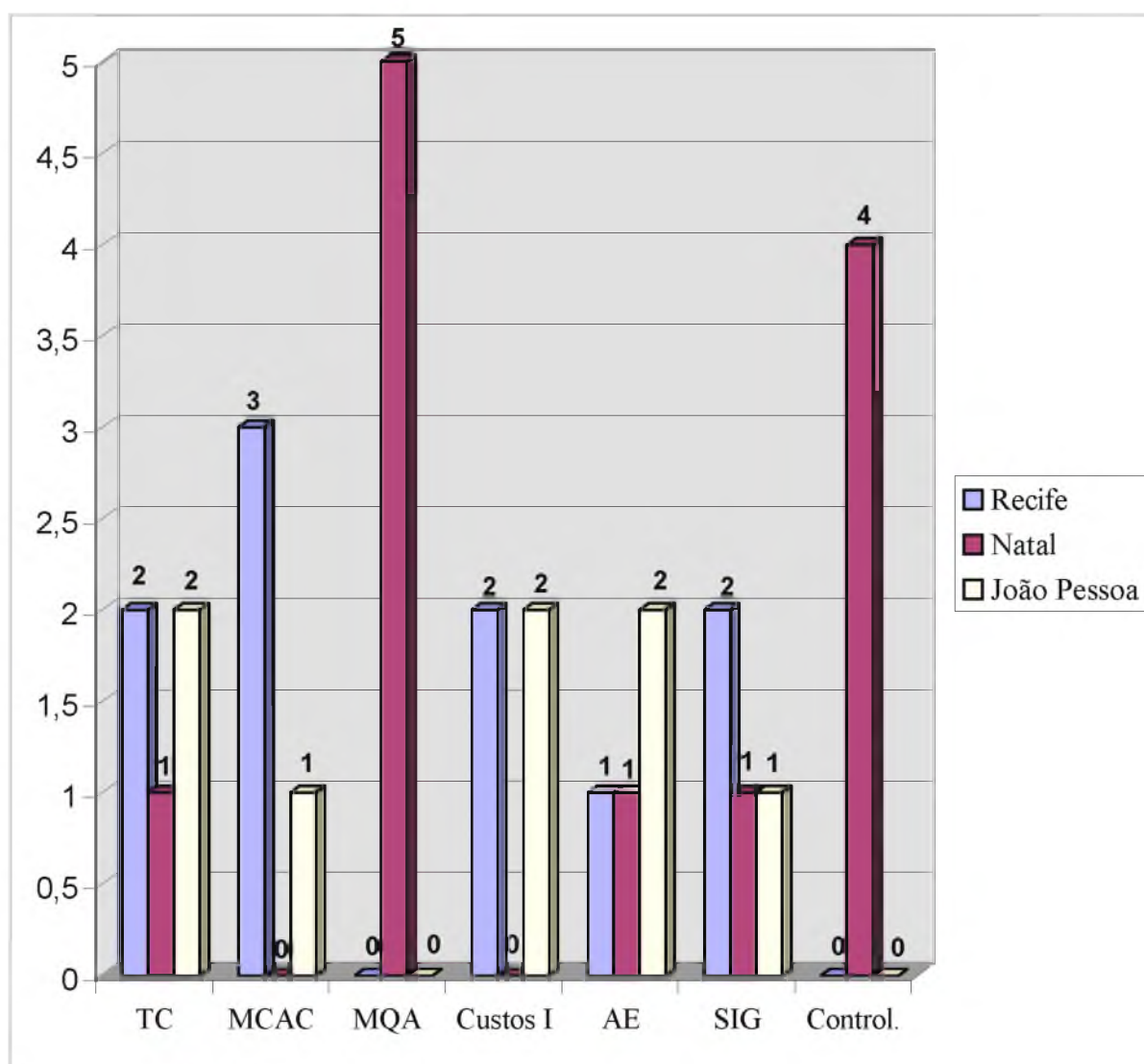
De acordo com os cronogramas de aulas estabelecidas para o Núcleo Nordeste, fornecidos pela Coordenação Geral de Brasília, obtive-se os dados expostos nas tabelas 29, 30 e 31.

Tabela 29 – Quantidade e local onde foram ministradas as aulas, 1ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade.

Disciplina/Quantidade	Recife	Natal	João Pessoa	Total
Teoria da Contabilidade (TC)	2	1	2	5
Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC)	3	0	1	4
Métodos Quantitativos Aplicados (MQA)	0	5	0	5
Custos I	2	0	2	4
Avaliação de Empresas (AE)	1	1	2	4
Sistemas de Informações Gerenciais (SIG)	2	1	1	4
Controladoria	0	4	0	4
TOTAL	10	12	8	30

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 32 – Distribuição da sede onde foram ministradas as aulas, 1ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Considerando-se o número de aulas por localidade, constata-se que, das disciplinas oferecidas no Núcleo Nordeste, 33% foram ministradas em Recife, 40%, em Natal e 27%, em João Pessoa.

Das 33% das aulas ministradas em Recife, 20% foram a disciplina Teoria da Contabilidade (TC), 30%, Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC), 20%,

Custos I, 10%, Avaliação de Empresas (AE) e 20%, Sistemas de Informações Gerenciais (SIG).

Dos 40% das aulas lecionadas em Natal, 8% foram a disciplina Teoria da Contabilidade (TC), 42%, Métodos Quantitativos Aplicados (MQA), 8%, Avaliação de Empresas (AE), 8%, Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) e 33%, Controladoria.

Dos 27% das aulas executadas em João Pessoa, 25% foram a disciplina Teoria da Contabilidade (TC), 13%, Metodologia Científica de Pesquisa Aplicada (MCAC), 25%, Custos I, 25%, Avaliação de Empresas (AE) e 13%, Sistemas de Informações Gerenciais (SIG).

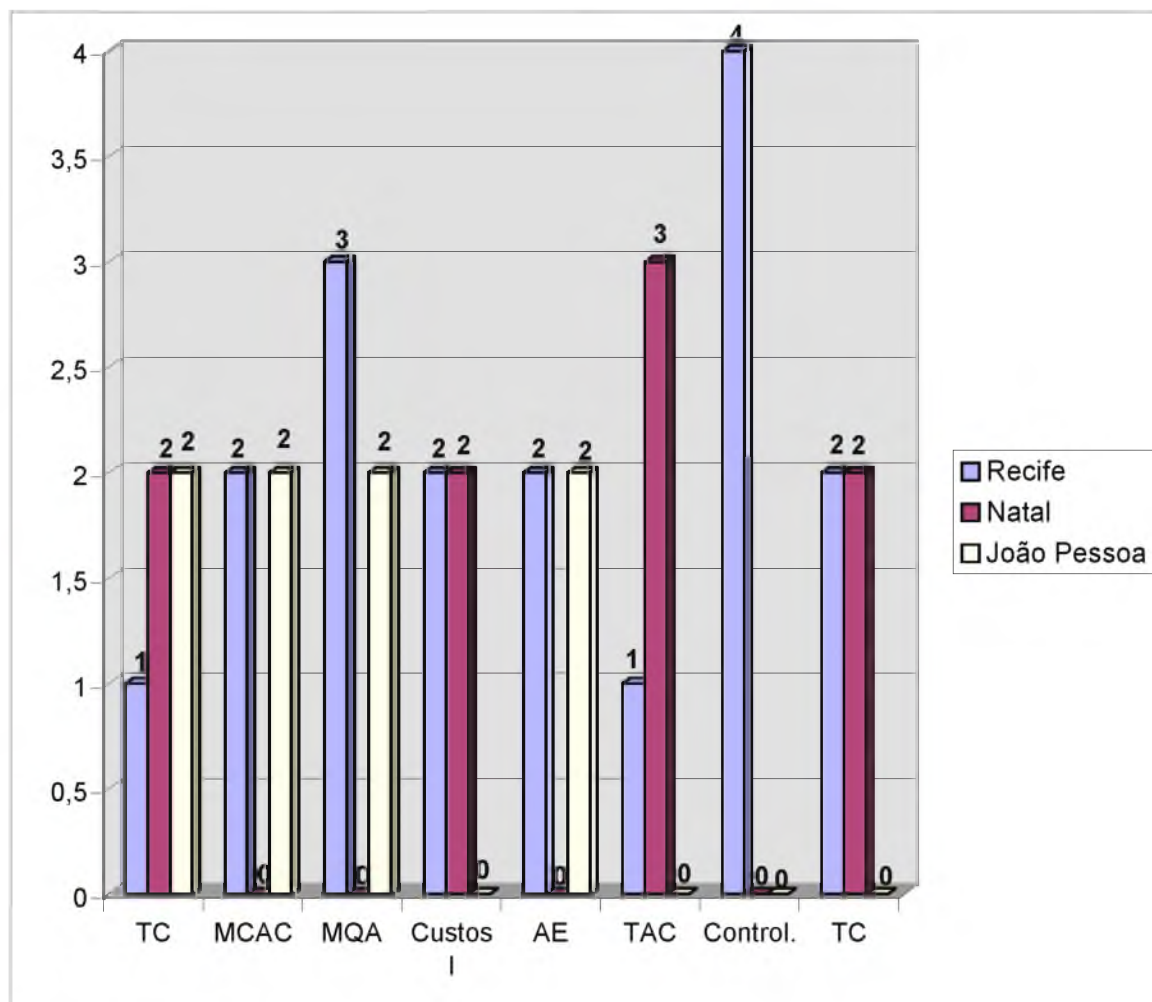
Diante da análise realizada, constata-se que há uma intenção, por parte da Coordenação Geral, em equilibrar o número de aulas instruídas nos Estados acima citados.

Tabela 30 – Quantidade e local onde foram ministradas as aulas, 2ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade.

Disciplina/Quantidade	Recife	Natal	João Pessoa	Total
Teoria da Contabilidade (TC)	1	2	2	5
Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC)	2	0	2	4
Métodos Quantitativos Aplicados (MQA)	3	0	2	5
Custos I	2	2	0	4
Avaliação de Empresas (AE)	2	0	2	4
Teoria dos Ajustamentos Contábeis (TAC)	1	3	0	4
Controladoria	4	0	0	4
Tópicos Contemporâneos (TC)	2	2	0	4
TOTAL	17	9	8	34

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 33 – Distribuição da sede onde foram ministradas as aulas, 2ª turma, Núcleo Nordeste, por cidade.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Avaliando-se o número de aulas por localidade, vê-se que, das disciplinas no Núcleo Nordeste, 50% foram ministradas em Recife, 26%, em Natal e 24%, em João Pessoa.

Dos 50% das aulas dadas em Recife, 6% foram a disciplina Teoria da Contabilidade (TC), 12%, Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC), 18%, Métodos Quantitativos Aplicados (MQA), 12%, Custos I, 12%, Avaliação de Empresas

(AE), 6%, Teoria dos Ajustamentos Contábeis, 24%, Controladoria e 12%, Tópicos Contemporâneos.

Dos 26% das aulas ministradas em Natal, 22% foram Teoria da Contabilidade (TC), 22%, Custos I, 33%, Teoria dos Ajustamentos Contábeis (TAC) e 22%, Tópicos Contemporâneos (TC).

Dos 24% das aulas lecionadas em João Pessoa, 25% foram Teoria da Contabilidade (TC), 25%, Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC), 25%, Métodos Quantitativos Aplicados (MQA) e 25%, Avaliação de Empresas (AE).

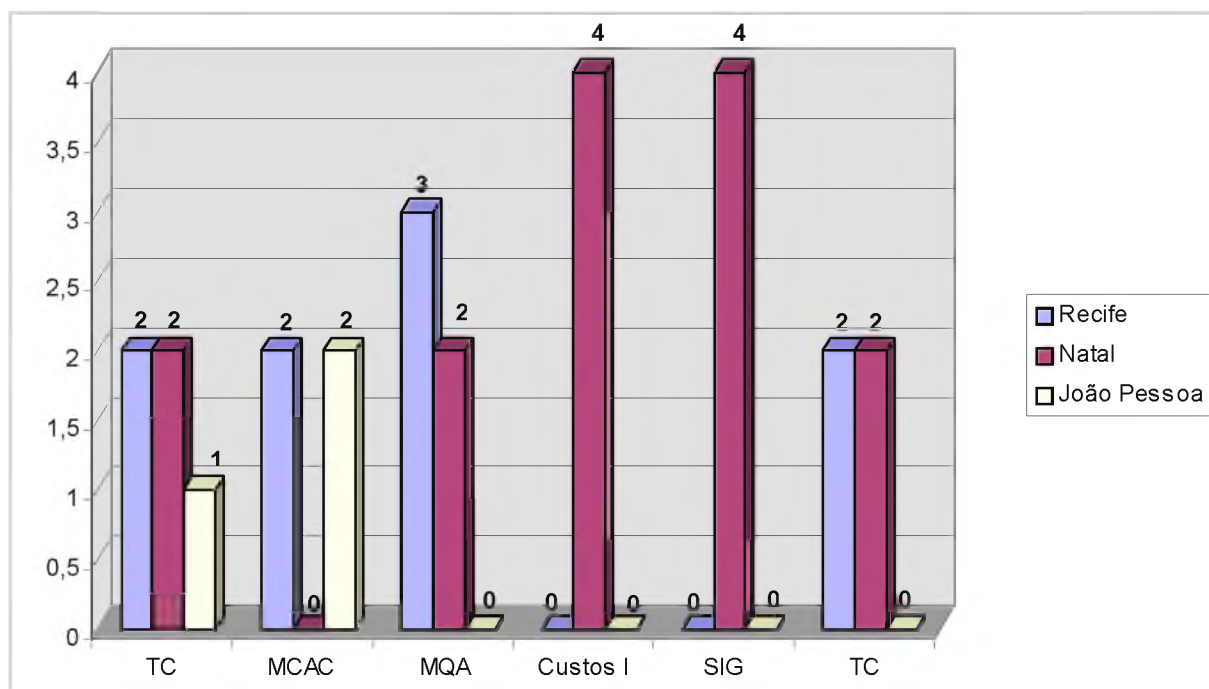
A respeito da análise realizada, percebe-se uma concentração de aulas na cidade de Recife, havendo um equilíbrio numérico de aulas entre Natal e João Pessoa.

Tabela 31 – Quantidade e local onde foram ministradas as aulas, 3ª turma, Núcleo Nordeste, 1º semestre/2003, por cidade.

Disciplina/Quantidade	Recife	Natal	João Pessoa	Total
Teoria da Contabilidade (TC)	2	2	1	5
Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC)	2	0	2	4
Métodos Quantitativos Aplicados (MQA)	3	2	0	5
Custos I	0	4	0	4
Sistemas de informações Gerenciais (SIG)	0	4	0	4
Tópicos Contemporâneos (TC)	2	2	0	4
TOTAL	9	14	3	26

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 34 – Distribuição da sede onde foram ministradas as aulas, 3ª turma, Núcleo Nordeste, 1º semestre/2003, por cidade.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Quantificando-se o número de aulas por localidade, atenta-se em que, das disciplinas oferecidas no Núcleo Nordeste, 35% foram ministradas em Recife, 54%, em Natal e 12%, em João Pessoa.

Dos 35% das aulas ministradas em Recife, 22% foram a disciplina Teoria da Contabilidade (TC), 22%, Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC), 33%, Métodos Quantitativos Aplicados (MQA) e 22%, Tópicos Contemporâneos (TC).

Dos 54% das aulas instruídas em Natal, 14% foram a disciplina Teoria da Contabilidade (TC), 14%, Métodos Quantitativos Aplicados (MQA), 29%, Custos I, 29%, Sistemas de Informações (SIG) e 14%, Tópicos Contemporâneos (TC).

Dos 12% das aulas lecionadas em João Pessoa, 33% foram a disciplina Teoria da Contabilidade (TC) e 67%, Metodologia de Pesquisa Científica Aplicada (MCAC).

Na análise dos dados da tabela 32, deduz-se que há uma concentração de aulas exercidas em Natal em relação às demais localidades.

3.2.8 Dissertações Defendidas

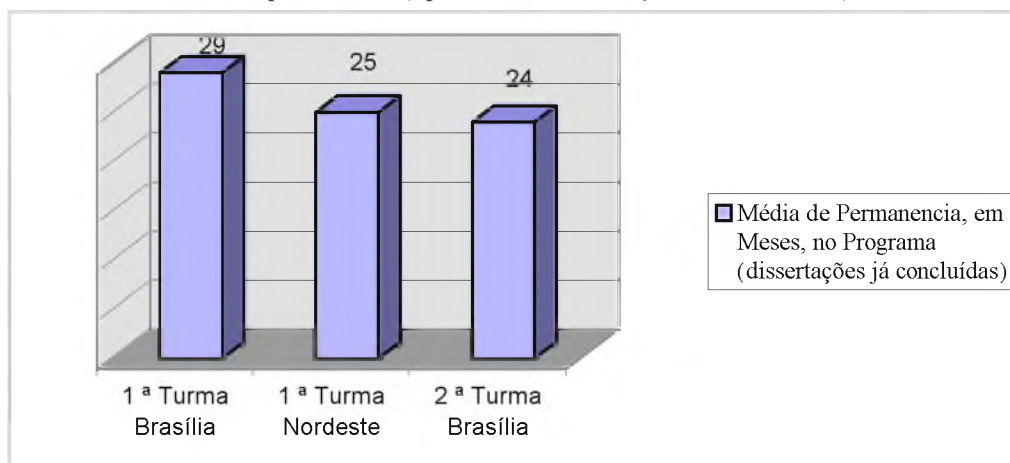
Até o final da pesquisa em estudo, foram defendidas 25 (vinte e cinco) dissertações, estando, com data marcada até o final de outubro, outras 5 (cinco) que deverão ser apresentadas. Todas elas estão disponíveis no site: <www.unb.br/cca>, no formato Adobe Acrobat (Arquivo PDF) e seus temas e bancas examinadoras, no anexo desta investigação.

Tabela 32 – Discentes Núcleo Nordeste e Núcleo Brasília, por projetos qualificados, dissertações defendidas e em fase final de defesa.

Alunos	Nº	Projetos Qualificados	Dissertações Defendidas	Fase Final de Defesa
1ª Turma Brasília	15	15	15	-
2ª Turma Brasília	6	6	3	3
3ª Turma Brasília	12	12	-	-
4ª Turma Brasília	9	-	-	-
1ª Turma Nordeste	12	12	7	5
2ª Turma Nordeste	11	11	-	-
3ª Turma Nordeste	15	-	-	-
TOTAL	80	56	25	8

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

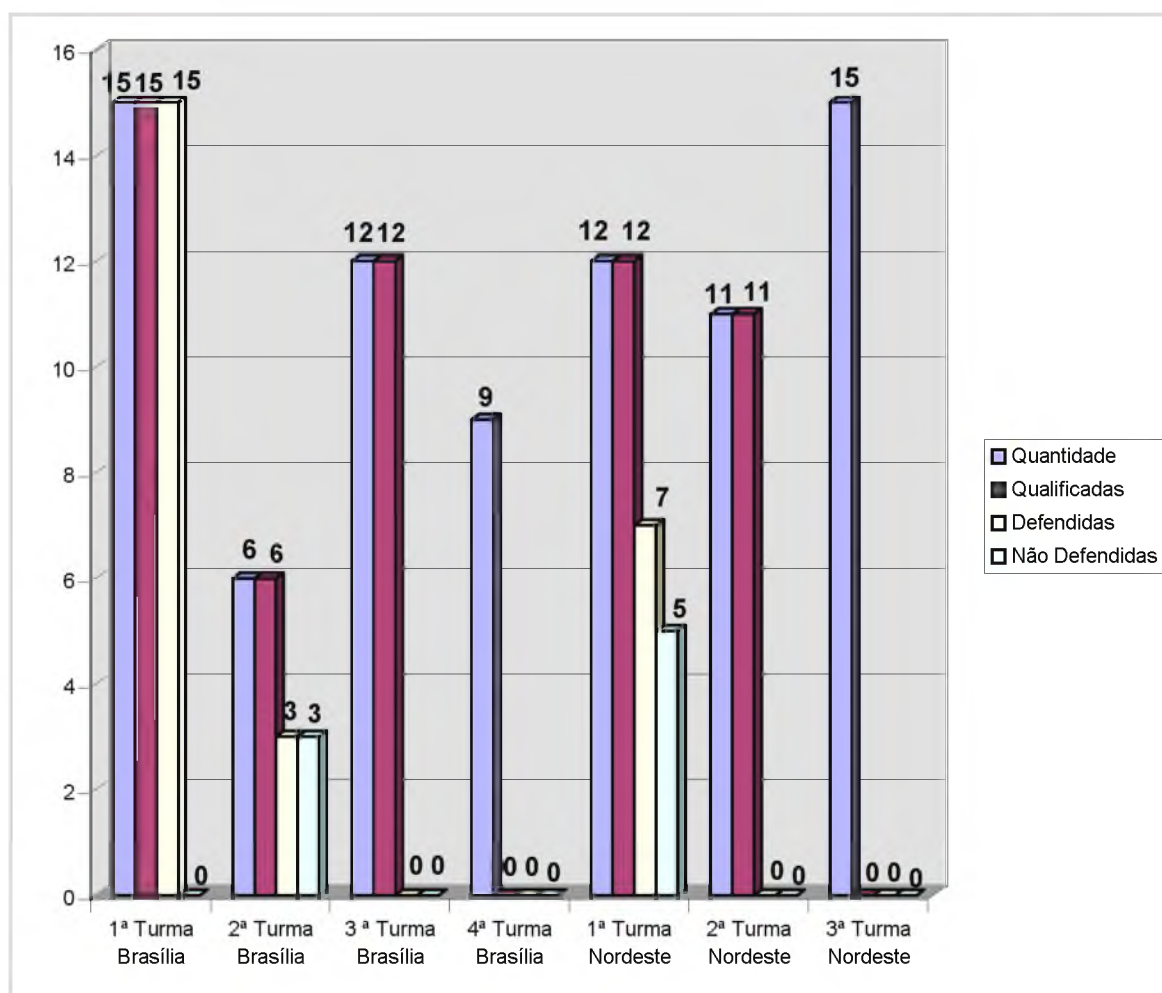
Gráfico 35 – Média aritmética da permanência no Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por turma (apenas as dissertações defendidas).



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

O gráfico 35 confirma que o prazo de permanência dos alunos no Programa é de 29 meses para 1ª turma, Núcleo Brasília, 25 meses para 1ª turma, Núcleo Nordeste e 24 meses para 2ª turma, Núcleo Brasília. Em análise, verifica-se que o prazo de permanência dos alunos do Programa Multiinstitucional de Mestrado em Ciências Contábeis mantém-se dentro do previsto, como bom, no conceito CAPES.

Gráfico 36 – Andamento das dissertações, do total existente por turma.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

O gráfico 36 confirma que, dos 15 alunos da 1ª turma, Núcleo Brasília, todos já defenderam a dissertação; os da 2ª turma, Núcleo Brasília, dos 6, apenas 3 defenderam-na; e da 1ª turma Núcleo Nordeste, dos 12, somente 7 defenderam a dissertação.

Detectou-se, através de pesquisa, que o Programa segue a recomendação da CAPES, quando da política de intercâmbio de dissertações, para inclusão no acervo das respectivas bibliotecas, fomentando, assim, não apenas o conhecimento, mas também a qualificação presente na pesquisa no Brasil.

O Programa tem dado atenção à proporção entre docentes do NRD6 e o número de discentes, procurando mantê-lo dentro do limite máximo de 1 para 10, e a proporção de docentes do NRD6, por orientando, dentro do limite máximo de 1 para 8.

Identificou-se a pertinência desta investigação, quando se pode, de posse dos dados específicos, avaliar a relevância para a qualificação profissional do quadro docente regional em Ciências Contábeis. Dos 25 novos mestres, 20 estão envolvidos nas lides educacionais, o que resulta em um percentual de 80% sobre o total.

Do acima explicitado, constata-se que o Programa em estudo está sendo um instrumento para uma caminhada substancial qüalito-quantitativo, em direção aos ensejos do Art. 52, incisos I e II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

3.2.9 Produção Científica dos Alunos e Professores, Biênio 2001/2002

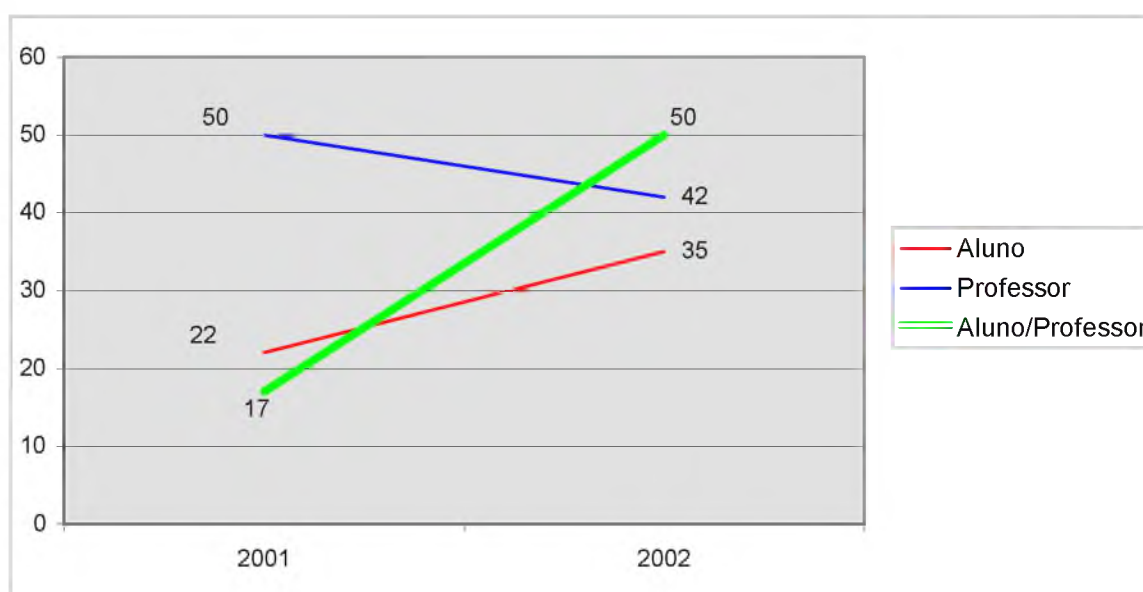
Nos anos avaliados, 2001/2002, os dados enviados pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis expressam a consolidação deste Programa em eventos nacionais e internacionais. O nível de publicações mantém-se elevado, revelando a intensidade da pesquisa em relação ao orientador/orientando a quem se permite um acompanhamento eficaz das dissertações.

Tabela 33 – Produção Científica, biênio 2001/2002, docentes e discente do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis.

Categoria	Quantidade de Publicações 2001	Quantidade de Publicações 2002
Aluno	22	35
Professor	50	42
Aluno/Professor	17	50
TOTAL	89	127

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 37 – Evolução das publicações dos docentes e discentes do Programa, biênio (2001 a 2002).



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

O gráfico 37 patenteia que, na situação atual, o nível de publicação mantém-se elevado. No ano base de 2001, foram publicados por docentes e discentes vinculados ao Programa 89 trabalhos, entre artigos e periódicos indexados (contra 127 em 2002), no país e no exterior.

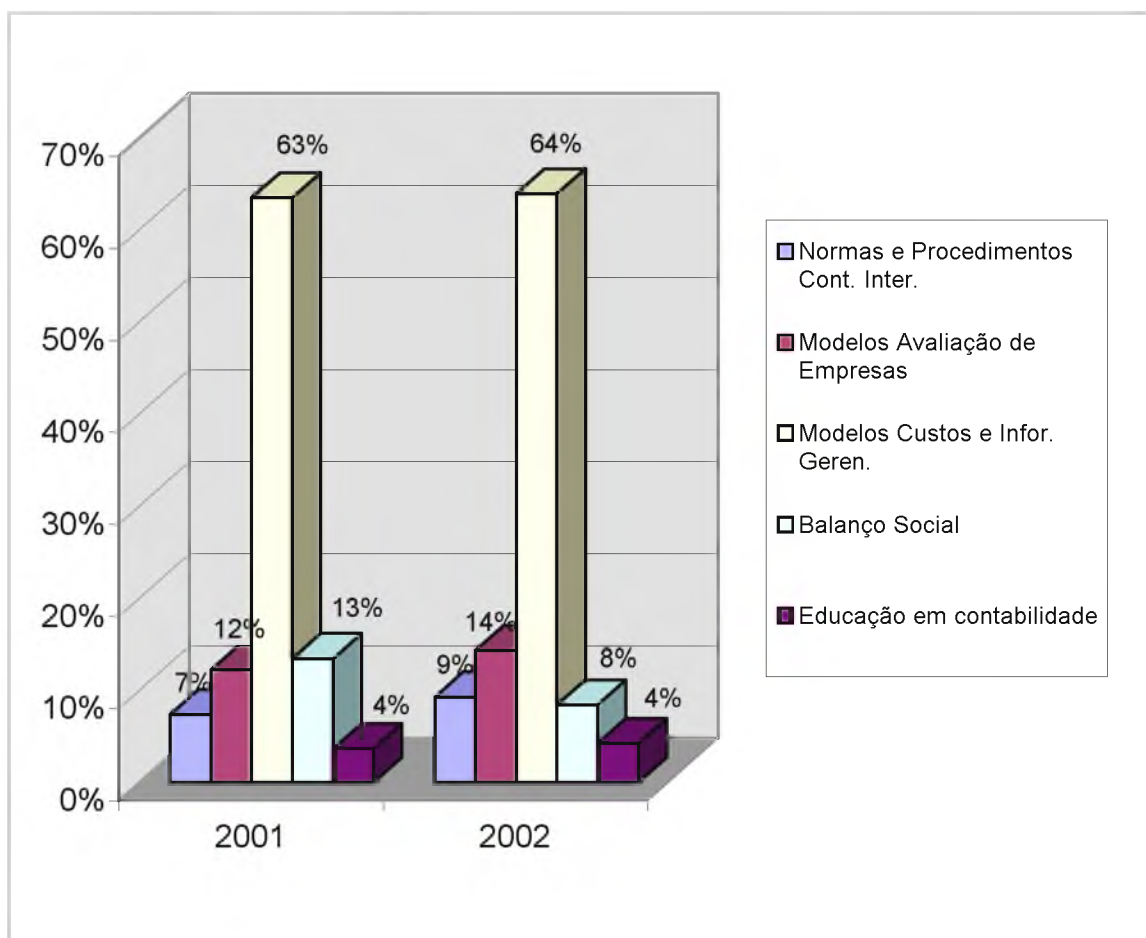
Atualmente, se torna cada vez mais elevada a existência crescente de uma massa crítica em Contabilidade, massa crítica esta que pode ser muito bem representada e apresentada, pelo fato de, em 2001, a produção científica apresentou resultados positivos de 89 trabalhos em congressos nacionais e internacionais. A relevância do exposto, está no fundamento de que, em apenas 12 meses, ou seja, ao final de 2002, esta produção, isto é, a massa crítica de produção científica em Ciências Contábeis alcançou, somente no mestrado Multiinstitucional, um número expressivo em percentual de crescimento, aproximadamente de 42%. Isto explicitado pode compreender-se a existência e o reconhecimento da Ciência Contábil como uma ciência de conhecimento social aplicado.

Tabela 34 – Produção Científica, biênio 2001/2002, docentes e discente do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Linhas de Pesquisa.

Linhas de Pesquisa	Quantidade de Publicações 2001	Quantidade de Publicações 2002
Harmonização de Normas e dos Procedimentos Contábeis Internacionais	6	11
Modelos de Avaliação de Empresa	10	17
Modelos de Custo e Informações Gerenciais	52	76
Balanço Social	11	10
Educação em Contabilidade	3	5
TOTAL	82	119

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 38 – Distribuição percentual da Produção Científica, biênio 2001/2002, docentes e discente do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Linhas de Pesquisa.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Verificou-se nos anos de 2001 e 2002, inicialmente, a distribuição dos artigos por área temática. Os temas que tiveram maior afluência de artigos foram os seguintes: 1) Modelos de Custos e Informações Gerenciais, com 63% e 64%, respectivamente; 2) Modelo de Avaliação de Empresa, com 12% e 14%, respectivamente; 3) Balanço Social, com 13% e 14%; 4) Harmonização de Normas e Procedimentos Contábeis Internacionais, com 7% e 9% ; 5) Educação em Contabilidade, com 4% em cada ano.

Conforme os resultados obtidos na análise temática dos artigos, constatou-se que no Programa de Mestrado, a área temática privilegiada com mais percentual de trabalhos, foi a

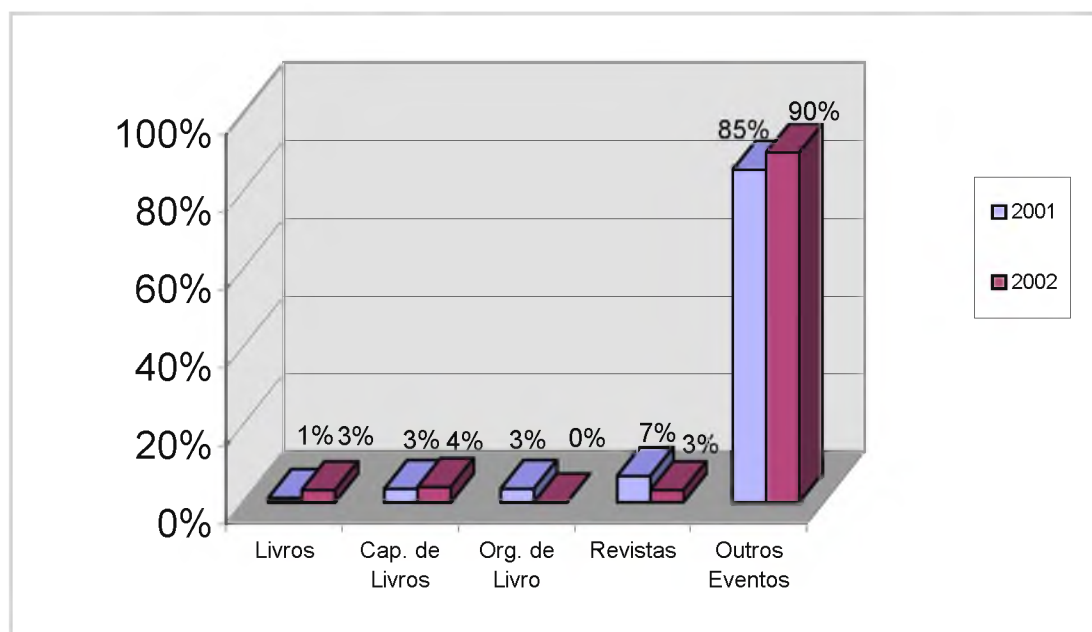
Contabilidade Gerencial, levando-a a maior amadurecimento científico, proporcionado pelos cursos de pós-graduação e da necessidade de respostas criadas pelas transformações sócio-econômico-culturais vividas no país, nos últimos anos.

Tabela 35 – Produção Científica, biênio 2001/2002, docentes e discente do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Eventos.

Eventos	Quantidade de Publicações 2001	Quantidade de Publicações 2002
Livros Publicados	1	4
Capítulos de Livros	3	5
Organizador de Livro	3	0
Revistas	6	4
Outros Eventos	76	114
TOTAL	89	127

Fonte: Pesquisa Direta (2003).

Gráfico 39 – Distribuição percentual da Produção Científica, biênio 2001/2002, docentes e discente do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, por Evento.



Fonte: Pesquisa Direta (2003).

O gráfico 39 evidencia que nos anos de 2001 e 2002, o percentual de artigos publicados em eventos como: congressos, anais e encontros é bastante contrastante com os demais livros publicados, capítulos de livros, organizadores de livros e revistas.

A grande representatividade desses eventos é comprovada pela forma de divulgação, mais rápida e ágil, levando aos que lêem, contribuição e atualização nas diversas áreas temáticas.

A análise do gráfico mostrou também que o Programa de Mestrado impulsionou o desenvolvimento da pesquisa visando à reflexão sobre o impacto das transformações organizacionais nos assuntos relacionados à Ciência Contábil, contribuindo para a melhoria da qualidade e a disseminação da produção científica no país.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A criação do Programa do Mestrado Multiinstitucional enceta a ruptura do ciclo vicioso em que a deficiência de profissionais qualificados enseja a evasão de recursos humanos em busca de qualificação e realimenta o processo de imutabilidade desta deficiência.

O Mestrado em Ciências Contábeis veio ao encontro das necessidades e expectativas das precisões da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de Brasília, no sentido de permitir que as pessoas desejosas de prosseguir os seus estudos em Ciências Contábeis não sejam instigadas a deslocar-se para outras regiões.

A relevância deste desempenho da Multiintitucionalidade deve ser acolhida e instigada sua intensificação, pela razão de que ela reforça a missão de interiorizar sua competência e modernizar quadros superiores das IES de um modo formal e concernente à legislação vigente.

Trata-se de uma experiência inovadora que vem merecendo atenção especial das Universidades comprometidas com sua execução, tanto do ponto de vista técnico e pedagógico, e, ao mesmo tempo, resulta positivamente na qualificação docente.

Com esta iniciativa, as Universidades também dão um passo importante no registro das atividades e nos resultados emergentes desta experiência, que servirá para o enfrentamento de novas propostas que requerem a busca e a reconstrução do conhecimento globalizado.

Finalizando, o esforço acadêmico demonstrado e comprovado pelo Programa de Mestrado Multiinstitucional em Ciências Contábeis e o denodo de todos os seus participantes dimanam uma profícua realidade vívida, competente, talentosa e criativa, como uma atividade meritocrática ímpar, na qual suas abordagens servem de exemplo para que novas experiências sobrevenham.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maria Célia de. **O professor universitário em aula: a prática e princípios teóricos.** M. Célia de Abreu, Marcos T. Masetto. 4 ed. São Paulo: MG. Ed. Associados, 1985.

AZEVEDO, Fernando de. **USP. A revolução da década de 30.** Jornal da Tarde, São Paulo, 14 fev. 1973.

BEIGUEKMAN, B. Uma análise crítica da pós-graduação no Brasil. **Ciência Hoje**, v. 12, n. 68, p. 18-21, nov. 1990.

BEZERRA, H. G.. A contribuição da pós-graduação na sociedade brasileira, hoje. **Impulso**, n.2, p. 25-29, 2 sem. 1987

BRAGA, Hugo R.. A responsabilidade do contador perante a sociedade. In: SEMANA DE CONTABILIDADE DO BANCO CENTRAL, 7, 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: Banco Central do Brasil, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível na Internet: <<http://www.mec.gov.br/semtec/proep/legislacao/lf9394.shtm>> Acesso em : 29.mai. 2003.

_____. MEC. **Relatórios Estatísticos do Censo da Educação Superior.** Disponível na Internet: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 29.mai. 2003.

_____. Resolução nº 1, de 3 de abril de 2001. **Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação.**

BAGGIO, R.. **A sociedade da informação e a infoexclusão.** V.29, n. 2, p. 16-21, 2000.

CAPES. **Cursos de mestrado reconhecidos em Ciências Contábeis.** Disponível na Internet: [http://www.capes.gov.br/Scripts/Avaliação/MeDoReconhecidos/Área/Programa.idc?cod...>](http://www.capes.gov.br/Scripts/Avaliação/MeDoReconhecidos/Área/Programa.idc?cod...) Acesso em: 08.junh. 2003.

CARVALHO, Joana D'Arc S. G.. **O perfil profissional do contador ingresso no mercado de trabalho no município de Salvador - BA, de 1991 a 2000.** 2001. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Fundação Visconde de Cairu, Salvador.

Centro Multiinstitucional Oak Brook. Disponível na Internet:
<<http://www.ops.uillinois.edu/oak/mission.htm>> Acesso em: 25.julho.2003

Centro de Cooperação Multi-Universitário . Disponível na Internet:
<http://129.25.62.195/curriculum_development_implemation/multi_year_multi_university> Acesso em: 08.maio.2003

CFC. Instituições que ministram cursos de Mestrado em Ciências Contábeis no País (reconhecidos pela CAPES). Disponível na Internet:
<www.cfc.org.br/programas/detalhes.asp?cod=989> Acesso em: 08.junh. 2003.

CUNHA, Luiz Antônio C. R.. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 66-70, set. /out. 1974.

DUARTE, Eneide N.; NEVES, Dulce A. de B.; SANTOS, Bernadete de L. O. dos. **Manual técnico para realização de trabalhos monográficos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

EMBRAPA. Multiinsitucionalidade <<http://www.embrapa.br/acl/manualop.htm>>
Acesso em 09.junho.2003

ESAC-Energy Systems Analysis Consortium. Disponível na Internet:
<<http://www.ecn.purdue.edu/ESAC/>> Acesso em: 30.julho.2003

FAVAIN, Antônio M.. **Didática aplicada ao ensino de contabilidade em nível de 3º grau**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuarias)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FAVERO, Hamilton. Análise crítica do ensino de ciências contábeis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 14, 1992, Salvador. **Anais...** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 1992.

FORTES, José C.. **Manual do contabilista**. Natal: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte, 2001.

FANCO, Hilário. Aprimoramento técnico e cultural de professores e valorização profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 14, 1992, Salvador. **Anais...** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 1992.

GARCIA, Walter E.. Perspectivas em conflito na formação de professores. **Revista de Administração Educacional da UFPE**, Recife, v.1, n.7, p. 127-134, jan. /jul., 2001.

GAZOLLA, A. L. A. et al.. Discussão da pós-graduação brasileira. **Infocapes**: Edição comemorativa dos 45 anos, Brasília, v.4, n.4, p.7-24, 1996.

GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOUVÊA, M. A; ZWICKER, R.. O mestrado profissionalizante e o perfil dos alunos de um mestrado acadêmico: resultados de uma pesquisa empírica. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 7, n.3, p.99-110, jul. /set. 2000.

HELENE, Otaviano. **O sistema de avaliação da educação superior no Brasil**. Disponível na Internet:<http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/sistema_aval_sup_htm> Acesso em: 20.junh. 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S. & BREDA Michael F. Van. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

INEP. **Dados estatísticos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis**. Disponível na Internet: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 25.mai. 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 4ª.ed.São Paulo: Atlas, 1994.

IUDÍCIBUS, Sérgio de e MARION, José Carlos. As faculdades de Ciências Contábeis e a formação do contador. **Revista Brasileira de Contabilidade**. nº. 56, p.50-56, 1986.

_____, MARION, José Carlos. Considerações sobre os cursos de pós-graduação em contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Porto Alegre, n. 84, set/nov. 1993b. 2430.

KAM, Venon. **Accounting theory**. New York: John Willey & Sons, 1990.

KOLIVER, Olívio. Um imperativo na construção do futuro dos contadores: a expansão dos cursos de mestrado e doutorado em contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, p. 61-70.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1983.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**.- 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2001.

LANARO JÚNIOR, Salvador. O estudo da contabilidade no Brasil. In: **Revista Paulista de Contabilidade**. N. 265, julho. 1946.

LOPES, Jorge. Uma introdução ao estudo da escola do terceiro milênio. A escola contingencial. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v.1, n.1, p.39-45, jul./dez., 1997.

_____. O modelo transacional de liderança organizacional aplicada à educação. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v.1, n.3, p.93-96, jan./jun., 1999.

MACHADO, Nelson. **O ensino de contabilidade nos cursos de ciências contábeis na cidade de São Paulo**. São Paulo. 1982. Dissertação (mestrado), Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas.

MARION, José Carlos. **O Ensino da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. Metodologia do ensino de contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, nº 44, jan./mar., 1983.

_____. Efeitos do ensino da contabilidade na qualidade profissional. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, nº 58, 1986.

_____. Discussão sobre metodologia de ensino aplicável à contabilidade. **Revista do Conselho de Contabilidade de São Paulo**, São Paulo, nº 08, 1999.

MARION, José Carlos; ROBLES JUNIOR, Antônio. **A Busca da Qualidade no Ensino Superior de Contabilidade no Brasil**. Disponível na Internet: <http://www.fipecafi.com.br/public_artigos/marion/buscadaqualidade.pdf> Acesso em: 29.mai.2003.

MARION, José Carlos; MARION, Márcia Maria Costa. **A importância da Pesquisa no Ensino da Contabilidade**. Disponível na Internet: <http://www.fipecafi.com.br/public_artigos/marion/import.pdf> Acesso em: 29.mai.2003.

MOMN, Gabriela. **A utilização de convênios interinstitucionais como ferramenta para captação de alunos: Um estudo de caso em uma Instituição de Ensino Superior privada de Florianópolis**. 2003. Dissertação (Mestrado em gestão da qualidade e de produtividade). Universidade Federal de Santa Catarina.

MOREIRA, Francisco G. Lima. **A distância entre a formação escolar e as exigências do exercício profissional**. XV Congresso Brasileiro de Contabilidade. Fortaleza -Ce, 1996, p. 412.

MOST, kenneth. **Accounting theory**. Columbus: Grid Inc, 1977.

NOSSA, Valcemiro. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: Uma análise crítica. **Caderno de Estudos FIPECAFI**, v.11, n.21, maio./agost., 1999.

OLIVEIRA, Atelmo Ferreira de. **Da pré-história à globalização: o papel do pensamento contábil**. 1998. Monografia (Especialização em Contabilidade Gerencial)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

OLIVEIRA, Marcelle Colares. **A formação e a inserção no mercado de trabalho dos bacharéis graduados no município de Fortaleza**. 1995, 241 f.. Dissertação (Mestrado em Contabilidade)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, Fátima B. de. Origem e evolução dos cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 29, n.1, p.19-33, jan./mar. 1995.

_____. Modernização tecnológica e flexibilidade na educação: a importância dos cursos de pós-graduação nesse novo contexto. **Revista de Administração Pública**, v.29, n.3, p. 188-196, jul. /set. 1995.

_____. Inovando na pós-graduação: a experiência do MBA/EAESP. In: ENANPAD, 1995. **Anais...**, 1995, p. 193-202.

PIETRO, Antônio Andrada. Reflexões sobre o ensino superior de contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília: **Revista do Conselho Federal de Contabilidade**, n. 70. p.18-22, jul. /set.1989.

Projeto Megamídia FAPESP. Disponível na Internet : <<http://www.universiabrasil.net/materia.jsp?id=895>> Acesso em : 07.junho.2003

Programa de Pós-Graduação em Administração-Mestrado. Disponível na Internet: <<http://www.ppa.uem.br/programa.htm>> Acesso em: 24.junho.2003

Programa de Desenvolvimento em Tecnologia. Doutorado em Engenharia de Produção. Disponível na Internet: <<http://www.capes.gov.br/mestrados/doutorados>> Acesso em : 09.junho.2003

Programa de Pós-Graduação em Zootecnia- Doutorado. Disponível na Internet: <<http://www.ufrpe.br>> Acesso em: 09.julho.2003

Programa Associado de Doutorado em Física. . Disponível na Internet: <<http://www.dfi.uem.br/doutorado.php>> Acesso em: 14.julho.2003

Programa de Mestrado em Agronegócios. Disponível na Internet: <<http://www.propp.ufms.br/editais/edtagr23102/edtagr4223102.htm>> Acesso em: 24.junho.2003

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Disponível na Internet: <http://www.proex-unesp.org.br/informativo/2003/edi_o28/reacoesinternacionais.htm> Acesso em: 09. agosto.2003

Programa de Pós-Graduação em Odontologia. Disponível na Internet: <<http://tecon.ccs.ufpb.br/ppgodonto/historico.htm>> Acesso em: 20.julho.2003

Programa de Pós-Graduação Interunidades em Bioinformática. Disponível na Internet: <<http://leginf.uspnet.usp.br?normas/resol/r4937m.htm>> Acesso em : 09. agosto.2003

Programa Associado de Pós-Graduação em História-Mestrado. Disponível na Internet:< <http://www.uem.br/~pgh/>> Acesso em: 09.agosto.2003

RAMOS, Maurivan Güntzel; MORAES, Roque. **Avaliação do desempenho de professores numa perspectiva qualitativa: contribuições para o desenvolvimento profissional de professores universitários.** Disponível na Internet: <<http://www.campus-oei.org/revista/deloslectores/108Maurivan.PDF>>Acesso em: 29.mai. 2003

RICCIO, Edson Luiz; CARASTAN, Jacira Tudora; SAKATA, Marici Gramacho. Accounting Research in Brazilian Universities: 1962-1999. **Caderno de Estudos FIECAFI**, v.11, n 22, p 35-44, set./dez. 1999.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Lucíola Lucínio de C. P.. Problemas e alternativas no campo da formação de professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 72, n. 172, p. 318-334, set. /dez. 1991.

_____. **Teoria da contabilidade.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, A. A. A.. Mercado de trabalho, produção científica, atuação profissional e pós-graduação. **Estudos de Psicologia,** Campinas, v. 9, n.3, p. 163-166, set./dez. 1992.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.

_____. **Uma contribuição ao estudo da história do pensamento contábil.** São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Contabilidade)- Universidade de São Paulo.

_____. A realidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 15. **Anais.** Fortaleza (CE), out. 1996. V. III. P. 330-343.

SCHWEZ, N.. Qualidade total do ensino na contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n.99, p.41-47, mai./jun. 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. O futuro da educação superior no Brasil. In: PAIVA, V. & WARDE, M. J. (Orgs.) **Dilemas do ensino superior na América Latina.** Campinas: Papirus, 1994. Ap. 5, p. 143-179.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto. Metodologia para o ensino contábil. O uso de artigos técnicos. **Contabilidade Vista & Revista.** Belo Horizonte: v. 10, n.1, mar.1999, p.13-17.

SILVA, Tânia Moura da. Currículo flexível: evolução e competência. In: **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília. N. 121, 2000.

SOUZA Sandra de. **Histórico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFPE.** Mensagem recebida por <sandramelo@proacad.ufpe.br> em 09. Junh. 2003

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Rio de Janeiro, v. 50, n. 111, p. 21-81, jul. /set. 1969.

UFPB. **Histórico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFPB.** Projeto Político Pedagógico 2001 da UFPB.

UFRN. **Histórico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFRN.** Disponível na Internet: <<http://www.ufrn.br>> Acesso em : 25.mai. 2003.

UnB. **Histórico do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UnB.** Disponível na Internet: <<http://www.unb.br>> Acesso em : 25.maio. 2003

UnB. **Retrospecto Histórico do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.** Disponível na Internet: <http://www.unb.br/cca/apresenta/apres_inicio.htm> Acesso em : 25.mai. 2003.

VASCONCELOS, Maria Lucia M. Carvalho. **A formação do professor de 3º. Grau.** São Paulo: Pioneira, 1996, 74 p.

ANEXOS

ANEXO 1

 <p>UnB Universidade de Brasília</p>	 <p>UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p>	 <p>UFPE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO</p>	 <p>UFRN UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE</p>
<p>Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis</p>			

**REGULAMENTO DO CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DO PROGRAMA MULTIINSTITUCIONAL E INTER-REGIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
(UnB, UFPB, UFPE E UFRN)**

O CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIINSTITUCIONAL E INTER-REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UnB, UFPB, UFPE E UFRN É REGIDO PELO PRESENTE REGULAMENTO.

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA

Art. 1º - O Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), doravante referenciado como “Programa”, tem por objetivos:

- a) Oferecer Curso de Mestrado em Ciências Contábeis nas instituições de ensino participantes do Programa (UnB, UFPB, UFPE e UFRN), em apoio à política de formação de pessoal para as instituições que desenvolvem programas de ensino,

- pesquisa e extensão em áreas do conhecimento relacionadas com as Ciências Contábeis;
- b) Desenvolver atividades de ensino e pesquisa em Ciências Contábeis e áreas afins nessas quatro instituições federais de ensino, de modo a contribuir para o avanço econômico e social do País; e
 - c) Contribuir para o desenvolvimento do conhecimento em Ciências Contábeis no Brasil e particularmente nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do País, que são as áreas de abrangência das instituições participantes.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 2º - O Programa será conduzido por quatro instituições federais de ensino (UnB, UFPB, UFPE e UFRN), com dois núcleos de ensino – Brasília e Nordeste.

Parágrafo Único – O Núcleo Brasília atende aos alunos da UnB e o Núcleo Nordeste atende aos alunos da UFPB, UFPE e UFRN.

Art. 3º - A gestão geral do Programa caberá à UnB, que será a entidade responsável pela supervisão geral e pela coordenação didática, científica e pedagógica do Programa e emissão dos diplomas.

Art. 4º - As normas de funcionamento do Programa obedecem às determinações das normas gerais vigentes pertinentes aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, do Estatuto, do Regimento-geral e das demais Resoluções da UnB, e às normas das demais instituições envolvidas no programa (UFPB, UFPE e UFRN), no que couber.

Art. 5º - A supervisão do Programa caberá, no plano deliberativo, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB (CEPE), diretamente, ou por meio da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB.

Art. 6º - A coordenação didática, científica e pedagógica do Programa ficará a cargo da Congregação de Carreira dos Cursos de Pós-Graduação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB (CCCPG-FA) e do Colegiado do Programa (CPMIPGCC).

Parágrafo único – Os registros escolares serão centralizados na UnB.

Art. 7º - A estrutura administrativa do Programa é composta pelos seguintes órgãos e/ou funções: (a) Colegiado do Programa; (b) Coordenador Geral do Programa; (c) Comissão de Pós-Graduação, e (d) Coordenadores Regionais do Programa.

Art. 8º - O Colegiado do Programa é constituído por todos os professores credenciados como orientadores e por representantes do corpo discente.

Art. 9º - O Colegiado do Programa terá como competências, além das estabelecidas no Estatuto e no Regimento-geral da UnB e na Resolução do CEPE sobre a matéria:

- a) Definir a política do Programa, visando formar profissionais de alta competência didático-científica;
- b) Coordenar e supervisionar todos os trabalhos referentes ao desenvolvimento do Programa;
- c) Constituir a Comissão de Pós-Graduação, indicando e designando os membros docentes que a integrarão;
- d) Indicar, entre os professores credenciados como orientadores, a Comissão de Pós-Graduação, o Coordenador Geral do Programa e os Coordenadores Regionais do Programa, que atuarão na UFPB, UFPE e UFRN, para desempenharem as funções delegadas pelo Colegiado do Programa, pelo Colegiado de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da UnB (CGPG/FA), pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB (CEPE);
- e) Analisar as propostas de credenciamento de novos orientadores e encaminhá-las a Câmara de Pesquisa e Pós-graduação da UnB para deliberação, bem como a permanência ou não de professores e pesquisadores já credenciados;

- f) Deliberar sobre os recursos relacionados com as decisões tomadas pela Comissão de Pós-Graduação;
- g) Aprovar as listas de ofertas de disciplinas de pós-graduação;
- h) Definir e propor à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, a criação de novas disciplinas, bem como o cancelamento ou alteração das existentes;
- i) Aprovar a composição da Comissão de Seleção de Candidatos ao Programa, a partir de proposta da Comissão de Pós-Graduação;
- j) Deliberar sobre solicitações de matrícula de alunos especiais, a partir da justificativa formal do Coordenador Geral do Programa;
- k) Gerenciar a distribuição e renovação de bolsas de estudos;
- l) Propor o desligamento de alunos;
- m) Atribuir funções, por delegação, à Comissão de Pós-Graduação;
- n) Aprovar o relatório anual do Programa elaborado pelo Coordenador Geral do Programa; e
- o) Resolver os casos omissos, na área de sua competência.

Art. 10º - O Colegiado do Programa reunir-se-á, por convocação do Coordenador Geral do Programa, em sessões ordinárias e extraordinárias.

Art. 11º - A Comissão de Pós-Graduação será constituída por cinco membros, a saber:

- a) Coordenador Geral do Programa;
- b) Coordenadores Regionais do Programa na UFPB, UFPE, UFRN; e
- c) Um representante do corpo discente.

Parágrafo 1º – Cada Núcleo terá um representante do corpo discente.

Parágrafo 2º – Os representantes do corpo discente dos dois núcleos se revezarão na participação da Comissão de Pós-Graduação.

Art. 12 - A Comissão de Pós-Graduação terá as seguintes atribuições:

- a) Assessorar o Colegiado do Programa e os órgãos encarregados de supervisionar e coordenar a pós-graduação *stricto sensu* em cada uma das quatro instituições (UnB, UFPB, UFPE e UFRN);
- b) Aprovar os planos de estudos dos alunos do Programa;

- c) Acompanhar os cursos de pós-graduação no que diz respeito ao desempenho dos alunos, adequação curricular e desenvolvimento de programa de bolsas de estudos;
- d) Propor ao Colegiado do Programa a composição da Comissão de Seleção de Candidatos ao Programa;
- e) Propor ao Colegiado do Programa e aos órgãos encarregados de supervisionar e coordenar a pós-graduação *stricto sensu* em cada uma das quatro instituições (UnB, UFPB, UFPE e UFRN) o número de vagas a ser oferecido a cada período letivo, para cada curso;
- f) Propor a composição, datas, cronogramas e horários para a Comissão de Seleção de Candidatos ao Programa e para as comissões examinadoras de dissertações de Programa;
- g) Propor, quando couber, trancamento geral de matrícula e designação ou mudança de orientador;
- h) Propor, para cada período letivo, a lista de oferta de disciplinas de pós-graduação, encaminhando-a ao Colegiado do Programa para discussão e aprovação;
- i) Analisar o aproveitamento de estudos de disciplinas de pós-graduação, cursadas pelos alunos do Programa em outros Programas no Brasil ou no exterior, e submetê-lo à aprovação do Colegiado do Programa;
- j) Aprovar a aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa;
- k) Executar todas as determinações dos órgãos superiores das instituições envolvidas (UnB, UFPB, UFPE, UFRN) nas respectivas áreas de competência, e as tarefas delegadas pelo Colegiado do Programa, de forma a viabilizar as atividades do Programa; e
- l) Propor à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB, o credenciamento e recredenciamento dos orientadores do Curso de Mestrado.

Art. 13 - O Programa terá um Coordenador Geral e três Coordenadores Regionais, que atuarão na UFPB, UFPE e UFRN, todos escolhidos pelo Colegiado do Programa, entre os professores do programa, com mandato de dois anos, renovável por igual período.

Art. 14 - O Coordenador Geral do Programa terá as seguintes atribuições:

- a) Exercer a coordenação geral do Programa;

- b) Coordenar as atividades administrativas relacionadas com o Núcleo de Brasília do Programa;
- c) Coordenar as atividades administrativas relacionadas com a turma de alunos do Curso de Mestrado na UnB;
- d) Convocar e presidir o Colegiado do Programa e a Comissão de Pós-Graduação;
- e) Representar o Programa junto aos órgãos superiores responsáveis pela supervisão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UnB e junto as agências de fomento;
- f) Representar o Programa e propor convênios com órgãos de pesquisa nacionais e internacionais envolvidos no desenvolvimento da área de Ciências Contábeis;
- g) Manter contatos e entendimentos com outros coordenadores de pós-graduação com vistas à oferta de disciplinas para o Programa;
- h) Relatar os casos de trancamento geral de matrícula, aproveitamento de créditos, designação e mudança de orientador e submetê-los ao Colegiado do Programa;
- i) Gerenciar as ações para divulgar o Programa;
- j) Avaliar, juntamente com o orientador, a inserção de discentes nas linhas de pesquisa do Programa, através da disciplina Pesquisa em Contabilidade;
- k) Avaliar as solicitações de matrícula de alunos especiais; e
- l) Elaborar o relatório anual do Programa e encaminhá-lo aos órgãos competentes, após aprovação pelo Colegiado do Programa.

Art. 15 – O Programa terá três Coordenadores Regionais, sendo um para cada uma das instituições participantes do Núcleo Nordeste (UFPB, UFPE e UFRN) . Cada um dos Coordenadores Regionais terá as seguintes atribuições:

- a) Coordenar, em conjunto com os demais coordenadores regionais e sob supervisão do Coordenador Geral, as atividades comuns ao Núcleo Nordeste do Programa, necessárias para garantir a viabilização do Programa na Região Nordeste;
- b) Gerenciar as atividades necessárias para a viabilização do Programa em suas respectivas instituições (UFPB, UFPE e UFRN);
- c) Coordenar as atividades administrativas relacionadas com as turmas de alunos do Curso de Mestrado em suas respectivas instituições (UFPB, UFPE, e UFRN);
- d) Participar da Comissão de Pós-Graduação;

- e) Representar o Programa junto aos órgãos superiores responsáveis pela supervisão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de suas respectivas instituições (UFPB, UFPE e UFRN);
- f) Representar o Programa nos Estados em que estão sediadas as suas respectivas instituições (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte);
- g) Colaborar com o Coordenador Geral do Programa para manter contatos e entendimentos com outros coordenadores de pós-graduação de suas instituições com vistas à oferta de disciplinas para o Programa;
- h) Relatar ao Coordenador Geral do Programa os casos de trancamento geral de matrícula, aproveitamento de créditos, designação e mudança de orientador que ocorrerem com os alunos das turmas sob sua coordenação;
- i) Gerenciar as ações para divulgar o Programa nos Estados em que estão localizadas as suas respectivas instituições (UFPB, UFPE e UFRN);
- j) Relatar ao Coordenador Geral do Programa as solicitações de matrícula como aluno especial que ocorrerem em suas respectivas instituições (UFPB, UFPE e UFRN); e
- k) Colaborar com o Coordenador Geral do Programa na elaboração do relatório anual do Programa, informando-o dos fatos relativos ao Programa em suas respectivas instituições (UFPB, UFPE e UFRN).

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Art. 16 - A área de concentração do Mestrado em Ciências Contábeis é “Mensuração Contábil”.

Art. 17. – O curso será presencial, com aulas sendo ministradas nos dois Núcleos: Brasília e Nordeste.

Parágrafo 1º – Haverá admissão para alunos em cada uma das quatro instituições participantes.

Parágrafo 2º – No Núcleo Nordeste as disciplinas serão oferecidas em uma única turma para os alunos das três instituições participantes desse Núcleo (UFPB, UFPE e UFRN).

Parágrafo 3º – No núcleo Nordeste, as disciplinas poderão ser oferecidas em qualquer uma das três instituições participantes desse Núcleo, a critério da Comissão de Pós-Graduação, cabendo aos alunos deslocar-se para a instituição em que esteja sendo oferecida a disciplina.

Art. 18 - O Mestrado em Ciências Contábeis compreende um conjunto de disciplinas, de natureza obrigatória ou optativa, que objetiva promover o aperfeiçoamento dos alunos e prepará-los para realizar estudos e pesquisas de excelência em Ciências Contábeis, de acordo com as linhas de pesquisa do Programa.

Parágrafo 1º - As disciplinas obrigatórias a todos os alunos do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis do Programa constam do anexo do regulamento.

Parágrafo 2º - Os alunos do Mestrado em Ciências Contábeis devem cursar pelo menos três das disciplinas optativas da área de concentração, constantes no Anexo deste Regulamento.

Parágrafo 3º - Para completar as exigências de créditos em disciplinas do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis e os alunos poderão cursar qualquer das disciplinas optativas do Domínio Conexo contidos no Anexo a este Regulamento.

Parágrafo 4º - Além das disciplinas constantes do parágrafo anterior, o aluno poderá cursar disciplinas do domínio conexo, pertencentes a outras áreas do conhecimento de outros programas de pós-graduação *stricto sensu* e consideradas importantes para complementar a formação do aluno, sob orientação do seu Professor-Orientador, após aprovação prévia do coordenador regional.

Parágrafo 5º. - O aproveitamento de disciplinas cursadas em outros programas deverá ser aprovado pelo Colegiado do Programa.

Art. 19 - A proposta do número de vagas a serem oferecidas no Curso de Mestrado, feita pela Comissão de Pós-Graduação e aprovada pela CCCPG-FA, deverá ser submetida à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB (CPP) sessenta dias antes do início do processo de seleção.

Art. 20 - A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos do Curso de Mestrado obedecerá ao sistema de menções da Universidade de Brasília.

CAPÍTULO IV – DA SELEÇÃO E ADMISSÃO AO PROGRAMA

Art. 21 - O Colegiado do Programa deverá nomear uma Comissão de Seleção de Candidatos ao Mestrado, composta de no mínimo três professores do Colegiado do Programa, a qual será responsável pela condução do processo seletivo.

Art. 22 - O candidato ao Mestrado em Ciências Contábeis deverá satisfazer as seguintes exigências, além de outras estabelecidas no Regimento-Geral e nas demais normas da UnB:

- a) Ser diplomado em curso de graduação em Ciências Contábeis ou área afim, a juízo da Comissão de Pós-Graduação; e
- b) Ser aprovado no processo de seleção definido pela Comissão de Pós-Graduação e conduzido pela Comissão de Seleção de Candidatos ao Mestrado.

Art. 23 - Para a inscrição os candidatos deverão apresentar os documentos relacionados no Edital do Programa.

Art. 24 - O processo seletivo será definido pela Comissão de Pós-Graduação e conduzido pela Comissão de Seleção de Candidatos ao Mestrado.

Art. 25 - A admissão dos candidatos selecionados será feita de acordo com a classificação dos mesmos no processo seletivo, definida pela Comissão de Seleção de Candidatos ao Mestrado, a qual deverá apresentar, ao Colegiado do Programa, relatório referente ao processo seletivo, considerando no seu trabalho os resultados do candidato em todos os itens considerados no processo seletivo.

Parágrafo 1º - Os candidatos serão classificados até o limite de vagas fixado pela Conselho de Pesquisa e Pós-graduação, ressalvada a prerrogativa de não-preenchimento de todas as vagas oferecidas, a critério da Comissão de Seleção de Candidatos ao Mestrado.

Parágrafo 2º - Só será aceito recurso do candidato ao exame de seleção, se for comprovado vício de forma no processo seletivo.

Art. 26 –Caberá ao Colegiado do Programa homologar ou não o relatório da Comissão de Seleção de Candidatos ao Mestrado.

Parágrafo único - Do processo de seleção só serão cabíveis recursos à CCCPG-FA e à CPP quanto a vício de forma.

CAPÍTULO V - DA ORIENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Art. 27 - Cada aluno regular do Curso de Mestrado terá um professor-orientador, desde a sua admissão, definido nos prazos estabelecidos pela Coordenação Geral do Programa e credenciado pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB.

Parágrafo 1º - O credenciamento de professores como orientadores de mestrado será proposto à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação pelo Colegiado do Programa (CPP), com aprovação prévia da CCCPG-FA.

Parágrafo 2º - Será exigido dos orientadores o título de Doutor ou equivalente.

Parágrafo 3º - O Professor-Orientador deve ser proposto à CCCPG-FA, pelo Coordenador Geral do Programa.

Parágrafo 4º - Os alunos do Programa, a partir da escolha do tema de dissertação, o que se fará no máximo até o final do segundo semestre do curso, poderão solicitar ao Colegiado a mudança de Professor-Orientador .

Art. 28 - O Professor-Orientador poderá ter sob a sua orientação no máximo sete alunos já desenvolvendo a dissertação de pós-graduação.

Parágrafo 1º - O Colegiado do Programa poderá, em caráter excepcional, aprovar um número maior de alunos sob orientação de um mesmo professor-orientador;

Parágrafo 2º. – O número de alunos referidos no *caput* deste artigo deverá incluir as orientações em andamento de outros programas.

Parágrafo 3º - Por iniciativa sua, o professor-orientador poderá deixar de sê-lo a qualquer tempo, através de pedido submetido ao Coordenador do Programa. Caso deseje continuar no programa apenas como professor, seu pedido deverá ser acompanhado de justificativa escrita à Comissão de Pós-Graduação e dependerá de aprovação do Colegiado do Programa.

Parágrafo 4º - É facultada ao aluno a mudança de orientador mediante deferimento de petição justificada, dirigida à Comissão de Pós-Graduação e aprovada pelo Colegiado do Programa.

Parágrafo 5º - A mudança de orientador, referida no parágrafo anterior, por iniciativa do professor ou do aluno, ficará condicionada à disponibilidade e a concordância de outro professor-orientador no programa.

Art. 29 - São atribuições do professor-orientador:

- a) Aprovar o programa de estudos do aluno a cada semestre letivo;
- b) Acompanhar as atividades de estudo do(s) aluno(s), visando proporcionar melhores condições à obtenção do grau;
- c) Orientar o(s) aluno(s) na elaboração da dissertação de Mestrado, no campo de sua especialidade, inclusive pesquisa de campo, quando for o caso;
- d) Solicitar à Comissão de Pós-Graduação a definição da data de apresentação do(s) projeto(s) de dissertação do(s) orientado(s), propondo dia, hora, local e Comissão Examinadora;

- e) Encaminhar à Comissão de Pós-Graduação o resultado, em formulário específico, da defesa do projeto de dissertação de seus orientados;
- f) Solicitar à Comissão de Pós-Graduação a definição da data da defesa da dissertação de seu orientado, propondo dia, hora, local e Comissão Examinadora; e
- g) Elaborar parecer anual sobre desempenho de seus orientados, sugerindo a renovação ou cancelamento das bolsas de estudos.

CAPÍTULO VI - DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO

Art. 30 - A defesa da dissertação constará de duas etapas: o exame do projeto de dissertação e a defesa da dissertação.

Art. 31 - A Comissão de Pós-Graduação do Programa definirá Comissões Examinadoras específicas para avaliar os projetos de dissertação, bem como as Dissertações de Mestrado elaboradas pelos alunos do Mestrado.

Parágrafo 1º - Para cada dissertação será definida uma Comissão Examinadora para avaliar o trabalho.

Parágrafo 2º - A Comissão Examinadora será composta de quatro membros, com título de doutorado ou equivalente, a saber:

- a) O Professor-Orientador da dissertação;
- b) Um Professor do Programa;
- c) Um membro externo, fora do Programa; e
- d) Um Professor Suplente do Programa.

Parágrafo 3º - A composição da Comissão Examinadora deverá ser aprovada pela CCCPG-FA e pela CPP, da UnB.

Art. 32 – O exame do projeto de dissertação, pela Comissão Examinadora, deverá ocorrer antes do término do terceiro semestre do Curso de Mestrado.

Parágrafo único – A avaliação do projeto servirá de base para avaliar o aluno na disciplina Projeto de Dissertação.

Art. 33 - A dissertação de mestrado será, preferencialmente, defendida perante a mesma comissão que examinou o projeto de dissertação.

Art. 34 - A defesa de dissertação deverá ser requerida por escrito ao Coordenador Geral do Programa ou aos Coordenadores Regionais pelo Professor-Orientador, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da data prevista.

Parágrafo Único - O aluno deverá entregar ao Coordenador Geral do Programa ou aos Coordenadores Regionais, com antecedência mínima de trinta dias da data da defesa do trabalho final de curso, uma cópia de sua dissertação para cada membro da Comissão Examinadora, incluindo os membros suplentes.

Art. 35 - As Comissões Examinadoras das dissertações de mestrado atribuirão uma das seguintes menções: “aprovado”, “avaliação pendente de revisão de forma”, “avaliação pendente de reformulação” ou “reprovado”.

Parágrafo 1º - As decisões das Comissões Examinadoras serão tomadas por maioria simples de votos, delas cabendo recurso ao CEPE somente por vício de forma.

Parágrafo 2º - No caso de a Comissão Examinadora exigir revisão de forma, a aprovação e homologação ficará condicionada à apreciação definitiva do trabalho no prazo máximo de 30 (trinta) dias pelos membros da Comissão Examinadora.

Parágrafo 3º - No caso de a Comissão Examinadora exigir reformulação, o aluno ficará obrigado a apresentar e defender uma segunda versão de seu trabalho diante da mesma Comissão Examinadora, no prazo estabelecido pela mesma, que não poderá ser superior a três meses.

Parágrafo 4º - A não aprovação do trabalho revisado ou reformulado ou a não entrega do trabalho revisado ou reformulado no prazo estipulado resultarão no desligamento do aluno do programa de pós-graduação.

Art. 36 - No prazo máximo de trinta dias após a aprovação da dissertação, cinco cópias do trabalho deverão ser entregues ao Coordenador Geral do Programa ou aos Coordenadores Regionais, sendo uma encaminhada ao Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, via CCCPG-FA.

Art. 37 - O aluno não poderá concluir o Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, incluindo a dissertação, em prazo inferior a dois anos nem superior a cinco anos.

Art. 38 - Em caráter excepcional, mediante solicitação justificada do Professor-Orientador e aprovação pela Comissão de Pós-Graduação do Programa, o Colegiado do Programa poderá autorizar a ampliação deste prazo, por período inferior a um período letivo regular.

Art. 39 - O aluno obterá o título de Mestre em Ciências Contábeis quando:

- a) Integralizar um mínimo de 58 (cinquenta e oito) créditos, sendo 28 (vinte e oito) créditos atribuídos às disciplinas do curso; e
- b) Ter aprovada a sua dissertação de mestrado, nos termos deste Regulamento.

Art. 40 - A integralização dos créditos far-se-á conforme descrito a seguir:

- a) Um mínimo de treze (13) créditos nas disciplinas obrigatórias, conforme consta do anexo ao Regulamento do Programa;
- b) Mínimo de quinze (15) créditos de disciplinas optativas, sendo no mínimo nove (9) créditos em disciplinas optativas da área de concentração, e o restante dos créditos em disciplinas optativas ou de domínio conexo, dentre as descritas no anexo ao Regulamento do Programa; e
- c) Trinta (30) créditos correspondentes à dissertação de mestrado.

CAPÍTULO VII - DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 41 - O aluno do Programa de Pós-graduação poderá aproveitar créditos relativos a disciplinas de pós-graduação *stricto sensu* cursadas anteriormente com aprovação, mediante verificação da equivalência de seus programas com os das disciplinas correspondentes do Curso de Mestrado, atestada pelos professores respectivos e aprovada pela Comissão de Pós-Graduação.

Parágrafo Único - Os créditos aproveitados não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos créditos em disciplina.

Art. 42 - O aproveitamento de créditos observará as normas regimentais da UnB.

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 - O aluno poderá solicitar trancamento de matrícula, por um período regular baseado em justificativa que poderá ou não ser aceita pela Comissão de Pós-Graduação.

Art. 44 - O aluno será desligado do curso de mestrado:

- a) Se tiver duas reprovações em disciplinas;
- b) Se, findo o período de trancamento regulamentar, não reativar a matrícula;
- c) Se ultrapassar o prazo máximo de permanência no curso, definido no presente regulamento e na Resolução CEPE/UnB;
- d) Por conduta ética inadequada, após pronunciamento do Colegiado do Programa e das instâncias superiores pertinentes da instituição a que pertencer o aluno.

Art. 45 - A expedição do diploma de Mestre em Ciências Contábeis ficará condicionada à homologação pelo Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação de ata elaborada pela Comissão Examinadora e aprovada pela CCCPG-FA.

Art. 46 - Será anexado à ata da Comissão Examinadora o Histórico Escolar do discente, com o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado com as respectivas menções e o resultado do julgamento da dissertação de Mestrado.

Art. 47 - Os casos omissos deste Regulamento deverão ser resolvidos pela CPP, ouvida a CCCPG-FA.

Art. 48 - O presente Regulamento, aprovado pelo CEPE em sua 656^a. reunião, realizada em 13.09.2002., entra em vigor nessa data.

ANEXO 2



UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO NORTE

QUADRO DOCENTE

2003

Nome	Regime de Trabalho	Titulação	Área
Alexandro Barbosa	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Anailson Márcio Gomes	DE	Mestre	Adm. Finanças
Aneide Oliveira Araújo	DE	Doutora	Ciências Contábeis
Antônio Sales Mascarenhas	DE	Especialista	Ciências Contábeis
Cristovão Thiago de Brito Neto	DE	Doutor	Eng. De Produção
Domingos Carvalho de Souza	DE	Mestrando	Ciências Contábeis
Edmilson Jovino de Oliveira	20	Mestre	Administração
Ermínio José de A. Carvalho	20	Especialista	Ciências Contábeis
Francisco Neves Oliveira	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Guaraci Soares de Maria	40	Graduado	Ciências Contábeis
Ivo Batista de Araújo	DE	Especialista	Ciências Contábeis
José Dionísio Gomes da Silva	DE	Doutor	Ciências Contábeis
José Maria de Oliveira	20	Especialista	Ciências Contábeis
José Vicente de Assis	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Juscelino Cardoso de Medeiros	20	Especialista	Ciências Contábeis
Luiz Carlos Miranda	DE	Doutor	Agribusiness
Luiz Vieira de O. Sobrinho	DE	Mestrando	Ciências Contábeis
Maria Lúcia Viana	DE	Especialista	Ciências Contábeis
Paulo Américo dos S. Costa	DE	Especialista	Ciências Contábeis
Ridalvo M. A. de Oliveira	40	Mestrando	Ciências Contábeis
Severino Cesário de Lima	DE	Mestrando	Ciências Contábeis
Terezinha Saldanha	20	Especialista	Ciências Contábeis
Víctor Branco de Holanda	DE	Doutor	Ciências Contábeis

Fonte: Pesquisa Direta (2003)



UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL
DA PARAÍBA

QUADRO DOCENTE

2003

Nome	Regime de Trabalho	Titulação	Área
Adilis Oliveira da Costa	DE	Mestre	Adm. Financeira
Aldo Leonardo Cunha Calado	DE	Mestre	Adm. Financeira
Benedito Alves dos Santos	DE	Graduado	Ciências Contábeis
Carla Renata Silva Leitão	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Carlos Pedrosa Júnior	40	Doutor	Ciências Contábeis
Daniel Ferreira da Silva	20	Especialista	Ciências Contábeis
Danielita Pinto Moraes	DE	Especialista	Ciências Contábeis
Epitácio Ezequiel de Medeiros	DE	Doutorando	Eng. De Produção
Hélida Cristina Cavalcante	DE	Mestra	Ciências Contábeis
Jaimar Medeiros de Souza	DE	Mestre	Ciências Contábeis
José Marilson Martins Dantas	20	Mestre	Ciências Contábeis
José Ramos do Amaral Filho	DE	Doutorando	Adm. Hospitalar
José Soares Nuto	20	Graduado	Economia
Manáira do Carmo Dantas de Melo	20	Doutoranda	Administração
Marcelo Pinheiro de Lucena	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Maria das Graças N. de Almeida	DE	Mestre	Administração
Maria Sueli Arnoud F. Pinheiro	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Milton Nunes da Silva Filho	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Paulo Gildo de Oliveira Lima	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante	DE	Doutorando	Ciências Contábeis
Renata Paes de Barros Câmara	DE	Doutoranda	Engenharia Mecânica
Ronaldo Santos Silva	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Sílvio Romero de Almeida	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Simone Bastos Paiva	DE	Doutoranda	Eng. De Produção
Valdineide dos Santos Araújo	DE	Mestre	Administração
Washington de Almeida Lopes	DE	Mestre	Adm. Financeira

Fonte: Pesquisa Direta (2003)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE PERNAMBUCO**

QUADRO DOCENTE

2003

Nome	Regime de Trabalho	Titulação	Área
Aldemar Araújo Santos	DE	Doutor	Informática
Alvaro Pereira de Andrade	40	Mestre	Ciências Contábeis
Ana L. F. S. Vasconcelos	DE	Doutorando	Serviço Social
Cacilda S. de Andrade	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Carlos L. C. Bulhões	DE	Mestrando	Administração
Christianne C. V. M. Lopes	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Eduardo Dória Silva	20	Mestre	Eng. Sistemas
Genival Fereira da Silva	DE	Especialista	Ciências Contábeis
Gutemberg L. Mesquita	20	Mestre	Administração
Jerônimo José Libonati	DE	Doutor	Ciências Contábeis
Joaquim Osório L. F.	20	Mestre	Ciências Contábeis
Jorge E. de Gusmão Lopes	DE	Doutor	Educação
José Francisco R. Filho	DE	Doutor	Ciências Contábeis
José Maria da Silva	DE	Especialista	Ciências Contábeis
José Nelson B. Tenório	40	Mestrando	Ciências Contábeis
José Peregrino Neto	20	Especialista	Ciências Contábeis
Josenildo dos Santos	DE	Doutor	Matemática
Luís Gustavo C. da Silva	40	Doutorando	Eng. Produção
Marcelo Jota Gomes	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Marco Túllio de C. Vasconcelos	DE	Doutor	Ciências Contábeis
Mario Hermínio Girard	20	Especialista	Ciências Contábeis
Miguel Lopes Oliveira Filho	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Paulo César F. de Souza	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Raimundo N. Rodrigues	DE	Doutorando	Ciências Contábeis
Ronaldo Pereira de Melo	40	Graduado	Economia
Severino José Lins	20	Especialista	Ciências Contábeis
Severino Pessoa Santos	20	Mestrando	Ciências Contábeis
Verônica C. Souto Maior	DE	Mestre	Ciências Contábeis
Walberto José Bezerra	DE	Doutorando	Administração
Wilson R. de Aquino	20	Mestre	Economia

Fonte: Pesquisa Direta (2003)



UnB
Universidade
de Brasília



QUADRO DOCENTE

2003

DOCENTES	Regime de Trabalho	Titulação	Área de Formação
1-Afonso José Walker	20H	ME	Administração
2-Alex Laquis Resende	20H	ME	Ciências Contábeis
3-Carlos Alberto Ferreira Lima	DE	DR	Economia
4-César Augusto Tibúrcio Silva	DE	DR	Administração
5-Cláudio Moreira Santana	20H	ESP	Ciências Contábeis
6-Deypson Gonçalves Carvalho	20H	ME	Administração
7-Eduardo Tadeu Vieira	DE	ME	Administração
8-Edwin Pinto de La Sota Silva	DE	DR	Eng. de Produção
9-Elivânio Geraldo de Andrade	20H	ME	Administração
10-Ilan Bruno Guimarães de Souza	20H	ME	Economia
11-Inácio Alves Torres	20H	ESP	Ciências Contábeis
12-James Giacomoni	20H	ME	Administração
13-Jorge Katsumi Niyama	DE	DR	Ciências Contábeis
14-José Américo Leal de Oliveira	20H	ME	Administração
15-José Antônio de França	DE	ME	Administração
16-Juliana Fuzari Barbosa	40H	GRAD	Ciências Contábeis
17-Marcelo Aida	20H	ME	Administração
18-Marcos Célio Biage	20H	ESP	Ciências Contábeis
19-Maria Celeste Baptista de Mello	20H	ESP	Ciências Contábeis
20-Mírian Patrícia Amorim	20H	ESP	Ciências Contábeis
21-Miriam da Silva Azevedo	20H	ME	Administração
22-Olavo Pereira Gomes	20H	GRAD	Ciências Contábeis
23-Otávio Ribeiro de Medeiros	DE	Ph.D.	Economia
24-Paulo Roberto Barbosa Lustosa	DE	DR	Ciências Contábeis
25-Roberto Bocaccio Piscitelli	40H	ME	Administração
26-Rubens Peres Forster	20H	ESP	Ciências Contábeis
27-Sérgio Ricardo Miranda Nazaré	40H	ME	Administração
28-Wagner Rodrigues dos Santos	40H	ME	Administração

Fonte: Pesquisa Direta (2003)

ANEXO 3

 <p>UnB Universidade de Brasília</p>	 <p>UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p>	 <p>UFPE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO</p>	 <p>UFRN UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE</p>
<p>Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis</p>			

CORPO DISCENTE NÚCLEO BRASÍLIA E NORDESTE

1ª Turma - Núcleo Brasília.

- 1- Adalberto Vieira Costa Filho
- 2- Alex Laquis Resende
- 3- Antônio Augusto de Sá Freire Filho
- 4- Antônio Maria Henri Beyle de Araújo
- 5- Edinício de Oliveira Lima
- 6- Eduardo Siqueira Costa Neto
- 7- Geisel de Oliveira Vicente
- 8- Hipólito Gadelha Remígio
- 9- Jameson Reinaux da Cunha
- 10- Marcos Antônio Stelmo da Silva
- 11- Paulo César de Melo Mendes
- 12- Renilda de Almeida Moura
- 13- Rogério Ramos Marques
- 14- Tarcisio Rocha Athayde
- 15- Theócrita Pereira Cheibub.

1ª Turma - Núcleo Nordeste

- 1- Atelmo Ferreira de Oliveira (UFRN)
- 2- Alexandre Barbosa (UFRN)
- 3- Carla Renata Silva Leitão (UFRN)
- 4- Edílson Paulo (UFPB)
- 5- Edílson Coelho da Silveira (UFPE)
- 6- José Elmano Tavares Lins (UFPE)
- 7- Juliana Matos de Meira (UFPE)
- 8- Marcelo Jota Gomes (UFPE)
- 9- Maxwell dos Santos Celestino (UFRN)
- 10- Márcia Reis Machado (UFPB)
- 11- Marta Verônica de S. Correia (UFPB)
- 12- Ridalvo Medeiros A. de Oliveira (UFRN).

2ª Turma - Núcleo Brasília

- 1- César Medeiros Cupertino
- 2- Ducineli Régis Botelho
- 3- Jaildo de Lima Oliveira
- 4- José Flávio de Melo Moura
- 5- Paulo Rodolfo Ogliari
- 6- Renato Pereira Amador.

2ª Turma - Núcleo Nordeste

- 1- Daniela Cíntia de Carvalho Leite (UFPB)
- 2- Domingos Carvalho de Souza (UFRN)
- 3- Eduardo Jorge Pyrrho Barbosa (UFPE)
- 4- Hipônio Fortes Guilherme (UFRN)
- 5- João Maria Montenegro Ribeiro (UFRN)
- 6- José Geraldo de A. Pinto (UFPB)
- 7- José Roque Fagundes da Silva (UFPE)
- 8- José Nelson Barbosa Tenório (UFPE)
- 9- Marcleide Maria M. Pederneiras (UFPB)
- 10- Rosa Fidélia Vieira Cavalcanti (UFPE)
- 11- Wenner Gláucio Lopes Lucena (UFPB).

3ª Turma - Núcleo Brasília

- 1- Anardino José Cândia
- 2- Beatriz Fátima Morgan
- 3- Carmen Sylvia Borges Tibério
- 4- Cecílio Elias Daher
- 5- Francisco Galuber Lima Mota
- 6- João Henrique Pederiva
- 7- José Reynaldo de Almeida Furlani
- 8- Mac Daves de Moraes Freire
- 9- Patrícia de Souza Costa
- 10- Ricardo Augusto dos Santos Costa
- 11- Sérgio André Alves da Silva
- 12- Uverlan Rodrigues Primo.

3ª Turma - Núcleo Nordeste

- 1- Adilson Santos B. Júnior (UFPE)
- 2- Adriana Rodrigues Fragoso (UFPE)
- 3- Álvaro Fabiano P. de Macêdo (UFPB)
- 4- Ana Carolina M. da Silva (UFPB)
- 5- Auristela Félix de Oliveira (UFPE)
- 6- Custódio P. da Silva Neto (UFPE)
- 7- Edson Franco de Moraes (UFPB)
- 8- Francisco Marcelo A. Junior (UFRN)
- 9- Ivone Gomes de Assis Souza (UFPE)
- 10- João Ricardo T. de Brito (UFRN)
- 11- Josedilton Alves Diniz (UFPB)
- 12- Josué Lins e Silva (UFRN)
- 13- Luziana Maria N. de Queiroz (UFRN)
- 14- Mamadu Dieng (UFPB)
- 15- Patrícia D'Oliveira A. Caldas (UFRN).

4ª Turma -Núcleo Brasília

1- Fernanda Fernandes Rodrigues

2- Humberto Carlos Zendersky

3- José Alves Dantas

4- Luís Gustavo do Lago Quinteiro

5- Marcellus Egydio de Lima

6- Robson Lopes Abreu

7- Sérgio Carlos dos Santos

8- Silvio Gulias Junior

9- William Santana.

ANEXO 4

 <p>UnB Universidade de Brasília</p>	 <p>UFPB UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA</p>	 <p>UFPE UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO</p>	 <p>UFRN UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE</p>
<p>Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis</p>			

**LISTA DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS NÚCLEO
BRASÍLIA E NÚCLEO NORDESTE**

1) Tema: “Provisão para créditos de liquidação duvidosa de bancos: uma abordagem comparativa das normas estadunidenses e brasileiras”. Aluno: Antônio Augusto de Sá Freire Filho, defendida em 14/08/02, com prazo de permanência no Programa de 24 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (orientador) (UnB)

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva (UnB)

Prof. Dr. Eliseu Martins (FEA/USP)

2) Tema: “O reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de operações de swaps em instituições financeiras: uma abordagem à luz da Teoria da Contabilidade”. Aluno: Antônio Maria Henri Beyle de Araújo, defendida em 11/10/02, com prazo de permanência no Programa de 26 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (orientador) (UnB)

Prof. Dr. José Gilberto Jaloretto (Banco do Brasil)

Prof. Dr. Lázaro Plácido Lisboa (FEA/USP)

3) Tema: “A evidenciação de informações contábeis da área social no setor público: estudo de caso de um município”. Aluno: Tarcísio Rocha Atahyde, defendida em 31/10/02, com prazo de permanência no Programa de 26 meses, tendo a banca composta por:

Prof. Dr. Jorge Abrahão de Castro (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (UnB)

Prof. Dr. Valmor Slomski (FEA/USP)

4) Tema: “Balanço Social dos Bancos: uma análise dos balanços sociais dos maiores bancos no Brasil referentes ao exercício do ano 2000”. Aluno: Adalberto Vieira Costa Filho, defendida em 13/11/02, com prazo de permanência no Programa de 27 meses, tendo a banca composta por:

Prof. Dr. Bernardo Kipnis (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa (UnB)

Pr^{fa} Dra. Aracéli Cristina de Sousa Ferreira (UFRJ)

5) Tema: “Uma investigação do relacionamento entre o modelo Fleuriet e o modelo baseado no valor econômico agregado: estudo utilizando dados de empresas relativos a 1999 e 2000”. Aluno: Rogério Ramos Marques, defendida em 18/11/02, com prazo de permanência no Programa de 27 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva (orientador)(UFRN)

Prof. Dr. Alberto Shigueru Matsumoto (UCB)

Prof. Dr. Carlos Alberto Pereira (FEA/USP)

6- Tema: “Os impactos da troca de informações interorganizacionais e da escolha dos mecanismos de coordenação e performance da cadeia de produção avícola de Pernambuco”. Aluna: Juliana Matos de Meira, defendida em 26/11/02, com prazo de permanência no Programa de 20 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Luiz Carlos Miranda, Ph.D. (orientador) (UFRN)

Profª Dra. Aneide Oliveira Araújo (UnB)

Profª Dra. Rosa Teresa Moreira Machado (UFRPE)

7- Tema: “Comparação de estrutura conceitual da contabilidade financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional”. Aluno: Edílson Paulo, defendida em 05/12/02, com prazo de permanência no Programa de 21 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva (orientador)(UFRN)

Prof. Dr. Carlos Pedrosa Junior (UnB)

Prof. Sérgio Iudícibus (FEA/USP)

8) Tema: “Investigação da rentabilidade de clientes: um estudo no setor Hoteleiro do Nordeste”. Aluna: Carla Renata Silva Leitão, defendida em 06/12/02, com prazo de permanência no Programa de 21 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. José Dionísio Gomes da Silva (orientador) (UFRN)

Profª Dra. Aneide Oliveira Araújo (UnB)

Prof. Dr. Masayuki Nakagawa (FEA/USP)

9) Tema: “Custos no serviço público como instrumento de política tributária e de medição de eficiência - características de um modelo aplicado ao custeio dos processos judiciais”. Aluno: Hipólito Gadelha Remígio, defendida em 19/12/02, com prazo de permanência no Programa de 28 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva (orientador) (UnB)

Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho (UFPE)

Prof. Dr. Ivan Ricardo Peleias (FECAP/USP)

10) Tema: “Comportamento dos retornos: caso das ações mais negociadas na Bovespa durante as fases ascendentes e descendentes entre julho de 1994 e agosto de 2001”. Aluno: Marcos Antônio Stelmo da Silva, defendida em 20/12/02, com prazo de permanência no Programa de 28 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio Silva (orientador) (UnB)

Profª Dra. Maria Eduarda Tannuri-Pianto (ECO/UnB)

Prof. Dr. Maurício Ribeiro do Valle (FEA/USP)

11) Tema: “A associação balanço social – marketing social e as implicações na comunicação da organização não governamental”. Aluno: Edinício de Oliveira Lima, defendida em 20/01/03, com prazo de permanência no Programa de 29 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Bernardo Kipnis (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Edwin Pinto de La Sota (UnB)

Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Silva (Univ. Católica de Santos)

12) Tema: “Preços setoriais x índice de preço por atacado: possíveis implicações da correção monetária ns demonstrações financeiras no período de 1995 a 2001”. Aluno: Paulo César de Melo Mendes, defendida em 14/02/03, com prazo de permanência no Programa de 30 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio da Silva (orientador) (UnB)

Prof. Dr Otávio Ribeiro de Medeiros (UnB)

Prof. Dr. Geraldo Barbieri (FEA/USP)

13) Tema: “Distribuição do valor adicionado aos recursos humanos dos bancos localizados no Brasil triênio 1998-2000: análise comparativa”. Aluno: Geisel de Oliveira Vicente, defendida em 21/02/03, com prazo de permanência no Programa de 30 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Jorge Abrahão de Castro (UnB)

Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos (FEA/USP)

14) Tema: “Princípios contábeis aplicados à Contabilidade Governamental: uma abordagem comparativa Brasil-Estados Unidos”. Aluna: Renilda de Almeida Moura, defendida em 25/02/03, com prazo de permanência no Programa de 30 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa (UnB)

Prof. Dr. Valmor Dlomski (FEA/USP)

15) Tema: “Provisão para créditos de liquidação duvidosa nas instituições financeiras: uma contribuição à harmonização dos procedimentos contábeis no âmbito do Mercosul”. Aluno: Eduardo Siqueira Costa Neto, defendida em 20/03/03, com prazo de permanência no Programa de 31 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva (orientador) UFRN

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa (UnB)

Profª Dra. Marina Mitiyo Yamamoto (FEA/USP)

16) Tema: “Problemas na tomada de decisão quando da utilização da margem de contribuição para maximização do valor da empresa”. Aluno: Jameson Reinaux da Cunha, defendida em 31/03/03, com prazo de permanência no Programa de 31 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. César Augusto Tibúrcio da Silva (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Edwin Pinto de La Sota Silva (UnB)

Prof. Dr. Paulo Schmidt (UFRGS)

17) Tema: “O resultado econômico-financeiro proporcionado aos professores mediante conclusão de curso de pós-graduação *lato sensu* em Contabilidade, 1998-2001”. Aluna: Marica Reis Machado, defendida em 29/04/03, com prazo de permanência no Programa de 25 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Jorge Expedito de Gusmão Lopes, Ph.D.(orientador)(UFPE)

Profª. Drª. Marcelle Colares Oliveira (UFC)

Profª.Drª. Marisete Fernandes de Lima (UFPB)

18) Tema: “Utilização das informações de custos na definição de preços e mix de produtos: um estudo de caso em uma empresa têxtil do Nordeste Brasileiro”. Aluno: José Elmano Tavares Lins, defendida em 13/06/2003, com prazo de permanência no Programa de 27 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Luiz Carlos Miranda, Ph.D. (orientador) (UFRN)

Prof. Dr. Jeronymo José Libonati (UFPE)

Prof. Dr. Fábio Frezatti (USP)

19) Tema: “Critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação do passivo atuarial de planos de benefícios de aposentadoria e pensão: um estudo nas demonstrações contábeis das entidades patrocinadoras brasileiras”. Aluna: Ducineli Régis Botelho, defendida em 18/06/2003, com prazo de permanência no programa de 21 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Alberto Shiguero Matsumoto (Fundação Visconde de Cairu)

Profª. Drª. Sirlei Lemes (UFU)

20) Tema: “Avaliação do Ensino da Contabilidade utilizando programa de simulação empresarial”. Aluno: Alex Laquis Resende, defendida em 16/07/2003, com prazo de permanência no Programa de 35 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Edwin Pinto de La Sota Silva (UnB)

Prof. Dr. Carlos Pedrosa Junior (Fundação Visconde de Cairu)

21) Tema: “O Modelo de Ohlson de Avaliação de Empresas: uma análise crítica da sua aplicabilidade e testabilidade empírica”. Aluno: César Medeiros Cupertino, defendida em 04 /09/03, com prazo de permanência no Programa de 25 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa (orientador) (UnB)

Prof. Otávio Ribeiro Medeiros, Ph.D (UnB)

Prof. Antônio de Araújo Freitas Júnior, Ph.D (UFRJ)

22) Tema: “Avaliação dos sistemas integrados de informação contábil das fundações de apoio vinculadas às instituições federais de ensino superior: um estudo no nordeste do Brasil”. Aluno Alexandro Barbosa, defendida em 15/09/03, com prazo de permanência no Programa de 30 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. José Dionísio Gomes da Silva (orientador)(UFRN)

Prof. Dr. Carlos Pedrosa Junior (Fundação Visconde de Cairu)

Prof. Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco (Universidade Católica de Santos)

23) Tema: “Currículos plenos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis: uma análise de grades curriculares recentes”. Aluno Theócrita Pereira Cheibub, defendida em 19 /09/03, com prazo de permanência no Programa de 37 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Luiz Carlos Miranda, Ph.D (orientador) (UnB)

Prof. Bernardo Kipnis, Ph.D (UnB)

Profª Drª. Márcia Lopes Reis (Universidade Católica de Brasília)

24) Tema: “A aplicação e a evidenciação do *hedge accounting* nas demonstrações contábeis de bancos brasileiros em 2002”. Aluno Jaildo Lima de Oliveira, defendida em 26/09/03, com prazo de permanência no Programa de 25 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Jorge Katsumi Niyama (orientador) (UnB)

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Lustosa (UnB)

Prof. Dr. José Gilberto Jaloretto (Banco do Brasil)

25) Tema: “Análise do modelo de avaliação de intangíveis proposto por Sveiby (1998) em empresas de base tecnológica no estado de Pernambuco”. Aluno Marcelo Jota Gomes, defendida em 10/10/03, com prazo de permanência no Programa de 31 meses, tendo a banca examinadora composta por:

Prof. Dr. Marco Túllio de Castro Vasconcelos (orientador) (UFPE)

Prof. Dr. José Francisco Ribeiro Filho (UFPE)

Prof. Dr. Eliseu Martins (USP)